



Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Faculdade de Formação de Professores

PPHS

GLEYSON NUNES DE ASSIS  
Curso de Pós-graduação em História

Em tempo de democracia: a liderança de Lyndolpho Silva

Rio de Janeiro  
2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GLEYSON NUNES DE ASSIS

Em tempo de democracia: a liderança de Lyndolpho Silva



Lyndolpho Silva, 1976.

Dissertação em História Social apresentado à  
Coordenação do Curso de Pós-Graduação em  
História Social da Universidade Estadual do Rio de  
Janeiro (UERJ), no Centro de Educação e  
Humanidades da Faculdade de Formação de  
Professores.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Luís Reznik

Rio de Janeiro

2008



Gleyson Nunes de Assis

Em tempo de democracia: a liderança de Lyndolpho Silva

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do Título de Mestre, ao Programa Pós-Graduação (Mestrado) em História Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – Centro de Educação e Humanidades da Faculdade de Formação de Professores.

Aprovado em \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Professor Doutor Luís Reznik (UERJ / PUC)  
(Orientador)

---

Professor Doutor Gelsom Rozentino de Almeida (UERJ)

---

Professor Doutor Mario Grynszpan (Fundação Getulio Vargas – CPDOC)

Rio de Janeiro  
2008

## DEDICATÓRIA

*À vida, por encontrar vocês:  
Kate Lúcia Portela de Assis  
Assunção de M<sup>a</sup> Oliveira Nunes  
José Rêgo de Assis  
Clayton Nunes de Assis*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, soberanamente justo e bom.

A Jesus, mestre e amigo.

Ao Lyndolpho Silva, por ter sido uma inspiração na minha luta.

À minha esposa, Kate, pela cumplicidade e apoio encorajador.

Ao meu pai, José Rêgo, que fez a grande viagem e nos deixou saudades.

À minha mãe, Assunção, que me mostrou como ter garra perante a vida.

Ao meu irmão, Clayton, pela amizade e torcida.

Aos meus sobrinhos, Ingrid e Lucas, pela alegria e união da família.

Ao meu orientador, Luís Reznik, pela longa jornada de orientação e paciência.

Ao professor Luiz Flávio, pela dedicação e apoio na pesquisa.

Ao professor Gelsom Rozentino, pelos caminhos apontados na pesquisa.

Aos amigos do Gefa, pelas amizades preciosas .

Aos amigos da I.E.C.P.V., pela participação em trabalho tão belo.

Aos amigos da estrada de estudos, Rodrigo, Gilmar, Carlos e Cleber, pela ajuda e confiança nessa luta.

Ao Augusto e a Elci, pelo amor de pais dedicados e amorosos.

Ao pai Zé, pelo amor e ajuda constante em meu crescimento.

“(...) Eu era apenas membro dessa Seção do Trabalho de Campo. Escrevia no jornal *Terra Livre* e gozava de algum prestígio no movimento sindical rural. Eu estava atuando como diretor da ULTAB em 1954 e fui levado para a sua direção, como primeiro-secretário. Em 1959 passei a ser o seu presidente, cargo que ocupei até o golpe. Gozava também de um certo prestígio no movimento sindical internacional, era membro de entidades sindicais internacionais. (...) Sinteticamente, essa é a história.”

Lyndolpho Silva

Luiz Flávio Carvalho Costa. “A construção da rede sindical rural no Brasil pré -1964”. In *Estudos, Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA / UFRRJ, junho de 1994. (Entrevista / Lyndolpho Silva)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a pesquisa sobre a liderança de Lyndolpho Silva que, além de ter sido militante do Partido Comunista Brasileiro, era uma liderança referencial para os movimentos dos trabalhadores rurais do Brasil. O enfoque específico da pesquisa é analisar a trajetória de Lyndolpho Silva na luta social no campo, travada ao longo de sua existência. No entanto, privilegia-se como foco analítico o período democrático brasileiro de 1946 a 1964. Buscou-se assim desenvolver a análise das relações de Lyndolpho Silva e o PCB; Lyndolpho Silva e a ULTAB; Lyndolpho Silva e o I Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas do Brasil (1961); Lyndolpho Silva e suas redes de sociabilidade.

Reforma Agrária

Movimentos Sociais

Lideranças Políticas

## ABSTRACT

This work has the objective to present Lyndolpho Silva's research about leadership that besides being a militant of the Brazilian Communist Party was a referential leadership for the movement of rural workers in Brazil. The specific focus of the research is to analyse Lyndolpho Silva's path in the social fought in the countryside through his existence. However, the Brazilian democratic period is privileged as an analytic focus period from 1946 to 1964. It was searched to develop the analyse of Lyndolpho Silva's and the PCB; Lyndolpho Silva and the ULTAB; Lyndolpho Silva and the First Brazilian National Congress of Agricultural Workers (1961); Lyndolpho Silva and his social networks.

Social Reform

Social Movements

Politic Leadership

## Sumário

1. Introdução.....	11
2. Lyndolpho Silva e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).....	23
3. Lyndolpho Silva e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).....	36
4. Lyndolpho Silva e o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (1961).....	53
5. Lyndolpho Silva e a Rede de Sociabilidade.....	69
6. Conclusão: O Legado de Lyndolpho Silva.....	81
7. Fontes e Bibliografia.....	84
8. Anexos.....	91

## 1- Introdução

Esta dissertação tem como objetivo apresentar a pesquisa realizada sobre a liderança de Lyndolpho Silva que, além de ter sido militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), era uma liderança referencial para os movimentos dos trabalhadores rurais do Brasil. O enfoque específico da pesquisa é analisar a trajetória de Lyndolpho Silva na luta social no campo, travada ao longo de sua existência, privilegiando como foco analítico o período democrático brasileiro de 1946 a 1964.

Tem-se como ponto norteador a liderança de Lyndolpho Silva e, por extensão, as discussões da Reforma Agrária Brasileira nos anos 50. Assim, a pesquisa sobre Lyndolpho Silva inicia-se alicerçada em uma proposta de análise do contexto temporal, mencionado acima, através das lideranças legitimadas pelos trabalhadores e muitas vezes negligenciadas pela história. Desta maneira, a luta desse cidadão pobre e negro se faz necessária em uma reflexão acadêmica.

Lyndolpho Silva nasceu em 25 de novembro de 1924 em Barretos, São Paulo. Sua família, que era de pequenos trabalhadores rurais pobres, permaneceu em São Paulo até 1930, quando retorna a Mendes, no Rio de Janeiro – seu lugar de origem – para trabalhar em sítio de Barra do Piraí. Todavia, em 1938, sua família que, era de arrendatários em um sítio de Barra do Piraí, decide se transferir novamente para São Paulo, em Cruzeiro, depois de serem despejados.

Em Cruzeiro, Lyndolpho Silva trabalha no *Frigorífico Biando*. Já em 1940, a família Silva retorna, novamente, a Mendes (Rio de Janeiro), onde Lyndolpho Silva consegue um trabalho em uma padaria local e depois no Frigorífico Anglo. Nessa década de 1940, ele deixa a família e mudasse para a cidade do Rio de Janeiro, onde estuda no Colégio Piedade (Fundação Gama Filho) até o terceiro ano colegial. Aprende o ofício de alfaiate e o exerce até o início dos anos 1950.<sup>1</sup>

Sua vida pública de luta como militante de PCB começa em 1946 quando se filiou ao PCB, aos 22 anos de idade, iniciando sua militância na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde posteriormente tornou-se secretário do Comitê Distrital na região. A experiência política no

---

<sup>1</sup> Arquivo Lyndolpho Silva. [on line] Disponível na Internet via <http://www.ufrj.br/cpda/als/>. Arquivo capturado em 30/11/2007.

campo acontece a partir de 1952, com os trabalhadores posseiros da região de Campo Grande, Santíssimo e Senador Camará, dentro da área sob responsabilidade de seu comitê.

Na II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1954, Lyndolpho Silva é eleito 1º Secretário da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), entidade da qual se tomará presidente em 1959. Em dezembro de 1963, deixa a presidência da ULTAB para se tornar presidente da recém criada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A luta de Lyndolpho Silva continua mesmo depois do golpe militar em 1964 em sua trajetória na clandestinidade, no exílio e no retorno para o Brasil. Assim, nos anos

“de 1964 a 1973 ele esteve na clandestinidade sob permanente risco de prisão. No início de fevereiro de 1973, Lyndolpho se exila na Europa e se estabelece em Praga como um dos três secretários da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAFP), sendo o responsável pela América Latina. Lyndolpho permaneceu nesse cargo até 1979, período esse em que viajou pela Europa, América Latina, África e Oriente Médio e foi, durante quatro anos, representante da UISTAFP na Organização Internacional do Trabalho. Em 1975, no exílio, ele se casa pela segunda vez com dona Esperança Vico. Beneficiado pela anistia, volta ao Brasil, São Paulo, em 1979. Vários espaços políticos terão a sua presença marcante, como o Centro de Memória Sindical, o jornal Correio Sindical, o Instituto Astrojildo Pereira. Mais recentemente ele fundou e dirigiu o Instituto Cultural Roberto Morena. Lyndolpho Silva faleceu com 80 anos na cidade de São Paulo no dia 7 de junho de 2005.”<sup>2</sup>

Apesar da atuante trajetória após 1964, essa pesquisa está alicerçada no período proposto de 1946 a 1964, que também apresenta as atuações da liderança de Lyndolpho. Assim, a base documental, a bibliografia e, principalmente, as entrevistas feitas por Lyndolpho Silva sobre o momento histórico de 1946 a 1964, em que demonstra sua luta social nesse contexto, se tornaram fundamentais para a pesquisa.

Essas entrevistas em sua maioria aconteceram a *posteriori* através da memória de Lyndolpho Silva, do momento anteriormente vivido. Faz-se necessário ter uma compreensão que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução psíquica e intelectual de maneira seletiva do passado, não só de um indivíduo, mas de um indivíduo inserido em contexto familiar, social, político e nacional.

Torna-se imprescindível na elaboração desta dissertação a memória de Lyndolpho Silva do momento democrático aqui analisado, tendo em vista que neste trabalho a utilização das interpretações feitas por ele mesmo.

---

<sup>2</sup> Idem. Arquivo capturado em 30/11/2007.

Assim, as temáticas trabalhadas serão inseridas de maneira pragmática, isto é, o recurso escolhido parte do pressuposto que a participação de Lyndolpho Silva se torna muito mais que um objeto de análise histórica, para se tornar participante da pesquisa do pretérito desenvolvida neste trabalho. Desta forma, a análise desses tempos democráticos passa também por uma interpretação do próprio Lyndolpho Silva em suas memórias.

Para contextualizar as discussões torna-se extremamente relevante o contexto social em que os indivíduos se acham inseridos, a fim de promover uma análise mais abrangente dos fatores que possibilitaram a atuação das lideranças. Assim, faz-se necessário um breve panorama histórico da época em que viveu e atuou Lyndolpho Silva e outras lideranças de grande visibilidade nacional.

Com o fim do Estado Novo e com a constituição de 1946, o Brasil vive ares democráticos, onde os indivíduos gozavam de liberdade de manifestação, de organização, de associação, de defesa, de direito de trabalho e de escolha de seus representantes. Isso era a garantia institucional assegurada pela democracia. Essas eram as expectativas dos homens que viveram esse cenário de democracia brasileira. A democracia é um processo, e naqueles tempos enfrentava o ranço elitista proveniente da política dos bacharéis e as marcas da constituição de um mundo bipolar, na chamada Guerra Fria.

A constituição de 1946 garantiu alguns direitos requeridos, mas proporcionou duas vertentes de discussão sobre a participação do povo nessa democracia:

“Uns rejubilavam-se, pois não havia precedentes na história política brasileira, pelo tamanho, em termos proporcionais e absolutos, daquele colégio eleitoral – 17% (7,5 milhões) da população comparada aos 5% (1,8 milhão) de eleitores nas eleições presidenciais de 1930. Outros se atemorizavam com o ineditismo da participação popular, o ‘povo’, ‘massa amorfa e desorganizada’ que, invariavelmente votava nos ‘políticos demagogos e manipuladores.”<sup>3</sup>

Para além dessa dicotomia em relação à participação do povo, existia como algo marcante na história do Brasil, mesmo que pareça contraditório com um regime democrático, utilização de ações de intolerância e, até mesmo, de violência.

Essas características estavam relacionadas diretamente com o momento histórico mundial já que, a partir de 1945, após a Segunda Grande Guerra, o mundo estava dividido em dois blocos. De um lado, o bloco ocidental capitalista e do outro bloco oriental socialista. Esta divisão

---

<sup>3</sup> Luís Reznik. *Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no Pós Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 18

evidencia-se nos sentidos cada vez mais restritos de não aceitação dos considerados “comunistas” para as autoridades policiais brasileiras, que atuavam, segundo seus postulados, em favor da Segurança Nacional e da ordem democrática. Assim pode-se perceber que

“nesse ambiente, para

o mundo ocidental, os conceitos democracia e comunismo foram carregados de significados opostos, onde o primeiro era sinônimo de capitalismo e o último de totalitarismo, ausência de liberdade política de expressão e participação. Forças antagônicas, que dificilmente conviveram num mesmo espaço físico-social. Importa sublinhar que a ira anticomunista resvalava para os movimentos sociais populares. Assim, a queda de Vargas em 1945 pode ser creditada à sua maior liberalização em relação aos sindicatos e a sua maior aproximação com a agitação da massa queremista; a cassação do PCB, em 1947, foi acompanhada do fechamento de uma central sindical e da intervenção em inúmeros sindicatos de trabalhadores; a intensa campanha anti-janguista nos anos 50, fez-se sob o epíteto “comuno-sindicalista”. Se for verdade que havia variações importantes na forma e no conteúdo desses confrontos, assim como eles não eram, obviamente, percebidos da mesma maneira por todos os governos e grupos políticos, também é inegável que o anticomunismo foi um aspecto crucial da agenda política ocidental (e brasileira) do pós-guerra. Desde logo, portanto, podemos afirmar que essa era uma Democracia em tempos de Guerra Fria.”<sup>4</sup>

Nesse ambiente “democrático-autoritário” brasileiro, nem todos conseguiram exercer sua cidadania, já que uma grande parcela da sociedade ficava excluída, por ser analfabeta, desse processo participativo eleitoral, pois isso incapacitava o direito de voto e de exercer outros direitos importantes.

Além disso, outros tinham suas liberdades cerceadas pela intolerância da política vigente, que não admitia as divergências ideológicas de indivíduos ou grupos. Com esse intuito, foi organizada a Polícia Política<sup>5</sup>, objetivada pelas várias leis de Segurança Nacional.

No pós-guerra criou-se no país uma enorme discussão sobre o desenvolvimento econômico dos países considerados de 3º mundo ou atrasados. Essa discussão perpassava tanto o bloco socialista quanto o bloco capitalista. Desta maneira, os debates desenrolavam-se em busca de soluções econômicas e sociais para tais países e uma das questões de grande destaque foi a Reforma Agrária que, a partir disso, passou a ser considerada uma das soluções do desenvolvimento econômico em várias perspectivas.

Esse debate em torno da questão agrária possibilitou o surgimento de vários debates e projetos, uns alicerçados no desenvolvimento liberal (capitalista) e outros alicerçados no desenvolvimento social (socialista).

---

<sup>4</sup> Idem, p.19

<sup>5</sup> “Polícia Política é uma especialização das atividades da polícia para prevenção -visando ao conhecimento, à classificação e ao controle- e a repressão de indivíduos, grupos, associações e movimentos que podem exercer atividades não toleradas pelo regime político vigente. Responsável pela defesa do Estado e do regime, funciona nos limites de tolerância permitidos pela agenda formulada para a segurança nacional.” *In* Luís Reznik. *Op. Cit.* P. 24

Portanto, fica evidente que a bandeira pela Reforma Agrária estava imbuída na dinâmica da *Guerra Fria*, que dividia o mundo entre Ocidente e o Oriente. No Brasil, e também numa visão mais macro, na América Latina não foi diferente, como nos mostram Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva:

“A velha e já secular injustiça social derivada do monopólio da terra, no Brasil e no conjunto da América latina, passará a compor parte do quadro da guerra fria – muito especialmente após a revolução cubana de 1959. A superação da exploração do homem do campo passará a ser vista, por alguns, como unicamente possível no contexto de uma revolução socialista, quiçá de caráter mundial. A extensa e cruel história do latifúndio inculcaria, em muitos homens de esquerda, a certeza de que uma reforma agrária num regime liberal seria impossível, incompleta ou, pior ainda, uma panacéia para enganar os camponeses. Ao mesmo tempo, surgia uma explicação universalista, capaz de dar conta da exploração como um avantejar histórico, superável pela ação do próprio homem, na verdade através da ação organizada e consciente dos próprios trabalhadores. Para outros, homens de direita, ou simplesmente técnicos despolitizados e crédulos na eficácia da técnica, a reforma agrária viria apenas para desorganizar a produção, impedir a aplicação de grandes soluções (no mais das vezes baseadas em investimentos maciços) ou constituir-se meramente em bandeira para agitação vermelha.”<sup>6</sup>

Diante desse cenário de discussão sobre a importância da Reforma Agrária brasileira, tanto em termos de direitos sociais como forma de desenvolvimento econômico, surgiram várias iniciativas de mobilizações das massas camponesas no Brasil, que tinham como uma de suas lideranças o Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>7</sup>, que se destacou nas organizações das lutas no interior do país, principalmente, no tempo de sua legalidade, entre 1945 a 1947. Deste modo, os comunistas reuniram milhares e milhares de camponeses em torno de várias Ligas Camponesas, espalhadas pelo território nacional, no período de sua legalidade.

Após a proscricção do Partido Comunista e do fim das primeiras Ligas Camponesas, em 1947, aumentaram as dificuldades na organização dos trabalhadores rurais no Brasil, já que foram difíceis as condições do PCB agora na clandestinidade. Com isso, o PCB centrou suas forças nos grupos urbanos.

Nesse novo contexto, principalmente, entre 1948 a 1954, muitos grupos, sobretudo os camponeses tiveram que se organizar com apoio indireto do PCB. Todavia, esses movimentos do campesinato não foram algo que se proliferou pelo país e, sim, algo de impactos significantes, esporádicos e em lugares distantes.

---

<sup>6</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite e TEIXEIRA, Francisco Carlos da Silva. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*, 1999. Rio de Janeiro: Campus. P.140

<sup>7</sup> O nome do partido até 1961 era Partido Comunista do Brasil, mas visando conseguir a legalização do PCB o Comitê Central num recurso para atender as exigências da legislação vigente, altera o nome para Partido Comunista Brasileiro (PCB), com isso tenta descaracterizar sua vinculação internacional. Assim, a utilização nesse trabalho do termo PCB tem essa compreensão de mudança interna do partido.

Para elucidar essa nova conjuntura no campo, podem-se destacar quatro importantes acontecimentos que marcaram a ação dos camponeses dessa época. São eles: o território livre de Trombas e Formoso; a Guerrilha de Porecatu; a Revolta de Dona Noca e o primeiro Congresso Nordeste de Trabalhadores Agrícolas.<sup>8</sup>

A Revolta de Trombas e Formoso, ocorrida em Goiás, teve repercussão de 1948 até 1964, e foi um conflito entre fazendeiros e camponeses em Goiás pela posse de terras na região. Os trabalhadores tinham como uma de suas lideranças o trabalhador José Porfírio, que alcançou grande visibilidade no movimento. Apesar da ação da Polícia Política, o conflito de Trombas e Formoso teve uma enorme repercussão para a história da luta camponesa, pelo grau de enfrentamento e pela forma truculenta da ação da polícia.

Como um dos desdobramentos, pode-se destacar o acordo realizado entre os posseiros e o então Governador do Estado, Pedro Ludovico, por meio do qual os posseiros poderiam permanecer no local em troca de votos na eleição de sucessão do Governo, em favor do seu sobrinho. Desta maneira, Trombas e Formoso constituíram território *livre* com governo próprio, facilitando, posteriormente, a criação do Município de Formoso com José Porfírio como deputado Estadual.

Já a Guerrilha de Porecatu iniciou-se em 1950, na margem esquerda do Rio Paranapanema, que dividia os Estados de São Paulo e Paraná. O conflito começa em Porecatu, com combates sangrentos entre posseiros e latifundiários pela posse de terras no norte do Paraná. As lutas prosseguiram, com muitos mortos e feridos, até janeiro de 1951, quando assumiu no Paraná um novo Governador disposto a resolver o problema.

A Revolta de Dona Noca inicia-se em 1951, no interior do Maranhão, e foi uma revolta distinta do movimento que estava ocorrendo na mesma época na capital do Estado, São Luís, que tinha como liderança o jornalista Neiva Moreira e a comunista Dra. Maria Aragão. Já a Revolta de Dona Noca tinha como liderança a prefeita do município de São João dos Pastos, Joana da Rocha Santos, de apelido Dona Noca, que lutou ao lado dos operários, dos camponeses e estudantes contra a posse do governador eleito, Eugênio de Barros. Eles lutavam contra a falta de legitimidade do Governador, que foi eleito pelos grandes fazendeiros, e contra os descasos para com os trabalhadores do campo e da cidade. No entanto, depois de trinta dias de revolta entre as

---

<sup>8</sup> Cf. GLEYSON N. ASSIS. *Os Movimentos Sociais do Campo e a Polícia Política no contexto democrático de 1945 a 1964*. Monografia. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2005.

idades de Barão de Grajaú e São João dos Pastos, no Morro do Mutum, a Revolta de Dona Noca foi derrotada por forças policiais.

O primeiro Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas realizou-se, em agosto de 1954, com a coordenação do PCB do Estado de Pernambuco, na cidade de Limoeira, tendo como uma das lideranças o operário Pedro Renaux Leite. O Congresso foi um dos esforços das organizações camponesas junto com o PCB, que estavam fora da legalidade na busca de institucionalizarem legalmente a luta campesina. Apesar do enorme número de camponeses presentes no Congresso, a polícia política acabou violentamente com o mesmo, alegando ato subversivo.

Portanto, pode-se perceber que o período de 1948 a 1954 foi uma fase marcada por conflitos sangrentos, mas também representou a gênese dos movimentos sociais do campo, ainda que de maneira um pouco isolada, ou seja, sem aquelas profundas ligações e articulações que irão marcar as características das Ligas Camponesas de Francisco Julião e a ULTAB e CONTAG de Lyndolpho Silva, no período posterior, de 1955 a 1964.

As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais (meeiros, foreiros, arrendatários e pequenos proprietários), que tiveram fortes atuações no período de 1955 até o fim do governo de João Goulart, em 1964. O movimento começou com a organização, no dia 1º de janeiro de 1955, da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Realizado por 140 famílias de foreiros que viviam em uma área de quinhentos hectares de terras do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão – entre a região do agreste com a zona da mata de Pernambuco – esse engenho não estava mais exercendo suas atividades açucareiras. Essas famílias lutaram e ganharam na justiça a posse desse engenho com a ajuda do advogado Francisco Julião, que se tornou a sua principal liderança nacional.

Vários núcleos das Ligas surgiram em Pernambuco. No ano de 1961, já existiam 25 núcleos no Estado. Esses núcleos também se espalharam rapidamente pelo Brasil, como por exemplo, nos Estados da Paraíba, Rio de Janeiro (Campos) e Paraná. Na Paraíba, destacou-se um núcleo chamado Sapé, o maior e mais expressivo, cujo ápice ocorreu em 1962, quando seu líder, João Pedro Teixeira, foi assassinado a mando de um latifundiário local. Depois dessa tragédia, o núcleo concentrou cerca de dez mil membros e houve proliferação de núcleos nas regiões próximas.

Por outro lado, surgiu também, nesse contexto de grande mobilização das massas camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que foi uma organização criada em 1954 pelos trabalhadores agrícolas e pelos militantes do PCB. Tinha como objetivo organizar os trabalhadores rurais do Brasil. Essa ligação do PCB e a ULTAB surgiu inicialmente frente aos trabalhadores agrícolas de São Paulo e do Paraná e posteriormente em outras regiões brasileiras. Os principais líderes fundadores do movimento, que tiveram renomes nacionais foram: Lyndolpho Silva (Rio de Janeiro), Jofre Correia Neto (em São Paulo), José Porfírio (em Goiás) e o Jornalista Nestor Vera e outros com igual importância.

A partir desses fatores contextuais,

“percebe-se também que a história dos agentes de mediação e dessas entidades, bem como do movimento camponês no período 1945-1964, ocorre paralelamente e confunde-se forçosamente com a biografia política de várias lideranças e das organizações políticas às quais estavam ligadas. Lyndolpho Silva foi uma dessas lideranças.”<sup>9</sup>

A liderança de Lyndolpho Silva foi evidenciada em três trabalhos acadêmicos. O primeiro, organizado pelo Professor Paulo Ribeiro da Cunha, intitula-se “*O Camponês e a história: a construção da ULTAB e fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*”<sup>10</sup>. O segundo é a dissertação de Luiz Elias Sanches, intitulada “*Lyndolpho Silva: biografia de uma militância*.”<sup>11</sup>. Já o terceiro é a entrevista feita com Lyndolpho Silva pelo Professor Luiz Flávio Carvalho Costa, intitulada “A construção da rede sindical rural no Brasil pré -1964”<sup>12</sup>

O livro organizado pelo Professor Paulo Ribeiro da Cunha é uma obra primorosa que dá voz a Lyndolpho Silva, através de várias entrevistas feitas com Lyndolpho ao longo de sua vida. A proposta dessa obra é referenciar as memórias de Lyndolpho, com ênfase em sua militância, no período democrático de 1946 a 1964, e também na sua saída do Brasil, após o Golpe Militar.

Assim, esse trabalho possibilita mapear a trajetória de vida pessoal e política de Lyndolpho Silva, como uma particularidade fundamental, que são suas memórias sobre seus caminhos e escolhas. Esse trabalho contribui de maneira ímpar para a história de luta dos trabalhadores rurais brasileiros e evidencia o lugar social de um de seus protagonistas.

---

<sup>9</sup> Paulo Ribeiro da Cunha (Org.) *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004. (Série Memória & História; 4) p. 17-18.

<sup>10</sup> Idem

<sup>11</sup> Luiz Elias Sanches. *Lyndolpho Silva: biografia de uma militância*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA – UFRRJ, 2000.

<sup>12</sup> Luiz Flávio Carvalho Costa. “A construção da rede sindical rural no Brasil pré -1964”. In *Estudos, Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA / UFRRJ, junho de 1994. (Entrevista / Lyndolpho Silva)

Cabe, ainda, elucidar que a obra de Paulo Ribeira da Cunha não tem a pretensão de problematizar historicamente a militância e seu contexto ou discutir o lugar dessa análise de Lyndolpho Silva a *posteriori* e sim organizar essas falas de uma trajetória importante desse país, possibilitando assim o conhecimento histórico dessa militância dos trabalhadores rurais brasileiros.

A dissertação de Luiz Elias Sanches é também uma obra muito importante de visualização da militância de Lyndolpho Silva. O trabalho propõe, como enredo principal, a trajetória de Lyndolpho Silva, mas também faz ampla análise do PCB e de seus militantes e teóricos.

Evidencia-se também uma gama de conhecimentos sobre biografias e sobre a sindicalização rural, que se tornam necessários como base norteadora para um trabalho que pretende discutir a militância de Lyndolpho Silva, porém a amplitude temática trabalhada não possibilitou uma análise mais pormenorizada da militância de Lyndolpho Silva como sujeito construtor de sua representatividade. Todavia, essa dissertação possibilitou o resgate da figura de Lyndolpho Silva e da sua documentação pessoal como fonte histórica de pesquisa.<sup>13</sup>

A entrevista realizada pelo Professor Flavio Carvalho com Lyndolpho Silva buscou analisar a construção do sindicalismo rural no Brasil, no período democrático de 1946 a 1964, já que era o viés de um dos colaboradores dessa rede sindical.

Os temas das perguntas giravam em torno de como era essa articulação antes do surgimento da ULTAB; as mudanças na organização a partir de 1950; o movimento de 1954 e a criação da ULTAB; o caráter legal das instituições e sindicatos rurais; as disputas e parcerias pelo movimento sindical rural; a relação com governo do presidente João Goulart; a relação dos movimentos ligados à Igreja Católica; a relação da ULTAB, MASTER e Ligas Camponesas; e outros assuntos pertinentes nessa compreensão histórica.

A partir desses trabalhos, mencionados anteriormente, elaborou-se a presente pesquisa, que singelamente tenta dar sua contribuição para o estudo do momento histórico de mobilização dos trabalhadores rurais brasileiros, no primeiro período democrático do Brasil, a fim de resgatar do esquecimento um dos grandes protagonistas, no caso específico Lyndolpho Silva.

---

<sup>13</sup> Arquivo Lyndolpho Silva – CPDA / UFRRJ: núcleo de documentação do CPDA em sua sede & no site: <http://www.ufrj.br/cpda/als>

Desta maneira, o presente estudo pretende abranger, no âmbito geral, a questão da Reforma Agrária Brasileira, já que tinha importância e sentidos particulares para vários grupos sociais:

“se para os nacional-desenvolvimentistas a reforma agrária teria um aspecto primordialmente econômico, criando uma ‘nova classe de proprietários’ e, por extensão, ampliando o mercado interno e desbloqueando o desenvolvimento do capitalismo no país, para a direção do PCB, seu sentido seria primordialmente político, pois terminaria com o poder extra-econômico dos latifundiários, principais aliados do ‘imperialismo norte-americano’ no país. Desta maneira, a luta pela terra, portanto, pela disseminação da propriedade privada, colocava no centro do processo revolucionário brasileiro um amplo espectro de grupos sociais que formavam as classes trabalhadoras no campo. Tal era vista como fundamental ao desenvolvimento da economia ‘nacional’, mas, ao mesmo tempo, como uma ampliação do espaço *democrático* com a inclusão de grande parte da população que, esteve à margem da sociedade brasileira.”<sup>14</sup>

Nesse cenário, e nesse limite temporal relatado anteriormente, o presente trabalho pretende abranger, no âmbito específico, uma verticalização da militância de Lyndolpho Silva, que se mostrou um militante completamente ligado aos ideais vigentes nas hostes do PCB e do contexto político-democrático que o país vivia.

Para tal desenvolvimento analítico, irá se sobressair a visão de Lyndolpho Silva sobre o contexto e a militância por ele vivido, sendo que isso ocorrerá através de suas memórias, registradas em várias entrevistas e documentos.

O objetivo da pesquisa é analisar a liderança de Lyndolpho Silva, que era mais que um militante do PCB, tornando-se assim uma liderança importante para o movimento social, principalmente para o movimento social agrário desse país. Dentre as suas contribuições para o movimento social agrário brasileiro, devem ser destacadas: a organização da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), além de seus artigos na coluna “Conheça os seus direitos”, no jornal *Terra Livre*.

Nosso viés na trajetória de Lyndolpho Silva possibilita entender o processo de formação política, social e intelectual de lideranças nos anos 50. Desde modo, ele torna-se, para o desenvolvimento da pesquisa, a metonímia das lideranças dos anos democráticos. No entanto, sabendo que a metonímia não é o todo e sim parte do mesmo, pode-se afirmar que essa liderança adquiriu maior visibilidade entre as demais lideranças agrárias de sua época. Cabe, ainda,

---

<sup>14</sup> CARLOS MAURICIO FRIED DA SILVA. “A Luta pela terra e os intelectuais Comunistas (1954-1964).” In Colóquio em História Agrária. Niterói: UFF, de 17 a 19 de outubro de 2005.

ressalvar que a biografia de Lyndolpho Silva retrata os sonhos e conquistas de muitos que se tornaram vencedores e perdedores na luta pela Reforma Agrária Brasileira.

Pretende-se também observar as relações e as posturas das lideranças de movimentos sociais agrários no contexto em estudo, principalmente, a de Lyndolpho Silva (ULTAB e CONTAG) e Francisco Julião (Ligas Camponesas).

Os pressupostos teóricos e metodológicos desse trabalho têm uma aproximação da análise realizada na micro-história devido à pesquisa que destaca a liderança política de Lyndolpho Silva através de sua biografia, memória e documentação pessoal. Desta maneira, pretende-se fundamentar uma análise com alguns embasamentos na micro-história, onde se busca uma descrição mais realista do comportamento e atuação dessa militância, desenvolvendo assim um modelo de ações que tira do *silêncio* sujeitos históricos esquecidos no mar da História.

O presente estudo aproxima-se, como balizas bibliográficas, dos grandes ícones da micro-história, que são Carlo Ginzburg, Jacques Revel e Giovanni Levi. Desta forma, cabe observar que, para o embasamento teórico-metodológico na microanálise ou micro-história, é preciso que fique claro que

“a abordagem micro-história é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável). Notemos desde já que a dimensão ‘micro’ não goza, nesse sentido, de nenhum privilégio especial. É o princípio da variação que conta, não de uma escala em particular”<sup>15</sup>

Portanto, a escolha dessa análise de observação do micro, tendo como norte a atuação de Lyndolpho Silva, não possui um privilégio e sim uma clareza maior de visão das tramas existentes.

O trabalho abarcará a princípio o contexto democrático brasileiro, 1946 a 1964, e o internacional, onde o mundo estava dividido pela Guerra Fria. Em seguida, pretende-se contextualizar as lutas pela Reforma Agrária, seja pelo viés econômico seja pelo social.

Deste modo, observam-se vários caminhos apontados e interpretações feitas sobre a Reforma Agrária Brasileira, dentre estes se pode destacar que

---

<sup>15</sup> JACQUES REVEL. “Microanálise e construção do social” In JACQUES REVEL. (Org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988, p. 20.

“vários diagnósticos – entre os mais progressistas e respeitados, diga-se de passagem, como por exemplo, aqueles inspirados no arcabouço teórico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – convergiam na tentativa de mostrar que a nossa estrutura agrária extremamente concentrada era *limitante* ao processo de industrialização do país.”<sup>16</sup>

Para além dessas discussões sobre a Reforma Agrária, a pesquisa irá vislumbrar a atuação daqueles que buscaram essa transformação da estrutura agrária brasileira através de lutas sociais por direitos, que estavam negligenciados no Brasil. Desta forma, destacar-se-á o lugar social de Lyndolpho Silva, da sua luta e do seu partido político. Cabe mencionar, que além da biografia de Lyndolpho Silva, pretende-se percorrer pela bibliografia pecebista, visto que sua postura era ser um elemento inteiramente à disposição do partido.

---

<sup>16</sup> José Graziano Da Silva. *O Que é Questão Agrária*. 6ª ed.. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 28.

## 2- Lyndolpho Silva e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) <sup>17</sup>

“Entre 1945 e 1964, o tempo de uma república, amplos movimentos sociais articularam-se no Brasil em torno de um programa *nacional-estatista*, esboçados no período do Estado Novo. Quais os aspectos principais desse programa? Estado forte, empolgado por lideranças carismáticas. Nacionalista. Desenvolvimento econômico autônomo e planejado. Justiça social. Mercado regulado. A idéia de uma Nação Poderosa, Justa e Próspera. Falava-se também em democracia e em liberdade democrática, mas estes, decididamente, não eram os ingredientes básicos da receita.” <sup>18</sup>

Muitos que viveram esse momento histórico, de 1945 a 1964, mobilizaram-se em torno desse projeto de Nação. Vários foram os sonhos e esperanças retratadas nas lutas, nas greves, nos partidos e nos movimentos sociais, que buscaram um enfretamento em favor de uma sociedade diferente e democrática.

Dentre esses grupos que se mobilizaram, pode-se destacar o Partido Comunista do Brasil (PCB), que buscou seu espaço nesse momento de ares democráticos. Assim, procede-se, neste capítulo, a uma análise de sua trajetória, nesse período democrático, e de sua postura perante o tema da Reforma Agrária, com o trabalho dos seus militantes, em especial a atuação de Lyndolpho Silva.

O PCB trazia, antes de 1945, uma visão do país a partir da qual se constatava que o Brasil era dominado pelos grandes senhores de terra, em regime semi-feudal de latifúndios e com dependência do imperialismo. Segundo essa linha de interpretação, a etapa de atuação era formar uma frente de emancipação do país, ou seja, uma Reforma Agrária e uma luta antiimperialista (tendo operários, camponeses, pequeno-burgueses e aquela parte da burguesia que é contra o imperialismo).

O cenário brasileiro e mundial iria mudar, com o fim da Segunda Grande Guerra, em 1945. No Brasil, os ares da democracia e da liberdade se fizeram presentes. Começou uma grande corrida dos partidos políticos nessa nova etapa. O país vivia pela primeira vez uma experiência democrática. A UDN (União Democrática Nacional) trazia como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes, que tinha como postura de luta o antigetulismo e possuía o apoio de setores das camadas médias e das camadas altas, ligadas ao capital internacional. Tinha também o PSD (Partido Social

---

<sup>17</sup> O nome do partido até 1961 era Partido Comunista do Brasil, mas visando conseguir a legalização do PCB o Comitê Central num recurso para atender as exigências da legislação vigente, altera o nome para Partido Comunista Brasileiro (PCB), com isso tenta descaracterizar sua vinculação internacional. Assim, a utilização nesse trabalho do termo PCB tem essa compreensão de mudança interna do partido.

<sup>18</sup> Daniel Aarão Reis Filho. “Entre Reforma e Revolução: a trajetória da Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964” //n: FILHO, Daniel Aarão Reis. & RIDENTI, Marcelo (Orgs). História do marxismo no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 93

Democrático), que indicou a candidatura do ex-ministro da Guerra de Getúlio, o general Eurico Gaspar Dutra. Esse ex-ministro também foi um dos que articularam a saída de Vargas.

Outro partido que se pode destacar era o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido varguista, que decidiu apoiar Dutra no pleito, já que receava uma possível vitória da UDN. Já o PCB estava em uma situação delicada, até porque o partido não havia se preparado para o pleito presidencial. O PCB não poderia apoiar Dutra e nem Eduardo Gomes devido a suas posturas consideradas reacionárias, e também por causa de sua política que buscava uma *União Nacional*.

Desta maneira, o Partido Comunista tentou adiar as eleições, mas o momento era de euforia democrática e não cabia tal procedimento. A primeira tentativa do PCB foi a candidatura do ex-prefeito de São Paulo, Prestes Maia, já que era amigo de Vargas e poderia levar os votos do PTB, porém Prestes Maia não aceitou a proposta. A menos de um mês das eleições, Luís Carlos Prestes divulgou o nome do candidato à Presidência da República pelo PCB, Yedo Fiuza, que era engenheiro e desconhecido, inclusive dos próprios militantes do partido. Na sua trajetória política, destacava a atuação como diretor do Departamento de Águas da Prefeitura do Rio de Janeiro e ocupava, na época, interinamente a Prefeitura de Petrópolis.

O tempo estava curto para os comunistas, mas o partido teve um grande poder de mobilização. Luís Carlos Prestes se candidatou ao Senado pelo Rio de Janeiro e a deputado em outros estados; a legislação eleitoral permitia essas situações. O PCB realizou, entre outubro e novembro de 1945, uma imensa mobilização para arrecadar fundos para a eleição, chegando a uma soma de aproximadamente 10 milhões de cruzeiros, isso com o grande apoio da militância dos membros e simpatizantes do partido, que organizaram Comitês em bairros, fábricas, escolas e outros lugares.

“Realizado o pleito, duas foram as surpresas: a vitória do Gen. Dutra sobre o Brig. Eduardo Gomes e a grande votação de Yedo Fiuza, com cerca de 600 mil votos em um eleitorado de aproximadamente 5 milhões. Para a vitória de Eurico Dutra, quando tudo parecia indicar a vitória udenista, foi decisivo o apoio de Getúlio que, entre a UDN e o PSD, preferiu o último. A votação de Fiuza foi uma demonstração da capacidade mobilizadora do Partido, conseguindo, em poucos dias, sensibilizar uma parcela expressiva do eleitorado. Conseguem ainda os comunistas eleger uma bancada federal de 14 parlamentares e um senador, Luís Carlos Prestes. Em São Paulo elegem 23 deputados e contribuem decisivamente para a vitória de Ademar de Barros para Governador do Estado, elegendo ainda uma bancada de 18 vereadores no Rio de Janeiro e fazendo maioria em uma série de câmaras de vereadores”<sup>19</sup>

Um novo momento estava acontecendo no Brasil. Era a época do pós-guerra e as mudanças exigiam posturas diferentes, porém, alguns grupos permaneceram com posturas sem

---

<sup>19</sup> Eliezer Pacheco. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984. p. 187

muitas alterações. No caso do PCB, havia uma proposta de união nacional e a visibilidade de um partido comprometido com a busca da paz e dos direitos.

Essa postura política do PCB garantiu a eleição de membros do partido em governos estaduais e assembleias estaduais e assembleia federal por todo o país. No entanto, esses eram os tempos de Guerra Fria, em que o mundo estava dividido por influência capitalista dos Estados Unidos e, por outro lado, pelo comunismo da União Soviética.

O Brasil, estando sobre influência direta do capitalismo norte-americano, iria iniciar uma pressão política contra o Partido Comunista, apesar de ter sido um momento democrático brasileiro, porém era um momento que trazia o ranço de um autoritarismo, como uma cicatriz de uma ferida ainda em processo de cura. Desta forma, apesar do prestígio eleitoral de janeiro de 1947, no mesmo ano os comunistas foram surpreendidos por uma armadilha que culminou na cassação do registro legal do PCB como partido político.

“o processo pela cassação havia sido proposto desde o ano anterior, por solicitação de um deputado historiônico, Barreto Pinto, do PTB. Tramitava morosa e burocraticamente. A fundamentação jurídica era pífia, conforme se pode constatar a leitura dos votos dos juízes que a recusaram. No entanto, prevaleceram as razões políticas. O ambiente já pesado da Guerra Fria. O reacionarismo das forças que haviam empalmado o poder com Dutra. O antidemocratismo básico dos liberais brasileiros. O visceral anticomunismo das elites bem pensantes, intoxicadas pelas próprias campanhas caluniosas. O medo de um crescimento ainda mais acentuado dos comunistas num futuro próximo, o que inquietava até mesmo os aliados trabalhistas, além de outras forças de esquerda.”<sup>20</sup>

Esse foi o momento, também, em que Lyndolpho Silva se aproximou do Partido Comunista. Através da imprensa, Lyndolpho acompanhava as questões envolvendo os aliados que lutaram na Segunda Grande Guerra, onde uma disputa entre Estados Unidos e União Soviética se fazia presente. Lyndolpho observava na imprensa muitas acusações contra o PCB, que estava se adaptando no início de um momento de democracia no Brasil em 1945, após a saída de Getúlio. Assim dizia Lyndolpho:

“Internamente, no Brasil, ocorreu uma coisa: quando derrubaram Getúlio, em outubro, associaram a esse fato o Partido Comunista, que estava sendo montado. Apresentaram no processo armamento que o partido tinha na sua sede e afirmaram que o que pretendia naturalmente era fazer guerra contra as autoridades nacionais, mas vi uma coisa nova pela imprensa. Na imprensa, de modo geral, eu estava vendo que o objetivo dos comunistas era ajudar o Getúlio. Eu fui ler, e vi numa banca de jornal pendurado o *Tribuna Popular*, que era o jornal do Partido Comunista, e fiquei sabendo ali, naquele momento, o que antes não sabia. Eles só desmentiam, combatiam essa coisa toda, mas quando comecei a ler as idéias desse jornal, comecei a entender que esse lado era o mais importante para o nosso futuro. Foi exatamente aí, depois de ler esse jornal, que entendi que deveria ter o Partido Comunista como o caminho a ser trilhado no nosso grande objetivo. Comecei a acompanhar isso.”<sup>21</sup>

<sup>20</sup> Daniel Aarão Reis Filho. *Op. Cit.*, p. 75

<sup>21</sup> Paulo Ribeiro da Cunha. (Org.) *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004. (Série Memória & História; 4), p. 37 e 38

Lyndolpho tentava acompanhar as notícias sobre o Partido através dos jornais, mas nem sempre tinha dinheiro para comprá-los. Assim, ficava olhando o jornal pendurado na banca, que ficava na esquina da rua Rio Branco com a rua do Ouvidor, próximo de onde ele trabalhava. Um dos jornais que mais chamou a atenção de Lyndolpho foi um que tinha a reportagem da invasão da polícia à sede do PCB, que ficava próxima à Lapa, onde a polícia tinha encontrado armas. Lyndolpho comprou o jornal, leu as notícias e chegou às seguintes conclusões:

“Aqui está o meu negócio! Aí que estalou, grosso modo. Não foi pelo carisma de Prestes que entrei no partido, embora eu tinha visto no centro do Rio de Janeiro comício pela anistia para Prestes. Eu me despertei com esse fato ali, comecei a ler o jornal e, logo em seguida, comprei o *Manifesto Comunista*, o primeiro livro que li. Eu vi aquilo. Então acompanhava tudo o que acontecia com o partido.”<sup>22</sup>

Assim Lyndolpho se informava do que acontecia com o partido. No final de 1945, foi convidado para ser fiscal do PCB nas eleições, na estação de Santa Cruz, apesar de não ser do Partido. Ele não queria se envolver com política, não queria deixar de trabalhar de dia e estudar à noite, já que seu objetivo era sair da miséria, que emplacava a trajetória de sua família. Deste modo, Lyndolpho não se filiou ao PCB em 1945. Essa filiação só veio a acontecer no final de 1946.

O grande ato de aproximação de Lyndolpho Silva com o PCB veio quando surgiu uma campanha de ajuda financeira ao jornal do Partido. Lyndolpho começou a passar uma lista, pedindo a ajuda do povo na campanha para o jornal. Ele conseguiu reunir uma quantia de dinheiro e foi à sede do PCB entregar a soma. Os membros do partido receberam a quantia com muita satisfação e falaram para Lyndolpho preencher a ficha de filiação. Ele relutou no início, porque ficou preocupado com os estudos, mas acabou convencido e preencheu a ficha em outubro de 1946.

Nessa época, Lyndolpho vivia em Bangu, zona oeste do Rio de Janeiro. Quando se filiou, disseram-lhe que alguém do partido da região de Bangu iria procurá-lo. Isso ocorreu em janeiro de 1947, quando chegou um militante da organização de bases do PCB cobrando a mensalidade e informado sobre uma reunião do Comitê Distrital. Lyndolpho decidiu ir para entender a dinâmica do partido, conforme ele diz:

“Eu resolvi ir. Fui, gostei, alto nível político, e eu estava lendo, estava lendo o jornal do partido (e os jornais que tinham as outras opiniões a respeito disso tudo), quer dizer, comecei então a viver politicamente. Isso em 1947.”<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Idem, p. 38

<sup>23</sup> Ibidem, p. 39.

Lyndolpho Silva cada vez mais buscava se informar sobre o que estava acontecendo, através de jornais, que comprava diariamente. Às vezes passava fome, mas não deixava de comprar o jornal. Participava de debates, fazia a leitura de livros. O primeiro foi o “Manifesto Comunista”, depois começou a ler outros sobre a história do movimento comunista em outros países. Também lia discursos importantes feitos no Brasil e em outras partes do mundo.

Após a proscrição do Partido Comunista, em 1947, muitos temeram ir ao Comitê Distrital, mas Lyndolpho não ficou com medo e, no dia seguinte à cassação do registro do PCB, se dirigiu ao Comitê de sua região para saber o que iria ser feito perante os fatos. Lá, teve a oportunidade de encontrar Arlindo Pinho, que era o primeiro secretário daquela unidade. Ele mandou Lyndolpho levar para sua casa uma biblioteca de livros marxistas, que proporcionaram maior profundidade teórica sobre o comunismo e sobre sua postura como militantes do partido comunista.

O contexto dessa época era de um governo pós a ditadura varguista; de um militar como presidente; de disputa entre ocidente capitalista *versus* oriente comunista. Deste modo, pode-se perceber que o presidente

“Dutra, desde o início de seu governo, demonstrou sua orientação extremamente reacionária, cercado-se de notórios direitistas como o chefe do gabinete militar, o general integralista Newton Cavalcanti. A Lei de Segurança é novamente acionada, repetem-se as intervenções nos sindicatos mais combativos, as classes dominantes, na velha cantilena, jogam a responsabilidade da inflação sobre os ombros dos trabalhadores e o governo congela os salários. São realizadas as mais danosas transações comerciais com os EUA, dissipando, em pouco tempo, todas as reservas acumuladas pelo Brasil durante a guerra em troca de produtos supérfluos, como brinquedos plásticos. Naturalmente, um governo com tal orientação via com maus olhos o estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS e a legalização do PCB, ambos frutos dos ventos democratizantes soprados após a Grande Guerra.”<sup>24</sup>

As relações entre Brasil e URSS, no governo do General Eurico Gaspar Dutra, eram muito delicadas, principalmente depois que um funcionário da embaixada brasileira em Moscou foi preso por embriaguês e desordens. Outro fato que também agravou essa relação diplomática foi uma notícia divulgada em uma revista soviética, na qual se dizia que as patentes dos generais brasileiros não se conseguiam nos campos de batalhas e sim nos campos dos cafés.

Internamente, a legalização do PCB era uma preocupação para o governo, que pressionava o processo de proscrição. O Processo foi levado ao Supremo Tribunal Federal, que aceitou o parecer do Vice-procurador da República Alceu Barbedo, por 3 votos contra 2, lavrou

---

<sup>24</sup> Eliezer Pacheco. Op. Cit., p. 195

as sentenças de que o partido é uma organização estrangeira, pois seu nome se intitulava Partido Comunista do Brasil e não Brasileiro, assim seu nome era a maior prova! <sup>25</sup>

O fechamento do PCB foi algo que causou muita surpresa para todos, em 1947. Em plena democracia, um ato tão reacionário ser permitido e legalizado pela justiça era mesmo de causar espanto. Na mesma proporção de espanto, foi a não reação do partido, que tinha cerca de 180 mil filiados e vários políticos eleitos pelo mesmo.

Pode-se chegar à conclusão de que

“a direção do PCB cometera sério erro de avaliação do quadro político subestimando as forças da reação e confiando cegamente na democracia burguesa. Tanto é verdade que, enquanto se decidia no STF o fechamento ou não do Partido, este se limitava a dar um tratamento exclusivamente jurídico à questão, confiando apenas na justiça do sistema, sem apelar um momento sequer para a mobilização popular contra a medida. Prestes, pouco tempo antes, afirmava que *ninguém ousaria fechar o PCB*” <sup>26</sup>

O fechamento do PCB causou um abalo de grande proporção para os comunistas, principalmente, pela passividade da Direção do partido. Além disso, começou uma verdadeira *caça às bruxas*, várias sedes do partido foram fechadas pela polícia, e houve uma movimentação para tentar salvar arquivos e documentos nos comitês e nos jornais ligados ao PCB, que também sofreram as retaliações eminentes à proscricção.

A situação piorou muito para os filiados ao partido. Os eleitos nas eleições pregressas pelo PCB tiveram, alguns meses depois da cassação, seus mandatos e direitos cassados. Com isso, os militantes do PCB não podiam mais participar da política pelo partido.

O partido, como um todo, teve que tentar sobreviver na clandestinidade. Um exemplo foi o Comitê Central que se articulava com muita dificuldade, principalmente, com o isolamento do Secretário Geral do Partido, Luís Carlos Prestes, que esteve por mais ou menos nove anos distante da direção do partido, dos militantes e do povo.

Para essas ações, o Estado utilizou a força da Polícia Política, que agia para tais atos com legitimidade na Lei de Segurança Nacional, tendo como uma de suas funções o cerceamento e a vigilância, noite e dia, das ações dos militantes comunistas. Em outras palavras,

“nesse pólo de reflexão, a democracia deveria ser limitada, vigilante e exercer um grau relativo de intolerância. O liberalismo clássico não respondia às demandas pela defesa do Estado constituído. A análise de conjuntura apontava os comunistas como inimigos poderosos a serem refutados pela ação legal, quer por uma Lei específica, quer pelo Código Penal emendado.” <sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> idem, p. 196

<sup>26</sup> Ibidem, p. 197

<sup>27</sup> Luís Reznik. *Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no Pós Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 66

O PCB, devido aos fatos ocorridos, se posicionava do lado oposto do sistema democrático que existia. Com isso, a reação começou com um movimento de protesto pedindo a *renúncia* do Presidente em exercício da época, o General Eurico Gaspar Dutra, apoiado por alguns políticos simpáticos e uma parte da Imprensa. Porém, a fragilidade de articulação imediata do partido não conseguiu fazer uma frente de resistência ao governo Dutra.

Assim, o PCB

“de volta aos subterrâneos da sociedade. Os comunistas reagiram com a radicalização revolucionária. Dois textos políticos, entre muitos outros, exprimiram de modo mais complexo o novo curso político adotado: o manifesto de janeiro de 1948 e, principalmente, o de agosto de 1950.”<sup>28</sup>

Os mapeamentos dessas repercussões podem ser percebidos pelo olhar de Lyndolpho Silva perante esse momento e na sua atuação na região de Bangu e adjacências, hoje zona oeste do município do Rio de Janeiro, onde havia o comitê distrital mais perto de sua residência. Deste modo, pode-se verificar assim essa percepção:

“Quando chegou maio de 1947, foi cassado o registro eleitoral do partido, tudo foi desmanchado, todo mundo correu. Até que alguns dias depois veio o Arlindo Pinho, que era também vereador lá e membro da nova direção do PCB, e tentou começar a construir o partido lá [Bangu]. Da primeira reunião que nós fizemos participaram cinco pessoas, eu era uma delas. As outras eram mais velhas do que eu.”<sup>29</sup>

Essas palavras de Lyndolpho elucidam o objetivo do PCB de reestruturar-se perante o golpe sofrido, porém, não era uma tarefa fácil, já que vários militantes sofreram perseguições e, com isso, o medo entre a militância era constante. Poucos foram os que se arriscaram na clandestinidade, para a construção dos organismos e quadros do partido.

Além disso, para tal empreendimento era preciso o emprego de dinheiro e para isso era necessário gente especial para tal atividade. Essa captação de recursos era feita entre os militantes, os trabalhadores urbanos, comerciantes e entre pessoas comunistas ou apenas simpáticas aos ideais do PCB.

Prontamente, Lyndolpho Silva se colocou para executar as tarefas necessárias para ajudar o partido, mas encontrou algumas dificuldades. Além disso, tudo deveria ser feito com muita cautela para não ser preso. Outro problema que havia era que na região de atuação de Lyndolpho só existia a Fábrica Bangu para desenvolver o trabalho, mesmo assim o partido tinha que começar a se organizar pela fábrica e depois por outros meios.

Desta forma, Lyndolpho, junto com outros companheiros, iniciou a tarefa e, depois, expandiram-se tais atividades, conforme ele mesmo relata:

<sup>28</sup> Daniel Aarão Reis Filho. *Op. Cit.*, p. 76

<sup>29</sup> Paulo Ribeiro da Cunha. (Org.). *Op. Cit.*, p. 40

“Os operários da fábrica eram calculados em 6 mil; a maioria morava lá no bairro mesmo. Começamos a tentar construir o partido. Agora, começou a despertar a região, que era essencialmente camponesa, eram geralmente posseiros. Tinha também um movimento de associação de posseiros, e a gente, vendo isso, e pertencendo a um partido que estava pensando nesse assunto, logo começou a se dedicar a isso. Para mim não era dificuldade fazer isso. Foi então que começaram determinadas manifestações de camponeses e alguém tinha que se dedicar, e eu, por ter sido de origem camponesa, vendo tudo isso, comecei a fazer um movimento maior. Saí para lá mesmo. Agora, eu era único cara que, com profissão de alfaiate, podia trabalhar por conta própria lá em Bangu. Às vezes eu levava a noite inteira para terminar o meu trabalho, por que a tal hora precisava fazer tal coisa, encontrar com o pessoal.”<sup>30</sup>

Essa passou a ser a vida de Lyndolpho Silva e seus companheiros, que dedicaram suas vidas políticas e econômicas em prol da organização do PCB, essa era a vontade da Direção Nacional do partido e de todos os pecebistas. Trabalhando como alfaiate, fazendo paletó e calça, em Bangu, para a pequena alfaiataria do seu amigo Zózimo, Lyndolpho tinha liberdade para dar atenção à militância, já que podia realizar o trabalho na alfaiataria, em casa de madrugada, porém, tudo no prazo para os clientes.

Desta forma, pode-se observar que, para Lyndolpho, isso foi primordial na sua luta. Assim, ele menciona:

“Nesse processo, com essa autonomia de trabalho, eu fazia tudo isso. Fazia um paletó às quatro horas da manhã porque, fora disso, era hora de visitar a fábrica, hora de me encontrar com o pessoal na reunião do partido, hora de fazer determinados acontecimentos. O patrão era do PCB, embora não fosse uma militância grande, mas eu tinha a chave da alfaiataria dele, então eu trabalhava na hora que eu podia. E como a minha crença era efetivamente levar a luta do PCB para frente, a gente procedia assim. Então, trabalhava às vezes durante a noite, mas na hora de me encontrar com o pessoal, largava o trabalho e ia para esse encontro.”<sup>31</sup>

Assim procedia a vida de Lyndolpho no PCB até que, em 1952, ele recebeu uma proposta da direção estadual do partido para deixar de trabalhar e passar a receber uma ajuda de custo para sobreviver. Desta forma, poderia coordenar melhor o partido na região de Bangu até Santa Cruz. No entanto, essa proposta iria trazer um imenso trabalho e a ajuda de custo do partido era pouca. Contudo, Lyndolpho não teve dúvida em aceitar, até porque sua capacidade de articulação e sua idade eram ótimas armas no comando do PCB naquela região e assim permaneceu até 1954, quando foi para São Paulo fundar a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).<sup>32</sup>

Lyndolpho não demonstrou medo depois da cassação do PCB e lutou para colocar o partido na legalidade, o que infelizmente não foi possível, mas sempre esteve em sintonia com a orientação do partido, que era a preparação para a tomada do poder, ou seja, a Revolução. Dessa

---

<sup>30</sup> Idem, p. 41

<sup>31</sup> Ibidem, p. 42

<sup>32</sup> No capítulo seguinte, intitulado *Lyndolpho Silva e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB (1954-1964)*, pode-se perceber a visibilidade da liderança de Lyndolpho Silva a frente da ULTAB em todo o Brasil.

forma, as dificuldades de sua vida não foram poucas. Ele chegou até mesmo a dormir uma noite na cadeia, conforme ele mesmo diz:

“Eu fui preso uma vez, logo depois da cassação do registro do partido, ao sair do trabalho e ir para a escola. Fui fazer exame de latim, quer dizer, esse professor de lá disse: — Oh, vem cá. Antes de você sair, vamos distribuir aqui papelzinho do nosso partido que é comemorativo do aniversário da Constituição. E aí fomos presos. Fomos os dois dormir na cadeia, saímos no dia seguinte. Mas só em determinados lugares a reação não era tão violenta no primeiro período. Depois da cassação do PCB houve efetivamente muita gente que se assustou, mas foi possível renovar a constituição do partido com alguns dos antigos e outros que estavam entrando nessa época. Apesar de tudo, o partido tinha no momento uma expressão política vantajosa com a participação de muita gente que não era comunista, nem de esquerda. Pelo menos a gente tinha posições políticas para atacar as coisas do país. Mesmo depois, quando Getúlio voltou, na outra eleição, tivemos aí um acontecimento muito importante para a vida política do país, que foi a defesa do petróleo, quando surgiu a Petrobrás.”<sup>33</sup>

O país se encontrava em grandes contrastes, além de estar vivendo um cenário de Guerra Fria, e se tornaram cada vez mais evidentes os lados opostos na sociedade. Havia grandes capitalistas, latifundiários, com uma ligação cada vez maior com o capital estrangeiro, que eram as classes dominantes perpetuadoras da exclusão de boa parte da sociedade. Encontrava-se também uma grande parte da população, que era de trabalhadores pobres, elementos das camadas médias, que eram em boa parte antiimperialistas. Diante desse retrato social, o PCB sistematizou nos seus manifestos uma postura expressiva de reação.

Esse sentimento de traição é percebido no Manifesto de Agosto de 1950, assinado por Prestes, onde declara que o governo de Eurico Gaspar Dutra é um governo de traição nacional ligado com capital estrangeiro e submisso ao Estado Norte Americano. Dessa forma, segundo o Partido, era necessária a convocação de todos que lutavam pelo Brasil a formar uma união, isto é, organizar uma frente de resistência progressista de resolução das mazelas brasileiras, através de ação revolucionária.

Desta forma, fica registrado no manifesto de agosto de 1950 a organização da *Frente Democrática de Libertação Nacional* (FDLN), que tinha como função reunir os que estavam descontentes com o momento por que o país estava passando. Para alicerçar essa atuação revolucionária, tinha um programa de nove pontos fundamentais, que são:

“1) Por um governo democrático e popular; 2) Pela paz e contra a guerra imperialista; 3) Pela imediata libertação do Brasil do jugo imperialista; 4) Pela entrega da terra a quem trabalha; 5) Pelo desenvolvimento independente da economia nacional; 6) Pelas liberdades democráticas para o povo; 7) Pelo imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras; 8) Instrução e cultura para o povo; 9) Por um exército popular de libertação nacional”<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Paulo Ribeiro da Cunha. (Org.). *Op. Cit.*, p. 46

<sup>34</sup> “Manifesto de agosto de 1950”. Em *Inquérito Policial Militar* nº 709: *Comunismo no Brasil*, 1º vol. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1967. p. 68. *Apud* Eliezer Pacheco. *Op. Cit.* p. 199.

Essa contra ofensiva do PCB contra o governo do General Dutra, estabelecendo a Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), encontrou uma enorme dificuldade de se implementar na prática os pontos fundamentais. Todavia, a experiência que o partido já possuía na articulação como trabalhadores rurais, adquiridos com as primeiras ligas camponesas <sup>35</sup>, proporcionou, a partir do Manifesto de Agosto de 1950, uma linha mais radical na luta junto aos trabalhadores do campo para resolução dos problemas agrários.

Desta forma, devido às várias articulações dos trabalhadores rurais, em busca de seus direitos, eles passaram a serem importantes personagens políticos da história brasileira. A bandeira levantada pelo campesinato brasileiro chama a atenção de grupos políticos e religiosos em favor das suas lutas. Mas, também, despertava as preocupações e a vigilância do Estado e seus poderes.

A participação dos trabalhadores rurais era algo importantíssimo para o PCB, conforme o item 4 do manifesto de 1950. A luta era para a entrega da terra a quem trabalhava, confiscando as grandes propriedades latifundiárias para os trabalhadores; para acabar com as péssimas situações de exploração do trabalho; garantir o recebimento pelo trabalho prestado em dinheiro; lutar pelo voto de analfabetos; proteger os povos indígenas e promover uma forte organização dos trabalhadores rurais.

Com essa perspectiva de aliança entre operário e trabalhadores rurais é que o Partido Comunista vai se envolvendo e ajudando vários grupos no campo. Pode-se buscar nesse período dois grandes movimentos que repercutiram nacionalmente, que são a revolta de Trombas e Formoso, ocorrida em Goiás, que teve repercussão de 1948 até 1964 e, também, a guerrilha de Porecatu, que se iniciou em 1950, na margem esquerda do Rio Paranapanema, que dividia os Estados de São Paulo e Paraná. <sup>36</sup>

O Partido Comunista vai direcionando suas ações nessa ligação entre operários urbanos e trabalhadores rurais e vai fundamentando tal envolvimento em seus documentos oficiais, conforme uma Declaração em 1953, onde se reafirma um projeto de ocupação dos latifúndios e a luta pelo direito de posse dessas terras e das terras públicas. Em 1954, no IV Congresso do PCB,

---

<sup>35</sup> A partir de 1945 o PCB se destacou nas organizações das lutas no interior do país. Todavia, a proscrição do Partido Comunista em 1947 significou, principalmente, o fechamento das primeiras Ligas Camponesas, e foi no setor rural onde ocorreu a maior parte dos assassinatos, prisões e perseguições com que o governo Dutra marcou a adoção daquela medida arbitrária.

<sup>36</sup> Cf. Gleyson N. Assis. *Os Movimentos Sociais do Campo e a Polícia Política no contexto democrático de 1945 a 1964*. Monografia. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2005.

são reforçadas as posturas do PCB pela luta no campo e uma parceria com a burguesia nacional contra uma política imperialista e destruidora que dominava o Brasil. Assim, se formaria uma *revolução democrática e nacional libertadora* com uma enorme frente antiimperialista .

O desencadeamento da trajetória e desenvolvimento do PCB nesse cenário está nas palavras de Luís Carlos Prestes, secretário do PCB, que

“no informe sobre o IV Congresso, chama a atenção para alguns pontos importantes. No seu entender, uma das fraquezas do Partido está em não saber encontrar a ligação entre as reivindicações imediatas e os objetivos políticos do movimento operário, expressos no programa partidário. Assinala que o Partido subestimava o trabalho entre os camponeses e assalariados rurais, constituindo um grupo fraco no interior do Brasil. É necessário, no seu entender, ganhar as massas camponesas para a luta ativa sob a direção do partido. Para isso, é necessário levantar a bandeira da reforma agrária radical, criar em diversos municípios governos democráticos de libertação nacional. Uma estratégia sem dúvida essencial para facilitar a ligação com o campo, a relação política entre os operários e os camponeses, estaria nas conferências e congressos de trabalhadores agrícolas e camponeses. Nesse momento, Prestes fala da fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).<sup>37</sup>

Até a organização da ULTAB, em 1954, houve um período de amadurecimento da militância no envolvimento com as questões agrárias. No caso de Lyndolpho Silva, isso ocorreu na região oeste do Rio de Janeiro. A rotina se fazia dessa maneira para ele e seus companheiros do PCB ligados aos trabalhadores rurais :

“Eu fazia reunião com os posseiros, andava no meio deles, com eles, organizando, ouvindo, ajudando a fazer determinada coisa que eles não sabiam fazer. Ser prático na vida deles, esse negócio todo foi muito positivo para esse tipo de tarefa. Em Campo Grande, no lado que vai em direção à praia, fui apresentado a um camponês que me colocou a situação deles. Aí cheguei lá, fui cedo: — Moço, o negócio aqui é o seguinte: estou trabalhando aqui há não sei quanto tempo. O dono de lá fechou o trilho, que é o caminho de chegada lá no meu pedaço, e mandou que eu passasse pela estrada. E isso não dá. O trilho aqui tem muitos anos, então não posso fazer isso. Ele falou que se eu metesse a mão ele ia mandar me meter o cacete. E eu queria que os senhor me ajudasse a defender isso. — Tá bem... Moço, vamos lá. Aí eu fui para outra [fazenda], fiz tudo o que devia para não acontecer isso. Efetivamente, esse problema do caminho que o cara passa não sei quantos anos da casa dele para a cidade não podia mudar, já era um direito conquistado.”<sup>38</sup>

Era se envolvendo com a vida prática dos trabalhadores rurais que os militantes do PCB iam ganhando experiências, através das lutas para garantir direitos desses trabalhadores e a busca pela democratização das terras através da Reforma Agrária e assim estreitando cada vez mais a aliança entre os trabalhadores rurais e urbanos em prol da revolução.

Para isso acontecer, era preciso muita coragem e empenho de colocar o que em tese estava no Manifesto de Agosto de 1950, ou seja, era a prática de enfrentamento diário contra os grandes fazendeiros, que através de seus recursos reprimiam os direitos de uma massa campesina, que não sabia de seus direitos e não sabia como reivindicá-los. Muitas vezes, era preciso percorrer muitos quilômetros no interior para ajudar esses lutadores do campo, porém, quase

<sup>37</sup> José de Souza Martins. *Os camponeses e a política no Brasil: As Lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4 ed., Ed. Vozes, Petrópolis, 1990. p. 84

<sup>38</sup> Paulo Ribeiro da Cunha. (Org.). *Op. Cit.*, p. 48 e 49

nunca havia dinheiro para tal empreendimento, assim tudo era feito por militantes de muita coragem que iam até a pé enfrentar o desmando de muitos latifundiários no interior do país.

Devido ao trabalho realizado no Rio de Janeiro junto aos trabalhadores rurais fluminenses Lyndolpho Silva foi convidado a participar do Encontro Nacional Camponês, realizado em São Paulo em março de 1953. A partir desse evento, seu envolvimento nas questões do campo compreendia níveis nacionais.

Desta maneira, ele foi enviado, em outubro de 1953, para Viena, na parte ocupada pela União Soviética, para participar do III Congresso da Federação Sindical Mundial (FSM) e também para participar da I Conferência da União Internacional dos Sindicados de Trabalhadores na Agricultura, nas Florestas e Plantações (UISTAFP)<sup>39</sup>, que também iria ocorrer na mesma época.

Lyndolpho Silva, além de participar dos encontros, teve a oportunidade de fazer um curso de formação sindical da Federação Sindical Mundial, realizado em Budapeste, na Hungria, onde passou mais de dois meses. Essa experiência foi muito importante nos horizontes da sua militância pecebista à frente da ULTAB.

As questões que abalaram o mundo comunista como o stalinismo e a saída de vários militantes do partido, proporcionando o surgimento de dois partidos comunistas no cenário nacional o PC do B e o PCB, não provocaram uma reação na postura de Lyndolpho Silva, já que tinha uma missão a ser realizada à frente da ULTAB. Assim, essas questões são acompanhadas por Lyndolpho, porém, não houve um envolvimento mais concreto nessas discussões.

A busca da história de Lyndolpho Silva como militante do PCB, e de outros militantes que deram suas vidas ao partido, consiste em evidenciar a sistemática repressão que levou o PCB a viver a quase totalidade de sua existência na clandestinidade, mas em função dos militantes o partido não foi marginal às questões sociais que assolavam e assolam o país. Ao contrário, desde sua fundação no ano de 1922, e em quaisquer circunstâncias por que passou o partido, os comunistas, com seus erros e seus acertos, sempre tiveram um envolvimento muito intenso e humano como a massa trabalhadora desse Brasil. Portanto, buscar na história esses militantes esquecidos é recuperar a memória de um Brasil que se revoltou contra um domínio de uma classe

---

<sup>39</sup> A conferência foi realizada entre os dias 24 e 28 de outubro de 1953 e contou com a presença de 159 delegados de 75 países. Havia igualmente sessenta delegados observadores. Segundo Lyndolpho Silva, os delegados representavam 22 milhões de trabalhadores agrícolas, camponeses. Apud CUNHA, Paulo Ribeiro da. (Org.). Op. Cit., p. 50 nota 4.

privilegiada em detrimento de milhões de brasileiros famintos de tudo: de comida, de trabalho, de terras, de direitos e de ser brasileiros.

### 3- Lyndolpho Silva e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB (1954-1964)

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB – foi uma organização criada em 21 setembro 1954, na cidade de São Paulo, por ocasião do evento da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizado pelo movimento sindical, pelos trabalhadores agrícolas e pelos militantes do Partido Comunista Brasileiro. O objetivo da ULTAB era organizar os trabalhadores rurais do Brasil. Os principais líderes fundadores do movimento, que tiveram renome nacional, foram: Geraldo Tibúrcio, Jofre Correia Neto (em São Paulo), José Porfírio (em Goiás), Lyndolpho Silva (no Rio de Janeiro), José Portela e o Jornalista Nestor Vera.

Para a Presidência da entidade que estava nascendo foi eleito Geraldo Tibúrcio, para a Secretaria Geral foi eleito José Portela e para o cargo de Primeiro-secretário elegeu-se Lyndolpho Silva. Essa organização aconteceu em meio ao ano comemorativo de 400 anos de São Paulo. Tudo era festa e esperança e os planos de concretização da ULTAB ficaram como passos futuros a serem dados pelos participantes da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

A ligação que havia do PCB com a ULTAB surgiu num contexto de mobilização nacional dos trabalhadores “em favor do aumento do salário mínimo. Abrangendo principalmente os trabalhadores agrícolas de São Paulo e do Paraná, sua principal reivindicação era a extensão do salário mínimo ao campo”<sup>40</sup>. Com isso, o PCB reafirma que a ULTAB deveria começar os trabalhos o quanto antes. A Lyndolpho Silva foi comunicado que “deveria vir para São Paulo imediatamente, para montar a ULTAB. Isso aconteceu num dia de fevereiro de 1955”<sup>41</sup>

Lyndolpho Silva como um *Homem de Partido*<sup>42</sup> executou de pronto a diretriz do PCB em relação ao funcionamento da ULTAB em São Paulo. Com isso, percebe-se que o trabalho era fundamental em sua vida, mesmo que isso se sobressaísse em relação às questões pessoais.

“Para ter uma idéia, estava chegando o carnaval no Rio de Janeiro e eu embarquei imediatamente. Não sabia efetivamente nem onde iria chegar. Eu achava que podia chegar no jornal *Terra Livre*, mas era carnaval e estava fechado. A minha sorte foi Henrique, um funcionário gráfico do jornal

---

<sup>40</sup> “União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil” (ULTAB). In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983* Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: FGV / CPDOC: FINEP, 1984. – CPDOC, p. 5845.

<sup>41</sup> Paulo Ribeiro da Cunha. (Org.). *Op. Cit.* p. 55

<sup>42</sup> Ver Marco Aurélio Santana. *Homens Partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo - Rio de Janeiro: Boitempo – MMSD / UNIRIO, 2001. v. 1. 311 p.

*Terra Livre*, me esperou ali na boca do prédio, que era na rua Direita, 36. Recebeu-me e eu disse: — Mas, Henrique, o que nós vamos fazer? Ele respondeu: — Tu vai dormir no meu quarto.”<sup>43</sup>

Essa postura era de extrema relevância em função de um objetivo maior na luta social, mas para isso o sacrifício era grande para a militância, principalmente devido ao momento que o partido vivia internamente, e também devido ao trabalho no campo, que precisava de toda uma organização, já existente em grande parte na zona urbana. Assim, Lyndolpho Silva esclarece as condições de moradia que Henrique lhe oferecia não eram das melhores, pois ele

“morava num cortiço, num porão, numa dessas casas aqui no centro [São Paulo], casas grandes divididas em quartos, onde morava muita gente. Ele me pegou e eu fui lá e fiquei morando ali com ele um tempo até criar o equilíbrio da nossa situação. Como ganhava tão pouco, fiquei morando ali muito tempo. Depois é que a gente foi aperfeiçoando mais e recorrendo mais. Tanto o Geraldo Tibúrcio como eu, como o Portela, nós vimos – e acho que de parte do partido também sentiram isso – que tinham que nos ajudar a morar numa casa. Então, eu morei na Vila Ema, em Santana, no Tucuruvi. Mais pra lá ainda, o Tibúrcio, a mulher dele e o filho moravam numa casa só e eu também fui morar lá um tempão. O Portela descobriu aí um conhecido dele e foi morar nessa casa.”<sup>44</sup>

Essas eram as condições da presidência da ULTAB, que teve que enfrentar vários obstáculos para executar as ordens do PCB frente aos trabalhadores rurais, inicialmente de São Paulo e Paraná, mas depois se espalhou por todo o Brasil. Para esse tipo de atividade precisava-se de alicerces. Desde modo, os dirigentes buscavam suas diretrizes nas finalidades estipuladas para ULTAB, conforme encontramos no seu Estatuto no 2º artigo, que se intitula “São finalidades da ULTAB”:

- a) Organizar os pequenos e médios produtores agrícolas, bem como empregados rurais, sem distinção de cor, sexo, raça, concepções políticas, filosóficas ou religiosas, em defesa dos seus interesses e direitos;
- b) Promover e estreitar os sentimentos de fraternidade entre todos os trabalhadores;
- c) Conceder, na medida das possibilidades, assistência jurídica, médica, dentária e outras;
- d) Colaborar com os poderes públicos e com as entidades de modo geral no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural ligados aos interesses de suas filiadas e da Nação;
- e) Promover e realizar congressos e conferências. Participar, quando for do interesse da entidade, de reuniões internacionais;
- f) Divulgar por todos os meios e modos ao seu alcance, conhecimentos e ensinamentos tendentes à melhoria da prática rural;
- g) Assistir e orientar as filiadas em matéria de ordem econômica, jurídica e técnica, bem como adotar medidas no sentido de facilitar a aquisição do material necessário ao exercício das atividades rurais.<sup>45</sup>

A visão e a atuação da ULTAB fica clara nesses itens. No item *a*, evidencia-se que a instituição tem um caráter de organizar os trabalhadores em busca de seus direitos e deveres sem distinção de qualquer gênero, isso levou a uma forte mobilização e empenho dos militantes nessas organizações pelo Brasil.

<sup>43</sup> CUNHA, Paulo Ribeiro da. (Org.). *Op. Cit.* p. 55

<sup>44</sup> *Idem*, p.55

<sup>45</sup> Estatuto da ULTAB sistematizado em São Paulo, Sala das Sessões, 20 de setembro de 1959. Esse documento se encontra no Arquivo Lyndolpho Silva, no Centro de Pesquisa e Documentação Agrária – CPDA – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

No item *b*, a fraternidade e a união são fundamentais na organização, bem como a assistência necessária para a sobrevivência, conforme se elucida no item *c*. Para ULTAB, não bastava só organizar e sim construir um projeto de país onde todos tivessem oportunidades e direitos.

Já no item *d*, percebe-se que a ULTAB terá ou buscará ter um diálogo com poderes públicos e entidades em busca de estudos e soluções para os problemas dos trabalhadores agrícolas. Para isso, além de parceria, a ULTAB se propõe a abrir fóruns de discussões sobre a Reforma Agrária e a mobilização dos trabalhadores, com grande divulgação para todos, como registra os itens *e* e *f*, assim percebe-se como a ULTAB organizou inúmeros Congressos pelo Brasil, um dos mais importantes foi o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que ocorreu entre 15 a 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte.<sup>46</sup>

Por fim, a ULTAB tem como finalidade ajudar, em tudo o que for preciso, os trabalhadores agrícolas, ou seja, em suas lutas diárias de sobrevivência, nos principais fatores de ordem econômica, jurídica e técnica.

Com essa postura a visibilidade da organização e de Lyndolpho Silva, que se tornou presidente da mesma em 1959, passou a ser nacional, apesar de hoje a historiografia negligenciar tais fatos nos grandes manuais.

Também se observa que esses itens de finalidades da ULTAB, que estão em seu Estatuto, comprovam uma postura de ajuda e organização dos trabalhadores rurais, através de direitos e parceria com outras entidades, inclusive com os poderes públicos constituídos, do que uma postura radical ou extremista, como tiveram outras organizações camponesas.

Desta maneira, que a diretoria da ULTAB desenvolvia seu trabalho junto aos trabalhadores agrícolas. Assim

“a rotina daqueles três dirigentes executivos da ULTAB era feita de viagens, especialmente ao interior paulista, viagens mais baratas, que as poucas finanças permitiam. Para outros estados, o custo, muitas vezes estava acima das possibilidades. Talvez esse seja um dos motivos para a atuação da ULTAB ser tão mais acentuada naquele estado. Muitas vezes viajam apenas com o dinheiro da ida, contando, para a volta, com a solidariedade da militância de seus locais de destino. Isso quando aquela militância tinha condições de ser solidária. Algumas vezes, suas viagens tinham como objetivo *dar assistência* a militantes do partido que desenvolvessem algum tipo de trabalho no campo, dirigindo ou participando de alguma luta específica.”<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Sobre o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que ocorreu entre 15 a 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte. Haverá no capítulo seguinte desse trabalho uma discussão de maior fôlego.

<sup>47</sup> Luiz Elias Sanches. *Lyndolpho Silva: biografia de uma militância*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA – UFRRJ, 2000. p. 99.

Esse início difícil para o funcionamento da ULTAB também perpassou no seu processo de legalização do seu registro como uma organização, onde se encontra um parecer da Polícia Política querendo adotar uma providência para impedir o registro da ULTAB. Esse documento elucida todo o mapeamento de legalização desse registro:

“A criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil [ULTAB]. Aquisição de personalidade e extinção das pessoas jurídicas de direito privado: limitações decorrentes dos imperativos da ordem e paz social. Finalidade ilícita de associação manifestada antes do seu registro: omissão legal e disposições posteriores do Decreto de Lei nº 9.085, de 25/03/1946. Prende-se o presente à solicitação do Sr. Diretor do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, no sentido de que se adotem providência para impedir o registro da “União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil”, cuja criação foi resolvida na “II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas” reunida em São Paulo, face dos antecedentes comunistas que registram seus organizadores.”<sup>48</sup>

A Polícia Política descreve, em todo o documento, sua fundamentação em argumentos legais para demonstrar que a União dos Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Brasil buscavam sua legalidade jurídica com objetivos ilícitos, que iriam perturbar a ordem e paz. Esse processo mostra a vigilância e o acompanhamento para os movimentos sociais em plena democracia brasileira, no entanto limitada pelo contexto histórico da Guerra Fria. Deste modo, qualquer ação de organização política e social teria que passar por uma averiguação das autoridades. No caso da ULTAB não foi diferente, já que buscou uma legitimidade jurídica. Assim, o parecer elucida o não enquadramento da instituição:

“A solução que, apesar da omissão legal, se impunha como evidente, foi adotada finalmente pelo Decreto de Lei nº 9.085, de 25/03/1946, que dispõe no seu Art. 2º o seguinte:  
*Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando seu objetivo ou circunstância relevante indique destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes. (...)*  
No caso presente – considerando que não dispomos da declaração formal dos objetivos sociais da ULTAB e que esta declaração, certamente, disfarçará os intuítos subversivos e de seus organizadores – devemos ater-nos aos antecedentes registrados pelos membros de sua Comissão Executiva e Conselho de Representantes para aí encontrar a “circunstância relevante” que se possa opôr ao registro.”<sup>49</sup>

Desta forma, o trecho do documento<sup>50</sup> acima demonstra a preocupação das autoridades em impedir o registro da ULTAB, já que representava um possível *perigo* iminente para a Segurança Nacional. Para isso, vão buscar nas leis a fundamentação para negar a oficialidade da organização. Desta forma, a ULTAB teve que passar por um processo árduo para sua legalização,

---

<sup>48</sup> Parecer do Departamento Federal de Segurança Pública (MJNI), datado em 13 de outubro de 1954. Esse documento se encontra no Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo: Polícia Política; Setor : Estados; Pasta: 22/M; Folhas: 18 a 21

<sup>49</sup> Idem, idem

<sup>50</sup> O documento aqui analisado está disponível na íntegra, em anexo nesta dissertação.

visto também que sua ligação com PCB era algo tido como ameaçador, mesmo que oficialmente o Partido Comunista não exercesse uma função legalmente de um partido político desde 1947.

Apesar disso, o primeiro passo da ULTAB, que se pode destacar, foi a campanha de cinco milhões de assinaturas pela reforma agrária. Esta manifestação foi lançada na II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e obteve dimensões nacionais. Conforme relata a Polícia Política, que acompanhava de perto o movimento, através das investigações policiais pode-se elucidar a seguinte descrição do documento, datado em 15-02-1955:

“Nos derradeiros dias de Janeiro do corrente ano, a direção Nacional do PCB, por intermédio dos respectivos comitês regionais, deu início a um movimento de grande amplitude, que deverá atingir o país em todas as suas direções, e visando à articulação dos trabalhadores no campo no Brasil, segundo os chefes comunistas (...) O dito movimento, que pode ser chamado de campanha nacional dos cinco milhões de assinaturas pela Reforma Agrária, foi apresentada neste Estado nos seguintes termos: inicia-se em todo o país a grande campanha nacional por cinco milhões de assinaturas pela Reforma Agrária. A idéia do movimento nasceu na II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e se concretiza agora sob o patrocínio da Comissão Executiva da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). O memorial, que será distribuído pelas fazendas, vilas, sítios, granjas, estradas, todas as zonas rurais para receber assinaturas, expressa a necessidade madura e inadiável de dez milhões de trabalhadores agrícolas e lavradores que não possuem nenhuma terra, enquanto que cento e quarenta e nove mil grandes proprietários dominam dois terços da área de todas as propriedades agro-pecuárias do país (...) É um fator de confraternização com as massas do campo, que na luta pela posse da terra, necessitam de solidariedade dos trabalhadores da cidade (...).”<sup>51</sup>

Esse documento elucidava muito bem o trabalho que teria de ser feito por Lyndolpho Silva e seus companheiros junto aos trabalhadores rurais, que tinham que enfrentar o poder da concentração de terras nas mãos dos latifundiários e também o cerceamento, em muitos casos, da polícia. A partir disso, a ULTAB começa a funcionar na sede do jornal *Terra Livre*, localizada em São Paulo, na rua Direita, 36. Desta maneira, a diretoria desenvolvia o

“plano de trabalho recebendo e telefonando para o interior e para o resto do Brasil que às vezes ligava para cá para saber exatamente o que tinha que fazer com esse trabalho de organização dos camponeses. Alguns no sindicato estavam apoiados na lei que havia desde 1944, assinada pelo Presidente da República, que era o Decreto-lei nº 7.038, e tinha outros camponeses procurando saber o que poderiam fazer.”<sup>52</sup>

Outro momento importante foi em fevereiro de 1956, no Ceará, onde se realizou um Congresso de trabalhadores rurais. Nesse encontro, as divergências entre ULTAB e as Ligas Camponesas se fizeram presentes, já que cada grupo interpretava de maneira diferente o caminho para resolver a Reforma Agrária no país. Para as Ligas camponesas de Francisco Julião, o momento apontava para um caminho de posturas decisivas. Assim, as Ligas Camponesas interpretavam que a Reforma Agrária teria que acontecer “na lei ou na marra.”, já que não

---

<sup>51</sup> Relatório de assuntos indexados em microfilmes do *Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ)*. Fundo DPS. Série “fichas Verdes”, microfilme 033.

<sup>52</sup> Paulo Ribeiro da Cunha. (Org.). *Op. cit.*, p. 56

podiam perder mais tempo discutindo teses sofisticadas a respeito de uma reforma agrária, que nem o governo podia prometer.

Ainda no ano 1956, a ULTAB organizou uma das mais importantes greves do meio rural, que ocorreu em uma fazenda de café de São Paulo e o resultado foi a elevação do piso salarial dos trabalhadores.

Diante dos vários grupos de trabalhadores rurais, começam a existir olhares diferentes na mobilização desses trabalhadores perante suas reivindicações, conseqüentemente, nas suas posturas particulares para resolver o problema da Reforma Agrária no Brasil, que era o debate de grande relevância neste período histórico.

A ULTAB, por sua vez, tinha uma orientação de trabalho direcionada na haste organizacional e ideológica do PCB. Essa orientação partidária pode ser observada no trabalho desenvolvido pela ULTAB nesse período de 1954 a 1964, demonstrada nestas palavras de Lyndolpho Silva:

“A orientação básica desse trabalho deveria ser o assalariado, aquele sem-terra. Por aí que o partido [PCB] se metia no interior dos Estados e em todo lugar. Para nosso grande conhecimento, que éramos presidentes da ULTAB, os que ocupavam com muita violência, com muita persistência, eram os chamados posseiros, que estavam sempre sendo atacados. Não era só lá no Rio de Janeiro, no interior de São Paulo também havia um número muito grande de posseiros, que davam esses problemas, porque constantemente o pretense dono estava querendo botar para fora. Muitas dessas situações se resolviam exatamente com polícia e choque violento, a coisa andava por aí. E não resolvia as coisas com muita segurança, porque embora o pretense dono fosse o mais forte, mesmo assim não era tão forte, principalmente contra aquele que já tinha muitos anos de trabalho naquela terra. Na verdade estava cumprindo o que determinava a lei que havia no país. Então, os lugares onde a organização e a luta camponesa se desenvolveram foram exatamente onde havia esse problema de luta, aquelas dos posseiros que estavam se defendendo contra o pretense proprietário.”<sup>53</sup>

Esse era o momento de grandes mobilizações e fundamentações, principalmente em torno da Reforma Agrária Brasileira. A ULTAB posiciona-se a esse respeito no I Congresso da ULTAB, realizado de 18 a 20 de setembro de 1959, em São Paulo. Desse evento, produziu-se o Estatuto da ULTAB e uma carta da ULTAB, intitulada “Carta sobre a Reforma Agrária”, divulgando sua visão e sua postura em relação à Reforma Agrária Brasileira.

Discutiu-se no I Congresso da ULTAB os caminhos a serem traçados para se almejar a desejada Reforma Agrária brasileira. Assim, a “Carta sobre a Reforma Agrária”, inicialmente, revela que a reforma agrária se tornou tema de discussões e interesses de muitos, que perceberam

---

<sup>53</sup> Idem, idem

o grau de importância dessa resolução para a nação e também é significativo para ULTAB perceber que não está sozinha nessa trilha social de divisão mais justa e democrática das terras.

Uma outra perspectiva elucidada por esse documento em questão é o apontamento de que a reforma agrária era indispensável para o desenvolvimento econômico do país, levando assim um aumento da produtividade de gêneros agrícolas, que iriam fomentar o parque industrial brasileiro.

Essa tese tem base na percepção, segundo a carta, de que a industrialização exige uma crescente produção de gêneros alimentícios e de matérias-primas, que era inviabilizada pela agricultura brasileira que se estruturava baseada nos latifúndios que pouco ou mal produziam, assim não atendiam às necessidades que se criavam com o desenvolvimento industrial. Uma discussão também travada pelos *cepalinos* para o desenvolvimentismo brasileiro.

A industrialização também, segundo essa análise da ULTAB, necessitava de um mercado interno forte, com base fundamental nos milhões de camponeses, que representavam a maioria da população, favorecendo assim o aumento na capacidade de consumo desse contingente.

Surge também um crescimento populacional urbano como conseqüência desse processo industrial, que necessita dos alimentos fornecidos pelo meio rural, que se tornam escassos pelas grandes propriedades provocando desta maneira a carestia de vida e flagelos de todos que viviam de salários e rendimentos fixos.

Para além do viés econômico, na “carta sobre a reforma agrária” se chama a atenção para o fato de que essa transformação da estrutura fundiária iria sanar uma grave injustiça social. Desta maneira,

“a reforma agrária é uma medida de justiça social. Ela tem como finalidade acabar com a injustiça constituída pelo fato de que muitos milhões de brasileiros que trabalham na lavoura não possuem nem um palmo de terra, enquanto que uma minoria de parasitas, uns 30 mil grandes proprietários (com mais de 1.000 hectares cada um) possuem mais da metade de todas as terras das propriedades rurais do Brasil.”<sup>54</sup>

Assim, caberia ao governo um conjunto de medidas para viabilizar tal proposta. A principal modificação seria a distribuição mais justa das terras brasileiras, transformando assim em proprietários de uma gleba os milhões de camponeses sem terra.

Porém,

“não basta, naturalmente, que cada agricultor possua um lote de terra como propriedade. O objetivo da reforma agrária é o aumento da produção em benefício da maioria do povo. A

---

<sup>54</sup> “Carta sobre a Reforma Agrária”, elaborada entre 18 a 20 de setembro de 1959 na I Conferência da ULTAB. // Cartas de 1959, que se encontram no Arquivo Lyndolpho Silva (núcleo de documentação do CPDA em sua sede) ou Arquivo Lyndolpho Silva (no site: <http://www.ufrrj.br/cpda/als/>)

reforma agrária compreende, por isso, uma série de outras providências, tais como a organização da assistência do Estado em vários terrenos: agrotécnica, crédito, educação, saúde, cooperativismo e outros.”<sup>55</sup>

Para isso, o documento informa que era necessário que se criasse um movimento de opinião pública formado pelos camponeses, operários, estudantes, intelectuais, funcionários civis e militares, os comerciantes e industriais para que juntos tentassem desarticular a forte resistência que existia no Congresso Nacional e nos legislativos estaduais contrários à Reforma Agrária.

Esse movimento de opinião pública, segundo a ULTAB, iria pressionar o legislativo, que nos últimos 12 anos vinha derrotando ou barrando qualquer projeto de Reforma Agrária ou projeto social para o campo, beneficiando assim os latifundiários e seus representantes.

A fundamentação dessa luta perante o Legislativo teria como base jurídica a exigência da aplicabilidade contida na Constituição Federal de 1946, que dispõe no seu artigo 147 sobre o uso da propriedade, que deve ser condicionado ao bem-estar social e que a lei deverá promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.

Esse artigo 147 da Constituição Federal de 1946 alicerçava toda uma luta social para dos camponeses e todos aqueles que lutavam em favor da Reforma Agrária. Porém, na mesma Constituição, encontramos o artigo 141, que elucida em seu parágrafo 16 “que a desapropriação por interesse social deve ser mediante prévia e justa indenização em dinheiro.” Esse parágrafo se tornava um grande obstáculo para a realização de ampla Reforma Agrária no Brasil. Assim, a revogação desse parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal se tornava primordial nessa guerra.

Assim, segundo a “Carta sobre a Reforma Agrária”, para alcançar essa revogação seria necessário uma articulação de um vigoroso movimento de opinião pública e buscar formas e meios parciais para a Reforma Agrária dentro das condições permitidas.

Para concretizar a Reforma Agrária nesse contexto a ULTAB no documento intitulado “Carta sobre a Reforma Agrária” afirmava que teriam que ser levadas em conta as seguintes questões:

1- A realização da reforma agrária deverá ter em conta, tanto quanto possível, as particularidades, a tradição e os costumes de cada região do país.

2- Ao se legislar sobre a desapropriação de terras por interesse social, de acordo com o parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal, a indenização aos latifúndios desapropriados deve ser estabelecida numa base superior ao valor da propriedade declarado para fins fiscais (pagamento do imposto territorial, etc.) acrescido do valor das benfeitorias realizadas. É inadmissível que a realização da reforma agrária se transforme em prêmio à especulação e ao parasitismo e que somas vultosíssimas sejam desviadas das aplicações indispensáveis ao progresso da economia nacional.

---

<sup>55</sup> Idem

3- Além da desapropriação de propriedades latifundiárias, para a venda de lotes a camponeses sem terra ou com pouca terra, a prazo, é possível ainda, em outros casos, estabelecer a obrigatoriedade do AFORAMENTO de grandes propriedades inaproveitadas ou com baixo índice de aproveitamento, principalmente nas proximidades dos centros populosos, das estradas e açudes. Nestes casos, deve ser estabelecido que o Estado poderá chegar à desapropriação do USO da terra, dando, igualmente, as terras em aforamento. Numa ou noutra hipótese, as terras devem ser loteadas de acordo com planos previamente elaborados e distribuídas entre agricultores sem terra ou com pouca terra, na base do aforamento vitalícia e nunca superior a 5 por cento do valor anual das colheitas.

4- Os Estados e municípios deverão promover o aproveitamento das terras de sua propriedade, mediante seu loteamento e concessão a famílias de pequenos agricultores. Para atender a este objetivo, os Estados e municípios deverão, inclusive, realizar o retombamento de suas terras e o levantamento dos títulos das propriedades rurais para reaverem as terras usurpadas pelos grileiros.

5- Respeito ao direito de posse da terra até 25 hectares, de acordo com a lei, e entrega do título de propriedade aos posseiros, a fim de garantir os seus direitos contra os grileiros e açambarcadores de terras.

6- Ampla ajuda financeira e ajuda técnica eficiente. Facilidades para a compra de instrumentos agrícolas modernos, de inseticidas e adubos. Assistência agrotécnica, digo (SIC), agrônômica para o aperfeiçoamento dos métodos de cultivos. Construção de silos e armazéns e melhoria da rede de transportes. Garantia efetiva de preços mínimos diretamente aos produtores agrícolas. Estímulo ao cooperativismo. Supressão do analfabetismo no campo, através da difusão do ensino primário ligado à instrução da prática agrícola moderna. Plano de intenso combate às doenças mais comuns entre a população rural.

7- Regulamentação jurídica dos contratos agrícolas, sejam de meeiros, parceiros, arrendatários, foreiros ou empreiteiros, que corresponda às diferentes reivindicações desta grande massa de camponeses sem terra e que assegure a sua estabilidade na gleba em que trabalha.

8- Proteção jurídica a todos os trabalhadores rurais, permanentes e temporários, através de um único estatuto legal, bastante flexível para que as particularidades regionais a ele se adaptem. A sua elaboração deve, porém, garantir os direitos já estabelecidos nas leis vigentes e incluir os novos direitos que lhes concedem a Constituição Federal de 1946 e as convenções, recomendações e resoluções da Organização Internacional do Trabalho.

9- Defesa intransigente do direito constitucional da livre organização dos assalariados agrícolas em seus sindicatos rurais e dos camponeses em suas associações.<sup>56</sup>

Essas propostas alicerçaram as ações da ULTAB, que tinha agora como presidente Lyndolpho Silva, perante os outros movimentos sociais agrários e perante o Estado em suas três estâncias de poder: Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, norteou também as parcerias nacionais e internacionais nas lutas sociais dos trabalhadores, seja no campo ou na cidade.

A preocupação da ULTAB, de estar atuando dentro da lei, garantindo uma proteção jurídica, era fundamental para sua sobrevivência e também como garantia de legitimidade para os trabalhadores. Esta postura fica clara na entrevista de Lyndolpho Silva ao professor Luiz Flávio sobre esse assunto:

Logo no início da redemocratização em 1945 o Partido começou a trabalhar com as ligas e não tinha muita preocupação em estar dentro da legalidade. Eu acredito que com a cassação do registro eleitoral essa tendência reforçou-se, pois o Partido se afastou ainda mais do chamado sindicalismo oficial. A partir de 1952 e 1953, o PCB volta a trabalhar com os sindicatos. Esse esforço de se trabalhar com uma cobertura jurídica faz parte de um momento mais amplo da volta aos sindicatos?

Exatamente. Isso dava mais confiança. O trabalhador sente-se mais seguro quando está dentro da lei. Isso naturalmente tem os seus fundamentos. Toda a pregação no interior é de respeito à lei.

---

<sup>56</sup> Ibidem

Toda a nossa sociedade vive da lei, não importa qual seja, mesmo sabendo que não existe nenhuma lei contrária às classes dominantes. Usando aqui um parênteses, eu costumo lembrar uma pergunta feita por D. Helder Câmara numa conferência aqui em São Paulo: “toda lei é legítima?” Nós não tínhamos ainda chegado a essa compreensão. Apesar de não ser legítima, ela está aí, e tem que ser observada. A partir de 1952/53, o ambiente político no Brasil começava a se distender, começavam a surgir correntes políticas, dentro e fora dos partidos políticos existentes, com disposição e interesse de fazer avançar o processo democrático, questionando as estruturas do país. Isso foi bem aproveitado, porque começamos a buscar aliados fora do movimento sindical urbano, na área da cúpula do próprio Governo, fora e dentro do Congresso. Isso foi tão importante que em 1954 a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizada no Parque Ibirapuera no ano do IV Centenário da cidade de São Paulo, por exemplo, teve comida fornecida pelo governador do Estado, Lucas Nogueira Garcez. Portanto, estávamos com a situação política bastante melhorada. Iniciamos em 1953 um trabalho mais amplo apoiados em entidades de caráter civil, as associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, como eram chamadas na época. Já nesse momento tirávamos uma lista de reivindicações dos trabalhadores rurais. Começamos então uma forte mobilização em torno desse movimento, o que nos levou à II Conferência no ano seguinte, em 1954.<sup>57</sup>

Esses pontos indicam o caminho que a ULTAB vai trilhar em busca da Reforma Agrária Brasileira e os embates encontrados. Dentre eles, as diferenças entre os vários grupos organização dos trabalhadores rurais em relação à Reforma Agrária e o movimento social rural, principalmente entre os grupos de maior visibilidade. São eles: a ULTAB (São Paulo, Paraná e outras áreas), as Ligas Camponesas (Pernambuco e outras áreas do Nordeste), o MASTER (Rio Grande do Sul) e a Igreja Católica, no seu trabalho no campo (várias regiões do país).

As divergências entre esses grupos se fizeram muitas vezes presentes nos encontros dos trabalhadores, como no primeiro Congresso de Trabalhadores Agrícolas do Paraná, realizado em 1959, onde a ULTAB e as Ligas Camponesas voltaram a “digladiarem-se” ideologicamente. A partir desse momento, a ULTAB, apoiada pelo comitê nacional do PCB, se espraia por todo o país, exceto para o Rio Grande do Sul, onde atuava o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER, e em Pernambuco, onde estava o comando das Ligas Camponesas.

Os participantes do movimento possuíam como experiência a atuação dos comunistas no meio agrário entre 1945 a 1947, onde surgiram as Primeiras Ligas Camponesas organizadas pelo PCB, já que naquele momento os comunistas viveram um contexto inédito:

“Mesmo sob todo cerceamento policial e legal durante o governo Dutra, nunca, até então, tantas associações haviam sido criadas, com um contingente populacional expressivo se manifestado abertamente. Com todos os percalços da democratização pós-45, ela criou as possibilidades legais e emocionais para uma nova cultura cívica, que valorizasse a participação, a associação, e a expressão das insatisfações.”<sup>58</sup>

Desta forma, as estratégias da ULTAB residiam na acumulação de forças do PCB e de seus militantes e também através de apoio para as reivindicações dos interesses e direitos dos trabalhadores agrícolas assalariados e camponeses do Brasil. Desta maneira, cabe ainda, nesse

<sup>57</sup> Luiz Flávio Carvalho Costa. *Op. Cit.* p. 70 e 71.

<sup>58</sup> Luís Reznik. *Op. Cit.* p. 79.

contexto de mobilização da ULTAB, a ampliação do foco de análise para se entender melhor o momento histórico brasileiro em que a ULTAB e outras organizações camponesas se desenvolveram.

Esse é o momento do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), que traz uma proposta de um plano desenvolvimentista para o Brasil, onde se encontra, dentre outras questões, a Reforma Agrária Brasileira. Todavia, essa proposta não saiu do papel ou da vontade.

Juscelino Kubitschek, com seu plano de metas para o desenvolvimento do país, sustentava-o em uma nova estrutura que possuía quatro pilares básicos. São eles: a) a criação de uma rede de centralização efetiva dos comandos expressa na colaboração de um plano de desenvolvimento que, pela primeira vez, integraria a agricultura, a indústria pesada e a emergência das massas; b) a afirmação da empresa pública como fator de dinamização do desenvolvimento – em face à fragilidade da empresa privada nacional – diante das tarefas impostas pelo salto industrializante; c) a fundação de um banco de investimento, no caso o Banco Nacional Desenvolvimento Econômico (BNDE), constituído enquanto agente do tesouro para as operações financeiras de longo prazo previstas pelo plano de reaparelhamento econômico; d) e o delineamento de uma nova articulação entre empresários e Estado, não mais nos moldes corporativistas de representação vigente até então.

JK também iniciou uma reformulação da estratégia agrícola, dentro da qual a Reforma Agrária deixaria de ser uma solução cogitada para os problemas do campo. Em substituição a ela, a meta do governo passou a ser a “racionalização da agricultura”. Nesse intuito, o Presidente, em sua mensagem de 1956 ao Congresso, apresentava a nova meta agrícola, onde afirmava:

“O incremento da produção agrícola nos dois setores tradicionais – exportação e abastecimento interno - pressupõe medidas consubstanciadas em linhas gerais no plano de racionalização da agricultura, que aponte como ponto básico do programa de desenvolvimento nacional. A racionalização da agricultura, como entende o governo, deve fundar-se em um complexo de fatores de natureza científica, técnica, industrial e comercial. Sintetiza programas específicos de aperfeiçoamento e modernização dos métodos de cultivo, mecanização, conservação e enriquecimento do solo, irrigação e drenagem, defesa sanitária e racionalização dos processos distributivos dos produtos rurais”.<sup>59</sup>

Desta maneira, JK afirmava: “dificilmente se consolidará a revolução industrial sem uma sólida base agrícola e sem um mercado interno em expansão”: mensagem de JK ao Congresso em

---

<sup>59</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983 Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1984. (CPDOC), p. 4935.

15 de março de 1956. E em 1º de maio de 1956, relatava que a Reforma Agrária iria possibilitar uma revolução agroindustrial.<sup>60</sup>

Deste modo, o governo anunciava a intenção de impulsionar uma Reforma Constitucional, como: a reforma agrária, a reforma administrativa, a reforma previdenciária, a reforma do crédito rural e outras. Assim, vários anteprojetos foram levados ao Congresso Nacional, em um período de dois ou três meses, porém as dificuldades políticas,

“apesar dos esforços de apoiar a *ala moça* do PSD, que o ajuda a eleger-se, a fim de fazer face aos caciques do partido, como Benedito Valadares e outros, a política do possível parece ter sido a de conseguir da facção ruralista uma posição de neutralidade diante do programa de Metas, em troca da conservação das relações sociais no campo”<sup>61</sup>

Assim sendo, o governo despertou reação do próprio partido, no caso PSD, onde Daniel Faraco (PSD-RS) presidente da Comissão Econômica da Câmara anunciava: “enquanto eu for presidente desta comissão nenhum projeto de Reforma Agrária passará por aqui”.<sup>62</sup>

Com reações contrárias aos projetos de Reforma Agrária, o executivo recua e canaliza suas frustrações reformistas para medidas indiretas, como: a Operação Nordeste, OPENO (questão principal: as secas do nordeste); o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, CODENO; e por fim a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE (com difícil aval do Congresso foi aprovada em 15 de dezembro de 1959). Essa foi uma grande derrota para os trabalhadores rurais que não tiveram um apoio efetivo do governo de J.K. em relação às questões agrárias brasileiras, muito pelo contrário, muitos fazendeiros se beneficiaram com os órgãos estatais, como por exemplo a SUDENE.

O projeto da fundação da SUDENE surgiu como uma preocupação em desenvolver a região do nordeste brasileiro. Já em maio de 1956, no início do governo, JK participou em Campina Grande (PB) do Encontro dos Bispos do Nordeste, no qual foram discutidos os principais problemas da região e no seu discurso de encerramento lançou, em linhas gerais, o plano que viria a ser a SUDENE anos depois.

Nesta época, já havia um grupo de trabalho composto por vários técnicos, entre os quais, Israel Klabin, Luís Carlos Mancini e Celso Furtado, este último, membro da Comissão Econômica Para América Latina – CEPAL, criada em 1948, com sede em Santiago do Chile,

---

<sup>60</sup> Reportagem do Correio da Manhã em 03/05/1956. Apud CARMARGO, Aspásia de A. “A questão Agrária: Crise de poder e reformas de base (1930-1964)” In: Fausto, Boris. HGCB – História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: Sociedade e Política. Tomo III, 3º Vol. Bertrand Brasil. P. 154.

<sup>61</sup> Aspásia de A. Camargo “A questão Agrária: Crise de poder e reformas de base (1930-1964)” In: Fausto, Boris. HGCB – História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: Sociedade e Política. Tomo III, 3º Vol. Bertrand Brasil. p. 155.

<sup>62</sup> Revista Brasiliense número 35, 1960. Apud Aspásia de A. Camargo Op. Cit. p. 155.

para pensar os caminhos de desenvolvimentismo para o continente.<sup>63</sup> O grupo de trabalho funcionava no BNDE com a incumbência de estudar as medidas a serem tomadas para selecionar os problemas do Nordeste. Com isso, em abril de 1959, foi criado o CODENO e depois a SUDENE.

O anteprojeto de lei para a criação da SUDENE teve difícil tramitação no Congresso, além da resistência à nomeação de Celso Furtado para aquela superintendência por não constituir elemento representativo das oligarquias regionais. Deste modo, Argemiro Figueiredo, relator da matéria no Senado, propôs com êxito que o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS – fosse desmembrado da SUDENE. Apesar desses obstáculos, a lei que institui a SUDENE foi sancionada por JK em 15 de dezembro de 1959.

A SUDENE era um órgão de recursos próprios e diretamente subordinado à presidência, tinha por objetivo promover o desenvolvimento do Nordeste, sendo a industrialização da área uma das principais propostas para a absorção do amplo contingente de mão-de-obra nordestina em condição de desemprego. Assim, foi instituído um sistema de incentivo fiscal, tendo em vista canalizar capitais para aquela região.

Desta forma, o presidente JK realizou essas medidas indiretas em favor das questões agrárias, mas não amenizou as expectativas dos movimentos sociais do campo por uma verdadeira mudança, que era a Reforma Agrária Brasileira.

Diante de sua omissão, JK dizia, já como ex-presidente, que

“a Reforma Agrária é uma necessidade inadiável porque o Brasil já tem condições de suportá-la (...). Todo país que fez a Reforma Agrária, despreparado industrialmente, fracassou. Estamos preparados para pôr em prática um programa de tal natureza, pois já existe no Brasil uma indústria de base capaz não só de dar cobertura a tal programa como de levá-lo às conseqüências mais objetivas.”<sup>64</sup>

Apesar de JK reconhecer depois a importância da Reforma Agrária para o Brasil, pouco se realizou ou, em outras palavras, praticamente nada foi realizado em favor da Reforma Agrária Brasileira, em seu governo de 1956 a 1960. Desta forma, a maior parte das lutas e debates sobre a Reforma Agrária foi uma demanda das organizações dos trabalhadores rurais e não da ação governamental.

---

<sup>63</sup> “A CEPAL tornou-se um centro de reflexão sobre desenvolvimentismo na América Latina, isto é, formulou a teoria e a prática do desenvolvimento industrial latino americano, sugerindo para isso, o rompimento com aquela divisão internacional do trabalho. O brasileiro Celso Furtado esteve na CEPAL desde os seus primórdios e é considerado o principal articulador e propagador cepalino e estruturalista no Brasil” *In* Luís Reznik. *Op. Cit.* P.23

<sup>64</sup> Reportagem do Correio da Manhã em 21/04/1963. *Apud* Aspásia de A. Camargo *Op. Cit.* P. 154.

Essas organizações rurais trabalhavam com articulações, parcerias e alianças de vários setores da sociedade. Um exemplo relevante dessas articulações são as atuações por várias frentes que realizou o PCB, que mesmo na ilegalidade atuava frente aos trabalhadores. Mas, isso ocorria através de instituições legalizadas e ligadas ao Partido.

Os trabalhadores rurais tiveram apoio do PCB através do Jornal *Terra Livre*<sup>65</sup>, que foi fundado em 1949, e depois também através da ULTAB, que foi fundada em 1954. Essa parceria *Terra Livre* e ULTAB foi de suma importância para os comunistas e para os trabalhadores. Nas memórias de Lyndolpho Silva isso fica bem claro:

“no começo, as sedes da ULTAB e do *Terra Livre* eram diferentes, mas quando chegamos aqui [São Paulo] nos apoiamos na sede dele para começar a organizar o nosso trabalho. Até que gente adquiriu com várias medidas econômicas a sede da ULTAB. Passamos a alugar sedes separadas para poder efetivamente estar à disposição de atender a quem estava nos procurando, mas oficialmente eram duas organizações autônomas.”<sup>66</sup>

Apesar de Lyndolpho elucidar que eram organizações autônomas, elas tinham pontos em comum: ambas estavam ligadas ao PCB e se ajudavam mutuamente. Desta forma, Lyndolpho diz que

“o jornal *Terra Livre* começou a sair de forma clandestina. Era impresso na oficina, saía de madrugada, enganando a polícia daqui e dali para começar a fazer a distribuição. Em 1955, quando o partido [PCB] naturalmente começa a jogar o desenvolvimento do seu trabalho entre os camponeses, fazendo conferências, criando a ULTAB, criando uma porção de coisas, o jornal pôde ser legalizado. Nessa época, não se dizia que era um jornal do PCB. Aí, depois do nosso trabalho, o jornal já tinha uma equipe que funcionava organicamente. É verdade que ele era um jornal do partido, era financiado e as despesas dele eram pagas com dinheiro dado pelo Partido Comunista Brasileiro. E no próprio desenvolvimento desse processo houve não sei quantas vezes dificuldades financeiras do próprio PCB que não permitiam a saída do jornal, não tinha dinheiro. Isso veio a acontecer até que a ação orgânica do movimento camponês nesse país ficou muito ativa e o jornal não podia falhar mais. Aí ele começou a ter esse caráter de ser distribuído para todo o partido e para toda e qualquer pessoa, sobretudo o movimento camponês e também o movimento sindical, como um elemento que ajudava porque sempre se dedicava às questões dos camponeses.”<sup>67</sup>

A ajuda do jornal *Terra Livre* para o movimento agrário foi indubitavelmente inestimável, pois ele se tornou muitas vezes o maior meio de comunicação entre os trabalhadores rurais e a ULTAB. Com isso, a ULTAB conseguia ajudar e informar os trabalhadores na busca por direitos e na busca por Reforma Agrária. Essa importância é reforçada nas palavras de Lyndolpho Silva, anteriormente, nas quais ele chama a atenção para a grande força que o Jornal *Terra Livre*

---

<sup>65</sup> “TERRA LIVRE era um jornal do PCB dirigido às massas trabalhadoras do campo. Fundado em 5 de maio de 1949 (nesta data saiu o seu primeiro número), em São Paulo, circulou até abril de 1964, época em que teve sua sede invadida pela polícia da ditadura militar que se instaurava no país” *In Alguns dados sobre o Jornal Terra Livre*, p. 4. Esse documento se encontra no Arquivo Lyndolpho Silva, no Centro de Pesquisa e Documentação Agrária – CPDA – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

<sup>66</sup> Paulo Ribeiro da Cunha (Org.). Op. cit., p. 59

<sup>67</sup> Idem, p. 58 e 59

proporcionou para essa luta travada pela ULTAB. Assim, esse jornal chegou a um nível de divulgação entre os trabalhadores a ponto de Lyndolpho Silva afirmar que

“recebia cartas do interior, de camponês, e publicava aquilo. Assim dava uma informação maior. Isso foi ampliando. Aqui, um cidadão que era jornalista da *Folha* fazia aquele jornal e foi chamado para isso, para dar a imagem que interessava, com o espírito que interessava dar ao trabalhador do campo, entrevistas, visitar o jornal *Terra Livre*. O jornal tinha um caráter que interessava mais ao camponês e passou a ter atividades em todas as questões camponesas. Uma das formas de o partido ajudar – quer dizer, os órgãos do partido nos estados, nos municípios – foi chamar esse pessoal. Aí o *Terra Livre* jogou na prática esse papel *grandão* e efetivamente deu uma ajuda enorme. Naturalmente, tinha uma parte no jornal ensinando a lei, a interpretação de documentos, como se faz um estatuto, como se faz uma ata, etc.”<sup>68</sup>

O jornal cresceu, tanto em termos de participação política ao lado dos trabalhadores rurais, como em termos de estrutura física, já que ele tinha “nascido num canto de uma oficina gráfica e na clandestinidade, cresceu, montou sua redação e chegou a possuir 5 funcionários permanentes”<sup>69</sup>, nas palavras de Lyndolpho.

Com esses e outros braços de atuação, o PCB consegue atuar politicamente nesse contexto democrático e *cerceador*. Isso era extremamente importante para os militantes que, em sua maioria, eram *homens de partido*, já que não perdiam seus referenciais políticos. Para Lyndolpho Silva, isso sempre ficou bem claro na sua militância no PCB, principalmente na ULTAB, onde dizia:

“Agora, por trás disso há uma questão que é muito importante. O PCB procurava ajudar a levar essa coisa pra frente. Quer dizer, com a orientação de cada organismo do partido – estadual e, em alguns locais, municipais – esse pessoal se localizava no trabalho diário mais permanente, eram eles que se mobilizavam em cada lugar. Então aí se procurava a imprensa do partido, chamando a ULTAB, a organização nacional, como faziam os grandes proprietários de terra que também tinham a sua organização nacional. Eles também procediam assim, apelavam para isso. E nessa mobilização o nosso papel era para ajudar a articular a luta e a organização, a cada ato, a cada contato ao qual a gente estava presente. A ULTAB tinha presença em Minas Gerais, Paraná e Maranhão. Havia momentos em que tinha um avanço, depois recuava, mas tinha presença até no Ceará, uma organização com um nível bom que, em 1964, era uma organização poderosíssima. Na Bahia não foi tanto, houve mais tentativas de fazer sindicatos, e no Espírito Santo tinha um pouco da nossa presença. Mas a grande presença estava no Rio de Janeiro e aqui em São Paulo.”<sup>70</sup>

Outro movimento de repercussão nacional da ULTAB ocorreu entre 15 a 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte, foi o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. O evento teve forte apoio financeiro do governo federal, que desta maneira pretendia entrar na disputa pela direção dos movimentos sociais rurais. O próprio Presidente João

---

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 59

<sup>69</sup> *Alguns dados sobre o Jornal Terra Livre, Op. Cit.*, p. 4

<sup>70</sup> Paulo Ribeiro da Cunha. (Org.). *Op. Cit.*, p. 62

Goulart esteve presente no Congresso, junto com vários ministros, parlamentares e o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.<sup>71</sup>

Outro congresso realizado pela ULTAB ocorreu em São Paulo, no dia 21 de janeiro de 1963, com a presença de entidades de todos os pontos do país. Assim, no mesmo ano a ULTAB e outros movimentos sociais conseguiram uma vitória na luta camponesa, quando o Ministério do Trabalho aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural, que veio regulamentar o trabalho no campo.

Nesse congresso, a ULTAB elaborou um documento, que se caracterizava como um plano de ação para trabalhadores rurais para o ano de 1963. Esse documento, que iria nortear assim a luta camponesa, foi criado no congresso com a colaboração de várias entidades de todos os pontos do país, com os seguintes pontos:

- “1. Lutar pela aplicação de resoluções do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas: a) impressão de folheto com a declaração sobre a Reforma Agrária; b) realizar comícios; c) desmascarar os projetos e as leis de Reforma Agrária aí existentes ou que venham a ser apresentados, opondo a eles um projeto de Reforma Agrária radical.
2. Contribuir sob todas as formas para a criação de um movimento em favor da Reforma Agrária, mobilizando camponeses, operários, estudantes e demais forças patrióticas e progressistas.
3. Intensificar as lutas pelas reivindicações imediatas e específicas dos trabalhadores rurais, como forma de agrupar forças na luta pela reforma agrária radical. Sindicalização Rural.
4. Ajudar à sindicalização rural fornecendo, especialmente, documentação necessária.
5. Garantir a participação de expressiva delegação de camponeses e de assalariados agrícolas no Congresso Sindical Nacional, a realizar-se no decorrer deste ano. Organização.
6. Continuar a luta pelo fortalecimento das organizações: a) incentivando as organizações; b) ajudando as organizações a se registrarem; c) contribuir para a formação de quadros, fazendo palestras ou fornecendo material; d) fornecendo uma apostila contendo orientação sobre a maneira de fundar e registrar associação; e) incentivar a campanha pelo aumento do quadro social das entidades à base de um plano emulação. Propaganda.
7. Elaborar um programa de divulgação das atividades da ULTAB; a) programa de conferências; b) fazer estudos no local e fora dele sobre as condições de vida e trabalho rurais; c) tiragem do Boletim de informações da ULTAB, d) aproveitar a imprensa que nos acolhe para publicar artigos, estudos etc. Solidariedade e Liberdade.
8. Desenvolvimento a solidariedade entre os operários e camponeses, trocando delegações e se manifestando nas lutas uns dos outros. Estreitar os laços de amizade entre os trabalhadores de todos os países. Contribuir para a paz mundial, pela coexistência pacífica dos povos, pelo desarmamento universal, pela proscrição das armas atômicas, pela autodeterminação dos povos e para a defesa do direito do povo cubano dispor-se de si mesmo.”<sup>72</sup>

Esse documento retrata o momento auge dos trabalhadores rurais brasileiros de grande mobilização para a Reforma Agrária Radical, para a aliança de forças com outros grupos, para a sindicalização, para a propaganda, para a luta por que acreditava, mais do que nunca aquele era o momento histórico de liberdade da doença que afligia o país e sua população há séculos.

---

<sup>71</sup> Sobre o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado entre 15 a 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte, terá uma discussão de maior fôlego no capítulo seguinte, onde se pretende desenvolver uma análise mais detalhada.

<sup>72</sup> Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo: Polícia Política; Setor: Boletim reservado; nº 25 de 15/02/1963, Folhas: 2 e 3

Com a ampliação das lutas e da organização, em dezembro de 1963, Lyndolpho Silva deixa a presidência da ULTAB para presidir a recém criada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que foi uma das maiores organizações dos trabalhadores rurais no país.

Todavia, após o golpe militar, em 1º de abril de 1964, o movimento social de todas as organizações dos trabalhadores rurais brasileiros foi fortemente reprimido e suas lideranças perseguidas pelo regime ditatorial, que silenciou toda a trajetória de luta de um sonho de milhões de brasileiros.

Desta forma, pode-se concluir que a relevância da ULTAB na trajetória de Lyndolpho Silva refere-se ao fato de que sua militância política frente a essa organização foi de lutas e sacrifícios em prol dos direitos dos trabalhadores rurais brasileiros e, acima de tudo, em prol de uma busca incessante por uma Reforma Agrária Brasileira, garantindo, assim, uma justiça social negligenciada em um país dominado pelos latifundiários, que se perpetuam e se legitimam no poder político e econômico desse país.

#### 4- Lyndolpho Silva e o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (1961)

Os momentos de reuniões dos trabalhadores rurais brasileiros eram os espaços para as decisões, discussões, sociabilidade e direção dos movimentos sociais agrários. Deste modo, os Congressos, os encontros e as conferências representavam os momentos de maior visibilidade e participação desses trabalhadores na sociedade e também a possibilidade de maiores contatos da população urbana com a situação de descaso da população rural.

Além disso, nessas reuniões emanava um sentimento de um sujeito coletivo expresso em um *nós* atuante e participante da sociedade, formando, assim, um contingente de agentes políticos com direitos e deveres.

Deste modo, pode-se conceber que esses

“encontros são entendidos como espaços de socialização de determinadas concepções e comportamentos, sendo um dos locais por excelência onde se produzia não só a junção entre as propostas do PCB e as particularidades das falas e das lutas dos trabalhadores do campo, mas também um aprendizado de gestos, atitudes, palavras de ordem, rituais, por lideranças emergentes, algumas das quais não tinham contato com as atividades inerentes ao processo de constituição de uma representação política. Além disso, alguns dos Congressos tiveram explicitamente, entre seus objetivos demonstrar força e fazer pressão junto ao Estado.”<sup>73</sup>

No período de 1945 a 1964<sup>74</sup>, um dos Congressos que se destacou por demonstrar uma grande força e conseguir fazer uma grande pressão junto ao Estado, que é objeto de estudo neste capítulo, foi o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que ocorreu entre 15 a 17 de novembro de 1961 em Belo Horizonte. Ali se reuniram as organizações e os movimentos sociais que tiveram repercussão nacional, como a ULTAB, as Ligas Camponesas, o MASTER e movimentos ligados à Igreja Católica.

Lyndolpho Silva teve uma importância para a realização do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, já que a idéia do mesmo se deve muito a ele, que lutava sem descanso como presidente da ULTAB. Ele próprio relata como foi esse início:

“A idéia de um encontro nacional foi minha. Agora, como faço isso? Como posso fazer isso? Aí, mandei para o pessoal da direção nacional – eu não sei se se reuniram lá, se não se reuniram –, mas chegou a idéia dizendo o seguinte: – vai pra frente. Posso pegar o Costa lá? Porque o Élson Costa era dirigente do PCB lá, e a gente já sabia de antemão que era preciso que o partido trabalhasse a fundo nessa questão. Belo Horizonte tinha mais facilidades: tinha lá o Costa, que era

<sup>73</sup> Leonilde Sérvalo de Medeiros. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995. p. 216

<sup>74</sup> No período de 1945 a 1964 ocorreram vários Congressos, conferências e encontros. Segundo, Leonilde Medeiros foram “(...) seis de caráter nacional; cinco de caráter supra estadual (envolvendo mais de um estado); trinta e seis de âmbito estadual; vinte e nove de âmbito local (municipal) ou regional (envolvendo vários municípios).” In Leonilde Sérvalo de Medeiros. *Op. Cit.* 1995. p. 217

um cara muito bom, e alguns aliados, esse deputado[Ernani Maia] e outro professor que surgiu lá, que eram aliados nossos nesse trabalho. Mas não só de lá, era a comissão que organizava as coisas para as pessoas, mandava correspondência também, mas o nosso trabalho, o trabalho do nosso partido no geral, era para funcionar.”<sup>75</sup>

Desta forma, o evento teve forte repercussão nacional e apoio financeiro do governo federal, do governo estadual de Minas Gerais, dos sindicatos de trabalhadores urbanos e de várias organizações ligadas aos trabalhadores rurais no Brasil, os quais tiveram a oportunidade de participar desse evento, que se tornou um dos grandes momentos da história dos movimentos sociais agrários brasileiros.

Compareceram ao Congresso o Presidente da República João Goulart, o Primeiro Ministro Tancredo Neves, junto com vários outros ministros, parlamentares e o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Também estavam presentes 2400 delegados, dentre eles 215 eram das Ligas Camponesas, a maioria em farrapos e de aspecto faminto; 38 eram do MASTER, operários rurais robustos e bem vestidos, que na época não quiseram utilizar os modestos alojamentos reservados para os delegados e hospedaram-se em hotéis regulares; e os demais eram da ULTAB.<sup>76</sup>

Os delegados de várias regiões do Brasil que participaram do Congresso foram escolhidos em assembleias e conferências locais. Assim,

“a maior parte deles, sem recursos para viagem até Belo Horizonte, teve que coletar dinheiro para as despesas de transporte. Alguns saíram da fazenda onde trabalhavam, ou de sua posse, fazendo longos trajetos a pé, a cavalo, para depois viajar em ônibus e a maioria em caminhão. A delegação do Pará, por exemplo, viajou durante seis dias num caminhão até Belo Horizonte. Pelas estradas, a alimentação era escassa, como em geral é a alimentação do pobre do campo no Brasil: farinha, rapadura, carne seca, banana. Muitos dos representantes camponeses calçavam um par de sapatos pela primeira vez – comprado também mediante coleta de dinheiro entre seus companheiros.”<sup>77</sup>

Era uma mobilização política e social bastante intensa, que apesar das dificuldades os trabalhadores se fizeram presentes no Congresso, tendo em vista as mobilizações desses trabalhadores rurais, espalhadas pelo Brasil de leste a oeste, de norte a sul. Esse período também é marcado pela grande campanha pela Reforma Agrária, que ganhou uma visibilidade e mobilização nacional.

---

<sup>75</sup> Paulo Ribeiro da Cunha (Org.). *Op. Cit.* P. 88

<sup>76</sup> Clodomir dos Santos Moraes. “História das Ligas Camponesas do Brasil”. In STEDILE, João Pedro. *História e Natureza das Ligas Camponesas*. Editora Expressão Popular, p. 39

<sup>77</sup> Novos Rumos – Suplemento do Jornal sobre o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (1961), intitulado “Congresso da Reforma Agrária” In Arquivo Lyndolpho Silva (núcleo de documentação do CPDA em sua sede) ou Arquivo Lyndolpho Silva (no site: <http://www.ufrj.br/cpda/als/>)

Para a ULTAB e o PCB, que organizaram o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, a presença dessas autoridades políticas e sociais que compareceram ao evento proporcionou diferentes significados que

“por um lado legitimava os encontros, numa conjuntura de afirmação política dos trabalhadores do campo e de acirramento das disputas políticas. Essa legitimação podia se dar em dois planos. O primeiro era o da sociedade em geral, uma vez que, muitas vezes, a simples presença de uma autoridade transformava um encontro desse tipo, que de outra maneira seria silenciado, em notícia da grande imprensa, *produzindo* seu existir político. Do ponto de vista do próprio segmento social que participava do evento, ela tendia a reforçar seus mecanismos de poder, na medida em que o mostrava capaz de mobilizar apoio de vulto ou de pesar na agenda governamental. Por outro lado, essas presenças também ganhavam significado na disputa com outros grupos concorrentes, reforçando ou fragilizando as posições do PCB”<sup>78</sup>

A visibilidade do Congresso se expressou de várias maneiras na imprensa, nas discussões, nos debates entre os grupos. Ganhou grande notoriedade a disputa ideológica sobre o rumo dos movimentos dos trabalhadores rurais, que ganhava corpo desde a década de 50, entre as Ligas Camponesas de Francisco Julião e a ULTAB / PCB de Lyndolpho Silva.

A viagem de Francisco Julião a Cuba, em 1960, e sua clara simpatia pela luta dos cubanos, somada à campanha de solidariedade, organizada no nordeste pela Ligas em prol de Cuba, desagradavam o PCB e a ULTAB, pois estes achavam que era um momento inoportuno, já que se estava na véspera das eleições presidenciais.

Essas divergências iriam evidenciar-se no Congresso de Belo Horizonte entre as lideranças dos dois maiores grupos, Francisco Julião e Lyndolpho Silva, principalmente na percepção de como iria ser a condução do processo para uma Reforma Agrária no Brasil.

Assim,

“como eixo da divergência, que então se tornou evidente, estava a concepção sobre o sentido da *revolução brasileira* e sobre o caráter da Reforma Agrária a ser implementada. Embora tanto o PCB [e a ULTAB] como as Ligas usassem a linguagem da *Reforma Agrária radical*, o sentido dado a essa expressão era distinto. De acordo com as teses do PCB a Reforma Agrária seria uma etapa necessária de uma revolução de caráter democrático-burguês e antiimperialista, que seria alcançada através de medidas parciais, passíveis de serem sustentadas por uma política de frente única. Discordando radicalmente dessa postura, para a direção das Ligas o *campesinato* era, naquele momento, a principal força da *revolução brasileira*, cujo conteúdo era imediatamente socialista. Assim sendo, segundo Julião, não era possível buscar alianças com a burguesia e muito menos com setores latifundiários. Com tal perspectiva, descartavam a luta por medidas parciais de Reforma Agrária, consideradas temporizadoras.”<sup>79</sup>

Essas divergências eram responsáveis pelos nortes, que apontavam os caminhos para os movimentos agrários brasileiros, nas décadas de 50 e 60, e deram o tom do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Com isso, o Congresso foi ganhando uma postura de radicalidade nos discursos e nas propostas ali elaboradas.

<sup>78</sup> Leonilde Sérvolo de Medeiros. Op. Cit. 1995. p. 222 e 223

<sup>79</sup> Leonilde Sérvolo de Medeiros. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Editora Fase, 1989. p. 55

Apesar das interpretações das Ligas Camponesas e da ULTAB / PCB terem pontos conflitantes, havia pontos similares. Um dos casos era referente à compreensão de que a luta no campo também poderia ser feita através dos meios legais da Justiça brasileira.

O próprio surgimento das Ligas Camponesas perpassou por um processo na justiça brasileira. Seu início aconteceu no Engenho da Galiléia, em Vitória de Santo Antão – entre a região do agreste com a zona da mata de Pernambuco – onde 140 famílias que lá viviam foram ameaçadas de expulsão pelo filho do dono do Engenho. As famílias procuraram a justiça para resolver essa questão: um advogado de Recife chamado Francisco Julião Arruda de Paula defendeu a causa e ganhou o direito de posse do engenho para os trabalhadores. Deste modo, essa vitória se tornou o maior exemplo de luta também através da justiça e Francisco Julião, além de advogado, se tornou uma das maiores lideranças das Ligas Camponesas, com visibilidade no Brasil e no mundo.<sup>80</sup>

A participação de Lyndolpho Silva no jornal *Terra Livre*, produzindo artigos na coluna “Conheça os seus direitos”, demonstrava que também a ULTAB e o PCB usavam os canais legais para a luta no campo, levando ao conhecimento dos trabalhadores seus direitos e deveres estabelecidos na Lei.

Outro ponto em comum entre os dois grupos camponeses era a importância dada à resistência dos trabalhadores, realizada através das marchas, passeatas, acampamentos nas cidades e também, em casos extremos, mediante a luta armada, que muitas vezes era o único meio para sobreviver às ações truculentas dos jagunços dos grandes proprietários.

Essas diferenças e similaridades das Ligas Camponesas e da ULTAB foram exaltadas, no Congresso de Belo Horizonte. Com isso, percebem-se as disputas das comissões técnicas do evento na apresentação de suas teses e projetos a respeito sobre a Reforma Agrária, que foram “apresentadas por Nestor Vera e Lyndolpho Silva, que não conseguiram, porém, fazer valer suas propostas, prevalecendo dentro do movimento camponês a linha das Ligas Camponesas, que enfatizava a luta pela Reforma Agrária na Lei ou na marra.”<sup>81</sup>

Apesar disso, a ULTAB se destacava como um dos principais setores dos movimentos ligados ao campo, vinculado ao PCB, e suas propostas para resolver o problema agrário estavam

---

<sup>80</sup> Cf. Gleyson N. Assis. *Os Movimentos Sociais do Campo e a Polícia Política no contexto democrático de 1945 a 1964*. Monografia. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2005.

<sup>81</sup> “União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil” (ULTAB). In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983* Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1984 (CPDOC). P. 5845

de acordo com a proposição governamental. Na oportunidade, Francisco Julião, em seu discurso, intitulado Carta de Emancipação, elucida que era a hora de fazer uma Reforma Agrária radical:

“(...) os camponeses brasileiros, estes vivem num regime de campo de concentração. Estamos cercados pelo arame farpado. Há uma multidão imensa de homens, no campo, que morrem à míngua, com a falta de terra onde trabalhar. Há um verdadeiro continente de terras, clamando pela enxada, pelo trator, pelo machado, para começar a produzir. Mas no meio, entre o camponês e a gleba farta, há o arame. (...) Invadido pelo estrangeiro, escravizados, cercado pelo arame do latifúndio, o povo se esclarece às custas da miséria a que vem sendo relegado. Esclareceu-se e se está organizando. Aí estão os sindicatos, cada vez mais fortes e independentes do patrão e do governo. Aí estão as ‘Ligas Camponesas’, recitando em todos os rincões da nossa pátria o evangelho da terra livre. Soou a hora da emancipação. Passou a hora do engano. Só a verdade salvará a pátria. Só a verdade salvará o povo.”<sup>82</sup>

Desta forma, as Ligas Camponesas de Francisco Julião recusaram uma aproximação com grupos mais moderados, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), com o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), recém-construído no Rio Grande do Sul com o apoio do governo do Estado. E também com outros sindicatos ligados a Igreja Católica e, até mesmo, com o Presidente da República, João Goulart, que estava no Congresso.

Desta maneira, as Ligas estabeleceram que era o momento da “Reforma Agrária na lei ou na marra.”, já que eles não podiam perder mais tempo discutindo teses sofisticadas a respeito de uma Reforma Agrária que nem o governo podia prometer. A partir disso, o governo Goulart reforçaria as discussões com os grupos mais moderados.

Essa efervescência, presente no Congresso de Belo Horizonte, representava as repercussões da realidade que viviam os trabalhadores rurais no Brasil. Pode-se analisar, através de documentos apresentados no evento, como era cruel essa realidade brasileira. Um exemplo foi a elaboração desse documento abaixo, apresentado no Congresso, sobre o que era o campo no Brasil.

#### O que é o campo no Brasil

- 1.25 milhões de habitantes no campo sem terra.
- 2.2% dos proprietários rurais (os latifundiários) dominam 2/3 das terras cultivadas.  
Por isso:
- 3.Há 20 milhões de analfabetos no campo.
- 4.Para cada 10.000 crianças que nascem mais de 3.000 morrem antes de um ano.
- 5.As endemias rurais dizimam populações inteiras.
- 6.No Brasil um camponês vive, em média, 39 anos; na Europa vive 55 anos.
- 7.O rendimento de nossa agricultura é dos mais baixos do mundo.
- 8.Miséria, fome, doenças, ignorância, crimes pela posse da terra.
- 9.Êxodo rural: os camponeses tornaram-se favelados nas cidades.
10. A capacidade de compra do camponês é pequena, prejudicando o desenvolvimento industrial.

---

<sup>82</sup> Documento intitulado: Carta de Emancipação, datado em 15-16-17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte. Documento assinado pelo Presidente das Ligas Camponesas Francisco Julião. O referido Documento se encontra nos arquivos do APERJ pelas seguintes referências: Notação: 1134; Título: Congresso Nacional dos Lavradores Agrícola do Brasil; N° original: 1814; Período: 1961-1962; Folhas: 06-09

O Brasil não suporta mais esta miséria e quer a Reforma Agrária já.<sup>83</sup>

Essa realidade brasileira, nos três dias do Congresso, fomentou as discussões e propostas de mudança na estrutura fundiária nacional, que era, e continua sendo, extremamente concentradora e excludente. Para os trabalhadores e suas lideranças, esse era o momento ideal da história para os brasileiros fazerem a tão sonhada Reforma Agrária, logo não poderiam perder mais tempo com falas sem ações concretas de mudança dessa realidade rural.

Pode-se perceber que esse ambiente de luta do Congresso se evidencia ao analisar as descrições na imprensa e nas imagens feitas de faixas, cartazes e cantos, pedindo a *Reforma Agrária na lei ou na marra; terra para quem realmente nela trabalha; terra ou morte*. Assim, o mapeamento das discussões e sua “temperatura” pode ser vislumbrando na pesquisa histórica e o impacto desse momento CONTAGiou a possibilidade da realização de um sonho esperado por milhões de trabalhadores.

Essa percepção de que esse era o momento oportuno para a Reforma Agrária Brasileira, tanto para as organizações rurais no Brasil como para aquelas no exterior, que apoiavam a luta camponesa brasileira, se evidencia nas palavras de Lyndolpho Silva, que afirmava:

“Em obediência à orientação de nossas conferências internacionais (principalmente a da I Conferência Regional das Plantações da América Latina), da UISTAF, da nossa própria orientação e dentro da realidade de nosso país, tínhamos de aumentar a pressão das massas sobre o Governo e o Parlamento para não permitir a provação de uma lei reacionária (referindo-se à Reforma Agrária). Pensando desta maneira, nossa organização abdicou da realização da sua II Conferência para, na mesma data, realizar o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que tinha por objetivo fundamental ratificar nossa opinião sobre a Reforma Agrária radical e exigir do governo sua realização.”<sup>84</sup>

O momento era ideal para a realização de um evento de magnitude, que foi o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Contudo, para realizar tal evento eram necessários recursos estruturais, como: alimentação, espaço físico, custo de passagem para os trabalhadores, dinheiro para as necessidades imediatas etc.

Essas necessidades de recursos preocuparam muito a direção da ULTAB, pois a organização não possuía a soma suficiente para tal empreendimento. Assim, a ULTAB saiu em busca de aliados, como afirmou seu presidente, Lyndolpho Silva:

“O Congresso de Belo Horizonte foi colocado pela direção da ULTAB como uma necessidade de permitir um encontro nacional, e, paralelamente, houve uma situação política que perturbava essas questões, de modificações, reformas, de não-reformas. Havia a possibilidade de a gente tentar fazer um encontro nacional para buscar, do ponto de vista da ULTAB, mais unidade do

<sup>83</sup> Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ). Notação:1134; Título: Congresso dos Lavradores Agrícolas do Brasil; N° original:1814; Período:1961-1962; Folha: 10

<sup>84</sup> *Apud In Luis Flávio de Carvalho Costa. O Congresso Nacional Camponês. Trabalhadores rurais no processo político brasileiro.* Rio de Janeiro: UFRRJ, 1994. p. 170

movimento filiado à entidade, que já era grandinho. Então, isso foi preparado. Mas nesse preparo a ULTAB considerava, por exemplo, que não se deveria passar de uns quatrocentos delegados, já era muito, muito, muito; aí o PCB entrou com o secretário dirigente do partido em Belo Horizonte, o Élson Costa. Eu redigi o documento convocatório e, juntamente com ele, começamos a buscar aliados no sentido de fazer isso.”<sup>85</sup>

A busca por aliados para a realização do Congresso não foi fácil, principalmente, porque a necessidade de dinheiro aumentava cada vez mais, devido ao número de pessoas que iriam participar, já que o encontro teria que ter uma visibilidade e expressão nacional. Logo, o maior número de representantes dos movimentos sociais brasileiros tinha que se fazer presente nesse espaço de debate norteador sobre a luta no campo.

Desta forma, começou a peregrinação de Lyndolpho Silva e de Élson Costa em busca de apoio para promover o evento. Assim relatava Lyndolpho:

“Bom, a interpretação feita, acho que quem conseguiu dinheiro para fazer aquilo lá fomos exatamente nós, mas não foi do nosso bolso. O deputado [Ernani Maia] de Belo Horizonte nos ajudou a ir ao Presidente da República no sentido de ele dar um dinheirinho para isso. O governador de Minas Gerais deu lugar para a reunião, lugar para dormir, comida e o negócio começou a ficar fácil. Então, também a nossa participação acabou sendo maior, muito maior do que se pensava, e depois apareceu também aquele do movimento do Rio Grande do Sul, o MASTER. Com esse pessoal apareceu muita gente que não era camponesa, isso houve muito. E a posição que eles assumiram foi efetivamente de convocar uma posição ali, estabelecer uma posição no sentido de arrebentar com tudo. Não conseguiram. O Dinarco apareceu lá e também o Heros Trench. E a redação do documento que está lá é redação de alto nível, boa redação, e o conteúdo do PCB estava todo lá.”<sup>86</sup>

O apoio que Lyndolpho teve em Minas Gerais foi fundamental para chegar nos políticos e ter o apoio financeiro e estrutural para a realização daquele que seria a grande virada da mobilização camponesa. Todos sabiam a força que a massa trabalhadora do campo estava ganhando como força política no país desde 1945, com o fim da ditadura de Vargas e o surgimento do primeiro momento democrático brasileiro. Logo, para João Goulart, a ajuda para a realização do evento também era a oportunidade política de aproximação dos movimentos sociais rurais e de se mostrar sensível à bandeira de luta daqueles trabalhadores.

Diante disso, informa Lyndolpho que o

“Jango entendeu, ele recebeu bem. O ministro dele era aquele militar que o apoiou o golpe, aquele nome estrangeiro – Kruel –, entendeu? Ele disse apenas assim: – Isso aí é exatamente para quê? – Para a passagem do pessoal, e agora queremos que vocês participem – o Presidente da República, o Primeiro-ministro, que era o Tancredo Neves. A gente acredita que ele não ofereceu dificuldade nenhuma para isso porque a política que ele estava dirigindo aqui no Brasil tinha também o movimento sindical urbano, a grande força estava ali. E na política geral também se esperavam bons resultados políticos. – O senhor está convidado, tem que aparecer, pelo menos na solenidade de encerramento do Congresso. O senhor e o Primeiro-ministro. E foram. Como na instalação de abertura foi o governador de Minas, Magalhães Pinto. Ganhamos um salão de educação, um negócio grande. Agora, o Jango também estava jogando a liderança dele no

---

<sup>85</sup> Paulo Ribeiro da Cunha. (Org.). Op. Cit. p. 85

<sup>86</sup> Idem, p. 86

movimento sindical camponês, e ele foi um dos caras que lançou aquela legislação para o trabalhador do campo e ampliou ali o direito de formação de sindicatos.”<sup>87</sup>

O Congresso foi muito caloroso em todos os momentos, mas havia uma boa organização e padronização através de suas sessões de aberturas e fechamentos, mesas de debates, a organização de pautas em grupos, os discursos, as votações e outras dinâmicas. Claro que não faltaram algumas confusões que fazem parte da mobilização social: um exemplo foi, no início do evento, o de um estudante que se infiltrou no Congresso dizendo ser da delegação do MASTER e que provocou uma enorme confusão. Lyndolpho registrou que esse início foi um pouco caótico da seguinte forma:

“No primeiro dia foi meio tumultuado. Na solenidade de abertura, em que estava o governador do estado, um desses cabras aí – acho que foi o mesmo – interrompeu o governador e falou grosseiramente com ele. Aí, o que aconteceu? Depois de terminada a solenidade resolvemos fazer uma reunião onde estávamos eu, o Nestor Veras, o deputado Ernani Maia e também uma outra pessoa que não me lembro agora – acho que era aquele professor [José Thiago Cintra] – para ver quem foi que mobilizou essa coisa, quem foi que permitiu falar isso. O Vera, que não era besta, que estava lá perto, que estava lá na mesa, disse: – O responsável é o Julião, porque ele permitiu, então você toma providências desde já e vê que isso não aconteça, porque isso vai dar coisa mais forte por aí”<sup>88</sup>

Para além das confusões, houve momentos de enorme sensibilidade, em que os sofrimentos e as dores, que perpassavam a grande maioria presente, eram elucidados através da participação dos delegados, que traziam suas experiências na luta pela terra. Era um momento que inflamava e sensibilizava a todos, já que era uma espécie de identificação dos sofrimentos, das angústias, das dores, das perdas e isso consolidava a formação de um agente coletivo.

Assim,

“durante o encontro, vários delegados ocuparam o microfone para falar de suas condições de vida. Reportagem de Rui Facó para o jornal *Novos Rumos* ressaltava a fala de um dos participantes, que, narrando seu cotidiano, concluía: ‘*Que me resta senão lutar de qualquer forma para ter um pedaço de terra? Sim senhor, estou disposto a pegar em arma, como em outros lugares estão fazendo. Porque a escravidão foi abolida, mas continua a escravidão de nossa mãe, a terra.*’ O apoio vinha através das palmas que estrugiam. ‘*Alguns se levantam e batem palmas de pé como se quisessem marchar agora para a luta para libertar a nossa mãe – a terra.*’ Notícias desse tipo iam construindo para o leitor, a imagem de *radicalidade* que o Congresso cunhou para si”<sup>89</sup>

O encontro de Belo Horizonte foi marcado por um forte caráter político e uma mística muito acentuada de símbolos, como as músicas de *cantigas de viola, repentos e desafios*. Outro importante instrumento de divulgação, como marca de simbolismo no meio rural foi a literatura de cordel e os hinos criados antes e durante o Congresso. Um dos mais importantes foi o Hino do

---

<sup>87</sup> Ibidem, p. 88 e 89

<sup>88</sup> Ibidem, p. 90

<sup>89</sup> Leonilde Sérvalo de Medeiros. *Op. Cit.* 1995. p. 224

Camponês, de autoria de Francisco Julião, amplamente cantado durante o evento pelos trabalhadores rurais, que retrava a opressão da vida do camponês nesses versos:

“Hino do Camponês  
Companheiros, irmãos de sofrimentos,  
Nosso canto de dor sobre a terra  
É a semente fecunda que o vento  
Espalha pelo campo e pela serra.

Coro

A bandeira que adoramos  
Não pode ser manchada  
Com o sangue de uma raça  
Presa ao cabo da enxada.

Não queremos viver na escravidão  
Nem deixa o campo onde nascemos  
Pela terra, pela paz e pelo pão:  
Companheiros, unidos venceremos.

Hoje somos milhões de oprimidos  
Sob o peso terrível do cambão  
Lutando, nós seremos redimidos.  
A Reforma Agrária é a solução.

Nossas mãos têm calos de verdade,  
Atestando o trabalho honrado e duro;  
Nossas mãos procuram a Liberdade  
E a glória do Brasil para o futuro.”<sup>90</sup>

Esse era o Hino entoado na capital mineira nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 1961 pela várias delegações que participaram desse momento norteador das lutas campesinas. A Reforma Agrária era a única solução para o fim do sofrimento e da “escravidão” de uma vida de dor e luta.

Para isso, a união dos trabalhos era o meio e a Reforma Agrária o seu fim. Deste modo, os trabalhadores queriam receber a liberdade em um Brasil com mais glória e com um futuro promissor. As mensagens pronunciadas no evento criavam um momento aglutinador de extrema força de ânimo em todos os presentes e isso se propagou para todo o Brasil através da imprensa, que acompanhava os rumos das discussões.

Este Congresso ganhou salutar destaque nos jornais ligados ao PCB pelo seu grau de mobilização, pelo momento de grande politização dos trabalhadores e também pela inclusão do adjetivo *radical* no termo da *Reforma Agrária*, assim ganhando visibilidade no Brasil e no mundo, principalmente, no contexto de Guerra Fria existente.

As discussões para os dias do Congresso tinham como propostas elaboradas, pela ULTAB de Lyndolpho Silva, alguns pontos como: a Reforma Agrária e a Legislação; preço da terra; terras

---

<sup>90</sup> Leonilde Sérvolo de Medeiros. *Op. Cit.* 1989. p. 70

públicas e privadas; condições de vendas e limites das propriedades; propriedades dos posseiros; a luta contra a grilagem; arrendamentos e parcerias; empréstimos e financiamento. Porém, esses pontos foram sendo considerados paliativos para a realidade do Brasil e se sobressaiu o debate da *radicalidade* da reestruturação fundiária brasileira.

Desta forma,

“a comissão que polarizou os trabalhos do Congresso foi a de Reforma Agrária, e nela se travou um sério confronto entre a ULTAB, controlada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e as Ligas Camponesas, sob a liderança de Francisco Julião. O centro do debate estava na contradição entre a luta pela Reforma Agrária e a proposta de regulamentação do arrendamento e da parceria, defendida pela ULTAB. Para os setores mais radicais representados no Congresso e ligados a Julião, a regulamentação da parceria e do arrendamento era uma medida inoportuna, visto que significava o reconhecimento legal dessas formas de trabalho. Para os setores mais moderados, sob a influência do PCB, não existia contradição entre a luta por determinadas reivindicações imediatas dos camponeses e a luta por uma reforma radical no regime de propriedade da terra. Nesse embate entre as duas maiores forças do movimento dos trabalhadores rurais, a posição mais radical saiu vitoriosa.”<sup>91</sup>

Para Lyndolpho Silva, os caminhos delineados durante o Congresso se dariam pela participação de muitos que atuavam realmente na luta camponesa e isso levou à produção de documentos extremamente elaborados que, a partir daí, apontaram um sentido para a luta. Lyndolpho registra que no Congresso de Belo Horizonte

“havia na parte de organização várias pessoas que estavam atuando. Vou dizer o seguinte: eu vi os documentos e os achei melhores do que os dos outros. Melhor no seguinte: na idéia que ele tem, é muito preciso e no partido eu nunca vi, nas resoluções tomadas pela direção nacional, um documento que fala sobre Reforma Agrária com aquela profundidade. Aí está, muito bem feito nesses aspectos, e o que pegou ali fundamentalmente foi a orientação política do PCB. Aí se limitaram as coisas efetivamente como foram vistas lá, explicadas, porque indicava-se ali inclusive a posição do partido. E eu já dizia antes o seguinte: esse negócio ali foi feito por muita gente, não sei quais, mas está lá. Você vai ver que efetivamente é um negócio muito bem feito. E propõe o quê? De certa maneira está lá, estão ditas lá as transformações que era preciso realizar nesse país: acabar com latifundiário, dar terra para o camponês, mas não só dar terra ao camponês; era preciso assegurar ao camponês todas as necessidades de ajuda, da parte do governo, que lhe permitissem trabalhar, produzir, vender.”<sup>92</sup>

Os documentos do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, por terem sido feitos no coletivo, não tinham apenas as características que o PCB e a ULTAB formulavam sobre a Reforma Agrária, muito pelo contrário, a influência das visões de outros grupos, que participaram do Congresso, foram muito expressivas em relação à Reforma Agrária Brasileira, o que se pode perceber na análise documental do Congresso e na postura de radicalidade que permeou o encontro.

Deste modo, os documentos do Congresso sintetizaram essas múltiplas interpretações sobre a Reforma Agrária. Para o PCB, a Reforma Agrária viria como um dos processos da

<sup>91</sup> Leonilde Sérvo de Medeiros. & José de Araújo Brás. *I Congresso dos Lavradores e Camponeses Sem Terra. In Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983* Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1984. – CPDOC, Pp. 1536 e 1537

<sup>92</sup> Paulo Ribeiro da Cunha. (Org.). *Op. Cit.* P. 91

revolução, já para outros grupos a mobilização dos trabalhadores na busca pelos espaços, seja na lei ou marra, era fundamental. Lyndolpho vislumbra assim essas perspectivas nos documentos:

“Agora, tem um aspecto: eles [os documentos] não diziam que aquela Reforma Agrária viria com a revolução, nada disso. Mas falavam na mobilização no campo, que era preciso fazer, e na cidade. No Congresso, na época, foi tomada uma resolução importante, e também, como mobilização, foi um acontecimento muito importante, que ecoou enormemente na sociedade brasileira. Com o conteúdo da resolução tomada – quer dizer, efetivamente aí se definiram muitas forças, não tanto a favor da Reforma Agrária, naqueles termos em que está colocada, mas exatamente contra aquela Reforma Agrária. Aqui sempre se falou muito sobre a Reforma Agrária, que o responsável pela miséria que ocorreu no campo e na vida geral da nação era o latifúndio. Mas eles se organizaram contra essas coisas e, mais ainda, nas últimas eleições para Presidente República, com uma organização nacional: a União Democrática Ruralista (UDR). O problema está colocado ali, mesmo na fase em que está, mesmo no momento em que está, aquela resolução é muito avançada para esse processo todo e efetivamente é muito difícil de se realizar.”<sup>93</sup>

A participação de vários grupos na resolução dos documentos acarretou que esses fossem bem articulados e precisos nas questões que assolavam as estruturas fundiárias brasileiras e, conseqüentemente, os agentes históricos envolvidos. Porém, percebe-se que às vezes era difícil chegar a uma orientação definitiva, já que aquele era um espaço também de enfrentamento político das lideranças sociais e seus grupos.

Todavia, nesses dias de Congresso em Belo Horizonte as resoluções e propostas sobre a Reforma Agrária Brasileira foram peculiares e resultando em um material bem elaborado e esclarecedor para os trabalhadores, já que os participantes entendiam do assunto em questão, seja por formação intelectual, seja por vivência própria na dura realidade rural do país.

As diretrizes estavam colocadas. Mas precisavam colocá-las em práticas. Essa era a grande conclusão a que chegaram na culminância do Congresso. Lyndolpho Silva elucida abaixo essas perspectivas e os caminhos já avançados nas lutas camponesas.

“Agora, aquele é o caminho para a gente fazer aquilo? Daquele jeito? Essa é outra questão, porque naquela época eu concordei inteiramente. Foram entendidas com tal, porque efetivamente no campo havia uma perseguição muito grande, muito grande, sobretudo para posseiros e arrendatários, esses que eram mais agressivos na luta. A agressão disso era muito grande, e não se buscava vitória no terreno do posseiro; mesmo aqueles que já tinham direito pelo usucapião não conseguiram, mesmo quando essa coisa diminuiu de trinta anos para dez. Em termos de movimentação de justiça, houve um pouquinho de avanço com o assalariado, porque tinha três direitos na legislação trabalhista: férias, salário mínimo e direito de receber dinheiro atrasado, e que eles podiam pedir isso ao juiz comum, não precisava nem ser trabalhista nem nada. Foi uma vitória grande na época, porque se conseguiu muita coisa. Isso já havia, só que ninguém tinha descoberto, e nós fomos descobrindo e praticando isso com muita intensidade.”<sup>94</sup>

Os caminhos a serem trilhados pelos movimentos sociais rurais brasileiros presentes nesse Congresso, que se tornou norteador das lutas camponesas, se evidenciam nos discursos de encerramento do evento, nos quais se podem destacar os discursos, dentre outros, de: Padre Laje, o Presidente da República João Goulart, Francisco Julião e Lyndolpho Silva.

<sup>93</sup> Idem, p. 91 e 92

<sup>94</sup> Ibidem, p. 93

O Padre Laje era extremamente atuante nas lutas ao lado dos trabalhadores rurais, por isso o Bispo de Belo Horizonte o proibiu de falar e de fazer a missa inicial do Congresso, que foi ministrada pelo Padre Arquimedes Bruno, do Ceará. Essa atividade de realizar uma missa no início do evento era uma busca da Igreja de aproximação e uma prevenção de certos rótulos que o encontro poderia ter, como por exemplo é “*coisa de comunista*”.

A grande atuação do Padre Laje nas lutas camponesas levou-o, a partir de 1962, a ser um dos grandes articuladores da Ação Popular. Percebe-se o porquê desse destaque no próprio Congresso de Belo Horizonte, em que o Padre Laje desobedece às ordens do Bispo e pronuncia seu discurso no encerramento.

“(…) caros camponeses de todo o Brasil, começou, oficialmente, neste dias em que aqui estiveram reunidos homens e mulheres de todos os recantos da nossa pátria, a vossa libertação. A vossa libertação não depende dos latifundiários porque os latifundiários estão interessados na vossa escravidão. Os latifundiários querem ficar cada vez mais ricos e cada vez mais latifundiários e pouco se importam com a vossa pobreza. A vossa escravidão é mais grave que a escravidão negra que encheu de vergonha as páginas da história brasileira. A escravidão continua até os dias de hoje e representa o mais grave problema da história do nosso tempo: a redenção do homem que trabalha na terra e não a possui. Todos nós pensávamos ser necessária esta união que aqui presenciamos, irmanados com a vossa luta nesta bela capital mineira que já podemos chamar de capital da redenção nacional. No dia de hoje podemos afirmar que Belo horizonte se tornou a grande capital da redenção nacional dos trabalhadores sem terra. É muito significativa a vossa presença aqui, vindos quase todos de muito longe, do norte, do sul, principalmente do nordeste heróico, trazendo a voz do sofrimento e o sentimento de luta. Admiramos extraordinariamente essa figura que merece a vossa estima e amizade – o grande deputado Francisco Julião. Assistimos aqui ao encontro da nacionalidade, da verdadeira nacionalidade, das forças vivas do país, daquelas forças que tomarão o poder num futuro próximo, se Deus quiser. É necessário que o povo se levante e saia da sua escravidão para a liberdade verdadeira. Esta é uma imposição dos filhos de Deus. A liberdade, tantas vezes pregada, ainda não foi alcançada pelos camponeses. Por ela milhares de camponeses sucumbiram e continuam sucumbindo. Muitos já desistiram de esperar por soluções do Congresso Nacional que está cheio de latifundiários e ladrões. As soluções virão daqui, destes dias de encontro de fraternidade e de amor. A verdadeira liberdade é a liberdade econômica. O resto são palavras. A verdadeira liberdade é aquela desejada pelos trabalhadores camponeses. (...)”<sup>95</sup>

O Padre Laje, em seu discurso, convoca os trabalhadores para a mobilização, já que aquele era o momento da verdadeira liberdade e o fim da *escravidão* no campo brasileiro. Assim, com as forças unidas, o poder estava próximo. Era o momento de escrever a nova página da história dos trabalhadores rurais, não só por eles, mas por todos os que lutavam por um Brasil melhor, por um país mais feliz, onde os milhões de trabalhadores rurais tivessem suas terras para viverem e assim transformarem essa nação.

---

<sup>95</sup> Discurso do Padre Laje, intitulado “Será vossa esta terra conquistada com vosso sangue”, registrado no Suplemento Especial do Jornal Novos Rumos de 8 a 14 de dezembro de 1961, página 12. *In* Arquivo Lyndolpho Silva (núcleo de documentação do CPDA em sua sede) ou Arquivo Lyndolpho Silva (no site: <http://www.ufrj.br/cpda/als/>)

Outro importante discurso no encerramento foi o do Presidente da República João Goulart, o qual reconheceu que a estrutura agrária brasileira inviabilizava o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, prejudicava a vida dos milhões trabalhadores.

“(...) devemos, contudo, reconhecer e proclamar que a ausência de uma reestruturação agrária está embaraçando a marcha do progresso de nossa Pátria: sem uma agricultura progressista jamais teremos uma economia nacional equilibrada. O processo agrícola brasileiro não atende mais às necessidades do crescimento da economia geral do nosso país. Devemos ter sempre que a maioria do povo brasileiro está vinculada às atividades da terra: sessenta e três por cento da população brasileira dependem da agricultura para viver. E as estatísticas ainda incompletas que possuímos nos mostram que, dos 12 milhões de agricultores brasileiros, mais de 10 milhões cultivam terra que não lhes pertence. A luta, portanto, em favor do acesso à terra dos que nela trabalham de sol a sol, é, sim uma das reivindicações mais sentidas e mais legítimas dos camponeses brasileiros. O seu atendimento constitui elemento de fundamental importância na consolidação dos direitos democráticos (...)”<sup>96</sup>

Jango continuou, em seu discurso, evidenciando a importância da Reforma Agrária Brasileira e as relações que envolviam esse processo, em termos econômicos e jurídicos, já que um dos principais entraves se encontrava na própria Constituição Federal de 1946. Desta forma, o Presidente da República relatou:

“(...) não vejo razão para deixar de afirmar que a Reforma Agrária é uma das reformas que o país reclama para dar plena expansão às suas forças produtivas adormecidas. Há pessoas, há grupos conhecidos dos camponeses, que se assustam com palavras. O surpreendente, no entanto, é que esses que se assustam com palavras não perdem o sono diante do panorama social de nossa pátria onde um povo pobre luta para viver em um território potencialmente rico e poderoso. Os brasileiros reclamam uma Reforma Agrária que possibilite uma revisão total das relações jurídicas e econômicas entre os que trabalham a terra e os que detêm a propriedade rural em nosso país para que se possa libertar a produção agrícola de seus seculares entraves e proporcione maior produtividade aos agricultores, assegurando-lhe justa participação das riquezas, para dotar o país de uma agricultura moderna, de alto rendimento produtivo. A nossa Constituição de 1946, se reconhece por um lado a função social da propriedade, ao admitir a desapropriação por interesse social, por outro impossibilita a aplicação prática desse princípio, ao estabelecer que toda e qualquer desapropriação se faça pela prévia e justa indenização em dinheiro.”<sup>97</sup>

Assim, Jango reconheceu a força das organizações dos trabalhadores agrícolas e suas lutas. Além disso, percebeu que no seu governo teria a possibilidade, junto como os momentos rurais, de realizar a tão sonhada Reforma Agrária Brasileira. O diálogo de João Goulart e os movimentos dos trabalhadores se tornaram intensos, principalmente, com a ULTAB de Lyndolpho Silva.

Um dos discursos muito esperados foi o do deputado Francisco Julião, que elucidou a grandiosidade do evento e afirmou que se sentia honrado por participar deste junto com seus irmãos das Ligas Camponesas. Assim, destacam-se alguns trechos dessa fala:

“(...) diante desse estuário imenso que hoje defrontamos, diante dessa multidão incalculável que aqui se comprime e que aqui veio para estreitar suas mãos e dizer aos camponeses do Brasil

<sup>96</sup> Discurso do Presidente da República João Goulart, registrado no Suplemento Especial do Jornal Novos Rumos de 8 a 14 de dezembro de 1961, página 12. *In* Arquivo Lyndolpho Silva (núcleo de documentação do CPDA em sua sede) ou Arquivo Lyndolpho Silva (no site: <http://www.ufrj.br/cpda/als/>)

<sup>97</sup> Idem

inteiro que o homem da cidade, o operário, os trabalhadores das fábricas, os estudantes, a classe média que se proletariza rapidamente em nosso país, que todos que têm ainda uma parcela de patriotismo e que trazem na sua consciência um compromisso de salvar a pátria, diante desse espetáculo, quem pode pôr em dúvida que já existe no Brasil a unidade indestrutível dos seus trabalhadores que lutam por reformas de base, que não fiquem no papel, que não durmam nas gavetas, mas que se transformem em realidade para que o povo não tenha de fazer com as suas próprias mãos a Reforma Agrária? De conferência em conferência, de Congresso em Congresso, através do Brasil, desde o Pará até o Rio Grande do Sul, os camponeses se congregaram, se uniram e hoje vieram dizer, em Belo Horizonte, que todos eles têm um compromisso de vida ou morte com nossa pátria. Esse compromisso é o de salvá-la da ignomínia, do aviltamento em que ela se encontra, espoliada pelos inimigos de fora que nos esbulham pela frente e pelos latifundiários que aqui dentro nos esbulham pelas costas.(...)”<sup>98</sup>

Julião prossegue em suas palavras exaltando o momento histórico que aquele Congresso estava vivenciando e também o reconhecimento desse momento pelas autoridades constituídas que se fizeram presentes no encontro. Desta maneira, Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas, relata:

“(...) nós, que estamos empenhados nessa luta gloriosa consideramos esta causa maior que a abolição dos escravos, maior que a luta pela solução estatal do petróleo. Se nós não tivéssemos a intenção e o firme desejo de obter amanhã, se possível – nunca, nunca, depois de amanhã – essa Reforma Agrária, nós não estaríamos pacificamente, democraticamente, realizando este Congresso, que não é apenas uma demonstração da unidade e da forçados camponeses brasileiros mas também é uma advertência, talvez a última advertência! Reconhecemos a corajosa atitude demonstrada pelo Presidente da República, Dr. João Goulart, e pelo governador Magalhães Pinto, que vieram a este Congresso para o qual foram convidados e aqui estão sendo recebidos pelos camponeses do Brasil, sob palmas. Essa corajosa atitude, vencendo resistências, sobrepondo-se aos obstáculos, é um sinal de que eles estão sentindo também que esta não é a hora dos exploradores mas a hora dos explorados.(...)”<sup>99</sup>

Por fim, dentre os palestrantes mencionados, registra-se o discurso do presidente da ULTAB, Lyndolpho Silva, que contribuiu em suas palavras dizendo sobre o lugar social e a importância do Congresso para os movimentos dos trabalhadores. Assim, ele disse:

“(...) este Congresso constituiu, sem dúvida alguma, um considerável avanço e sólida demonstração do grau de consciência já adquirida pelo homem do campo, sobre seus direitos e justas reivindicações, de seu papel decisivo na sociedade, como também do nível de organização e de métodos de luta pelas conquistas necessárias à superação da situação do campo através de uma Reforma Agrária que efetivamente elimine o monopólio da terra pelo latifúndio e as relações de produção do tipo pré-capitalistas ainda imperantes em nosso país. A Reforma Agrária pela qual lutamos neste Congresso, e prosseguiremos lutando nas regiões onde vivemos e trabalhamos, tem por objetivos essenciais a completa erradicação do monopólio da propriedade e do uso da terra exercido pelo latifúndio e o acesso mais fácil e imediato possível pelos que verdadeiramente desejam e necessitam trabalhá-la, tomando-a altamente produtiva e rendosa. Consideramos esta Reforma Agrária uma necessidade inadiável e vital, capaz de dar saída e conduzir a completa solução ao agudo estado de subdesenvolvimento crônico do tipo pré-capitalista e da crescente e ameaçadora instabilidade econômica, política e social em que nos encontramos presentemente.(...)”<sup>100</sup>

<sup>98</sup> Discurso do deputado Francisco Julião, registrado no Suplemento Especial do Jornal Novos Rumos de 8 a 14 de dezembro de 1961, página 11. /n Arquivo Lyndolpho Silva (núcleo de documentação do CPDA em sua sede) ou Arquivo Lyndolpho Silva (no site: <http://www.ufrj.br/cpda/als/>)

<sup>99</sup> Idem

<sup>100</sup> Discurso do presidente da ULTAB, Lyndolpho Silva, registrado no Suplemento Especial do Jornal Novos Rumos de 8 a 14 de dezembro de 1961, página 04. /n Arquivo Lyndolpho Silva (núcleo de documentação do CPDA em sua sede) ou Arquivo Lyndolpho Silva (no site: <http://www.ufrj.br/cpda/als/>)

Essas palavras de Lyndolpho elucidam muito bem o grau já de organização da luta no campo e a importância de continuar lutando até conseguir efetivamente a Reforma Agrária tão almejada. Lyndolpho, tendo sua formação e sua perspectiva à luz do PCB, reafirma que o caminho para a Reforma Agrária Brasileira poderia acontecer por conquistas graduais que iriam abrir caminhos de mudança estruturais e significativas. Desta maneira, informa Lyndolpho

“(…) não ignoramos que para conseguirmos a verdadeira Reforma Agrária que modificará radicalmente a atual estrutura de nossa economia e trará novas condições de vida e prosperidade para os homens do campo e o povo em geral, teremos que travar uma luta árdua e mais ou menos prolongada e cujo êxito vai depender fundamentalmente de nossa disposição de luta e de nosso esclarecimento, de nossa própria organização e de nossa unidade de ação e de pensamento. Por isso mesmo julgamos necessário lutar sem desfalecimentos pela conquista de todas as medidas parciais, por menores que sejam, no sentido não só de através delas irmos abrindo caminho para a conquista da Reforma Agrária completa e radical que almejamos como também para ir melhorando cada vez mais as terríveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas presentemente as grandes massas trabalhadoras do campo no Brasil.(…) Que seja aprovada como decisão final e culminante deste Congresso a realização, por toda a massa camponesa e demais forças patrióticas e democráticas do povo brasileiro e mais vigoroso e amplo Movimento Nacional pela Reforma Agrária, cuja bandeira deve ser erguida com ardor e decisão até a conquista do completo êxito da Reforma Agrária, reivindicação máxima dos lavradores e trabalhadores agrícolas e da maioria absoluta da população de nossa gloriosa pátria. (...)”<sup>101</sup>

Esses discursos, apresentados na sessão de encerramento do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, representam os milhares de brasileiros que clamavam e, ainda clamam, no interior do país por seus direitos trabalhistas, por Reforma Agrária, por incentivos e apoio do governo, para terem, assim, a dignidade de serem cidadãos brasileiros.

Apesar de algumas diferenças nas interpretações dos caminhos a serem percorridos pelos trabalhadores rurais apresentados pelos vários grupos presentes no Congresso, evidenciados de maneira sucinta, percebe-se que alguns dos pontos discutidos tomaram-se comum a todos, formando assim uma intercessão apresentada no Congresso de Belo Horizonte. Um exemplo notório foi a compreensão de qual era a Reforma Agrária que todos buscavam, naquele momento histórico de luta, e assim produziram esse documento apresentado abaixo:

#### O que é a Reforma Agrária

- 1.A terra para os que nela trabalham.
- 2.Assistência técnica e financeira ao camponês para que aumente a produção agrícola.
- 3.Escola para o camponês; extinção do analfabetismo.
- 4.Alimentação, habitação e assistência médica para o camponês.
- 5.Cooperativas de produção e distribuição; eliminação dos açambarcadores.
- 6.Preços mais baratos dos gêneros alimentícios: aumento do padrão de vida do povo das cidades.
- 7.Crescimento da indústria nacional graças ao aumento do poder aquisitivo do povo.
- 8.Maior prosperidade nacional: oportunidade e melhor padrão de vida para os profissionais.
- 9.Extinção do êxodo rural: mais oportunidade de emprego para o operariado urbano.
10. Igual desenvolvimento para todas as regiões.

---

<sup>101</sup> Idem

Esta será a verdadeira Reforma Agrária feita pelos camponeses, os operários, os estudantes e por você.

Todos ao I Congresso Nacional dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas do Brasil – 15 a 17 de novembro de 1961 – Belo Horizonte. (Reforma Agrária Já!!!) <sup>102</sup>

Por isso, o I Congresso Nacional dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas do Brasil se tornou um grande divisor de águas das lutas sociais no campo, com a mobilização no meio rural e no meio urbano. Sendo assim, conclui-se que

“se o Congresso de Belo Horizonte é considerado um divisor de águas entre as correntes que disputavam a hegemonia da condução das lutas dos trabalhadores rurais, ele guarda outros significados também. Antes de mais nada ele marcou como nenhum outro evento o reconhecimento social e político da categoria *camponês*, sintetizando um conjunto de forças heterogêneas que lutavam no campo. A presença no encontro de personalidades como o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, do primeiro-ministro Tancredo Neves e do próprio presidente da República, João Goulart, o destaque que recebeu em toda a imprensa, são indicadores de que ele se constituiu num fato político de relevo e um termômetro da gravidade que a questão agrária assumiu. A representatividade das delegações, a diversidade de situações representadas, o caráter das reivindicações levantadas e o clima do encontro indicavam que não era mais possível tratar a questão agrária com parciais negociadas. Realizar transformações profundas na estrutura agrária aparecia como uma questão essencial do desenvolvimento nacional. Por outro lado, ele deu novo impulso às lutas no meio rural.” <sup>103</sup>

Portanto, pode-se concluir que esse projeto de Reforma Agrária, almejado no I Congresso Nacional dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas do Brasil, vai além de uma mudança de estrutura fundiária, sendo uma proposta de uma mudança nacional, isto é, a proposta dos trabalhadores rurais junto com outras forças sociais era a implementação de um projeto de nação, que acarretaria ao Brasil um desenvolvimento econômico e social nunca visto em sua história.

---

<sup>102</sup> Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ). Notação:1134 ; Título: Congresso dos Lavradores Agrícolas do Brasil; N° original:1814; Período:1961-1962; Folha: 11

<sup>103</sup> Leonilde Sérvolo de Medeiros. *Op. Cit.* 1989. p. 60

## 5- Lyndolpho Silva e a Rede de Sociabilidade

Neste capítulo, buscar-se-á a observação das redes de relações estabelecidas pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e outras instituições e órgãos públicos brasileiros, como também de outras nações. Esse trabalho de comunicabilidade era executado pela diretoria da organização acima descrita, em que se pode destacar o trabalho de Lyndolpho Silva.

A ULTAB, quando surgiu em 1954, buscava uma atuação e representatividade nacional em relação às demandas dos trabalhadores rurais brasileiros. Desta forma, o trabalho se desenvolveu e ganhou visibilidade e reconhecimento por parte da massa campesina, que poderia ecoar através da ULTAB suas reivindicações para a sociedade brasileira e para os órgãos nacionais.

Com o amadurecimento da ULTAB e dos trabalhadores que a compunham, pode-se perceber que a atuação da organização não se restringiu às delimitações territoriais da nação brasileira. Assim, ocorreu uma interação da ULTAB e outras organizações sociais. Também é possível mapear a relação da ULTAB e seus trabalhadores com questões que estavam acontecendo em outras regiões do planeta.

A análise dessas redes de relações feitas por Lyndolpho Silva no Brasil e no exterior, à frente da ULTAB, podem ser feitas através de várias cartas arquivadas pelo próprio Lyndolpho Silva.<sup>104</sup> Essas cartas são cartas oficiais de Lyndolpho e outros trabalhadores da diretoria da ULTAB enviadas ou recebidas sobre vários assuntos em que a ULTAB se posicionava.

Na documentação pesquisada no arquivo do Lyndolpho Silva o maior número de correspondências é do ano 1959, cinco anos após a fundação da ULTAB. Assim, pode-se conjecturar que em cinco anos a organização e sua diretoria vislumbravam uma atuação de reconhecimento no Brasil e no exterior. Deste modo, fica compreensível o amadurecimento dos conteúdos das comunicações, entre a diretoria da ULTAB e o mundo.

Lyndolpho Silva envia uma carta para o Secretário Geral da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Floresta e Plantações (UISTAFP) o senhor Ílio Bosi, que estava em Roma, mencionando o recebimento de uma circular que pedia o

---

<sup>104</sup> Arquivo Lyndolpho Silva (núcleo de documentação do CPDA em sua sede) ou Arquivo Lyndolpho Silva (no site: <http://www.ufrrj.br/cpda/als/>)

levantamento do número de trabalhadores florestais no Brasil e que essa tarefa estava em período inicial de execução. Nesta mesma carta, datada em 27 de Janeiro de 1959, Lyndolpho Silva, que era ainda 1º Secretário da ULTAB, aproveita para informar ao Secretário Geral da UISTAFP os caminhos que estavam seguindo na ULTAB, com as seguintes palavras:

“(…) Aproveitamos o ensejo para informar ao companheiro que o Conselho de Representantes da ULTAB se reunirá entre os dias 7 e 8 de março próximo, em São Paulo.(…) Desta reunião participarão, como convidadas, as associações estaduais, algumas municipais e os dirigentes dos sindicatos rurais. Entre as resoluções que pretendemos tomar se encontra um plano de trabalho para a entidade e a de convocação da III Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.(…)”<sup>105</sup>

Essa reunião mencionada na carta e planejamento da III Conferência Nacional mostra a organização da ULTAB na participação dos movimentos dos trabalhadores rurais brasileiros, em que levaram a entidade a ser uma das maiores na representatividade na luta no campo. Uma outra questão de destaque é a constatação da parceria da ULTAB, principalmente através de Lyndolpho Silva, com a UISTAFP, através do seu Secretário Geral, Ílio Bosi.

No dia seguinte da carta dirigida à Ílio Bosi, foi enviada uma outra correspondência para o Secretariado da Federação Sindical Mundial (FSM), datada em 28 de janeiro de 1959, tendo o mesmo conteúdo informativo, em que menciona as atividades da ULTAB e os preparativos do III Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Esta carta para FSM estava assinada pelo 1º secretário da ULTAB, no caso em questão Lyndolpho Silva.

Essas correspondências começaram a apontar para uma grande rede internacional de ajuda mútua entre as seguintes entidades: ULTAB, UISTAFP e FSM. Essas parcerias proporcionaram uma grande ajuda a partir de 1964, quando o país sofre um golpe mortal da ditadura militar, acabando com sonhos de milhões. O próprio Lyndolpho Silva foge do país e termina trabalhando, posteriormente, como secretário da UISTAFP, que estava ligada a FSM, na cidade de Praga na antiga Checoslováquia.

A resposta de Ílio Bosi, Secretário Geral da UISTAFP, foi enviada no dia 06 de fevereiro de 1959. Nela se relatava o recebimento da carta da ULTAB e também aproveitou o ensejo para convidar Lyndolpho Silva para ser o organizador da Comissão de Trabalho relacionado ao trabalho no campo ligado a UISTAFP. Com essas palavras:

*“(…) Como usted sabe, nuestro Comité Administrativo además de la formación de una Comisión forestal, decidió también la de una Comisión de trabajo para las plantaciones que para América Latina comprende Brasil, Costa Rica, Ecuador y Venezuela. En su calidad de miembro del Comité Administrativo, mucho le agradeceríamos, estimado compañero, que usted se*

---

<sup>105</sup> Carta datada em 27 de Janeiro de 1959. *In* Cartas de 1959, que se encontram no Arquivo Lyndolpho Silva (núcleo de documentação do CPDA em sua sede) ou Arquivo Lyndolpho Silva (no site: <http://www.ufrj.br/cpda/als/>)

*comprometiese a poner en marcha y desarrollar el trabajo de dicha Comisión, poniéndose en contacto con los demás tres países.(...)”*<sup>106</sup>

Essa proposta feita pelo Secretário Geral da UISTAFP para Lyndolpho Silva demonstra o reconhecimento do seu trabalho na luta em favor dos trabalhadores rurais e na busca das resoluções das questões camponesas à frente da ULTAB e do PCB. Essa também é uma demonstração do desenvolvimento das relações entre as organizações comunistas.

A ligação entre FSM, UISTAFP e Lyndolpho Silva se iniciou com um grau maior estreitamento a partir de outubro de 1953 em Viena, na parte ocupada pela União Soviética, em que Lyndolpho foi enviado para a participação do III Congresso da Federação Sindical Mundial (FSM) e também para participar da I Conferência da União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura, nas Florestas e Plantações (UISTAFP). Além de participar dos eventos, Lyndolpho Silva teve a oportunidade de realizar um curso de formação sindical da Federação Sindical Mundial, realizado na cidade de Budapeste, na Hungria, onde passou mais de dois meses nessa capacitação.

Cabe ainda relatar que a carta de Ílio Bosi para Lyndolpho, além da proposta de ficar responsável pela Comissão de Trabalho, apontava dois grandes objetivos no desenvolvimento das atividades:

*“(...) Usted sabe que entre las tareas de la Comisión de las plantaciones para América Latina hay la de preparar las condiciones para una Conferencia de las plantaciones de su Región. Dicha Conferencia no tendría éxito si no participaran en ella delegados que representen organizaciones activas y batalladoras así que el primer objetivo es el de desarrollar y fortalecer los sindicatos de dicha categoría. La segunda tarea es debatir los problemas en los gremios de base para que los delegados expresen en la Conferencia los deseos, las aspiraciones y las necesidades efectivas de las masas trabajadoras. El despertar de la democracia que se hace cada vez mas patente y las luchas contra los monopolios que los trabajadores de las plantaciones están llevando a cabo en varios países de América Latina harán menos difícil y más provechoso su trabajo.(...)”*<sup>107</sup>

Esses objetivos esboçados na carta fizeram parte da bandeira de luta de Lyndolpho na ULTAB, em que buscou fortalecer e desenvolver os sindicatos rurais e efetivando sempre os princípios democráticos no seio dos movimentos dos trabalhadores agrários brasileiros.

As correspondências da ULTAB começaram a ser enviadas para várias pessoas e organizações, que estavam diretamente ou indiretamente envolvidas com as questões de luta de trabalhadores e povos que de alguma maneira estavam sendo cerceados em seus direitos.

Um exemplo dessa natureza foi o envio de uma carta ao Presidente da Assembléia da Organização das Nações Unidas (ONU), datada em 19 de fevereiro de 1959, que estava em Nova

---

<sup>106</sup> Carta datada em 06 de fevereiro de 1959. Idem

<sup>107</sup> Idem . Ibidem

Iorque, em que Lyndolpho Silva como 1º Secretário da ULTAB se pronuncia sobre as questões que abalavam a população de Camarões, da seguinte forma:

“(…) Vivemos uma época em que é incompreensível para os trabalhadores e os povos a existência de um povo dominado por outro. Muito incompreensível é se aceitar o domínio de um povo pacífico e ordeiro como o do Camerum pela Inglaterra e a França. Em todos os quadrantes da terra os povos coloniais e dependentes se levantam contra esse domínio exigindo o direito de disporem de si mesmos. O povo do Camerum, ciente do seu dever, vem a longos anos exigindo o fim da colonização inglesa e francesa que, até então, só lhe dê uma vida indigna de ser humano, sem liberdade e direitos.(…)”<sup>108</sup>

Percebe-se que a ULTAB de Lyndolpho Silva não só se restringia a questões brasileiras, como também estava como uma atenção especial para os assuntos mundiais e para os sofrimentos de outros povos irmãos. Essa postura da ULTAB se fundamenta muito pela linha de formação adquirida como o PCB e outras instituições, como a FSM e UISTAFP .

O engajamento era tão efetivo que, nesse mesmo documento, acima relatado, assinado por Lyndolpho, é sugerido que a Assembléia da O.N.U. tomasse algumas medidas que, segundo a ULTAB, eram fundamentais para o povo de Camarões. Assim eram descritas as medidas:

“(…) No momento em que se discute na Assembléia da Organização das Nações Unidas a situação do Camerum, tomamos a liberdade de nos dirigir a V. Excia para nos solidarizar com o povo desse país e pedir a essa augusta Assembléia que tome as seguintes medidas: 1- restauração no Camerum de uma vida civil normal mediante uma anistia total e sem condições, retirada das tropas, restauração das liberdades democráticas, de palavra, de imprensa e organização; 2- realização de um referendun democrático e livre convocado ao mesmo tempo nas duas zonas sob a tutela inglesa e francesa; 3- realização de eleições gerais contemporâneas para a escolha de uma Assembléia Nacional Constituinte de todo o Camerum; 4- Inspeção efetiva das Nações Unidas tendo em vista garantir, mediante comissões e observadores imparciais, o livre desenvolvimento das consultas populares. Confiando no alto espírito democrático que norteia a Organização das Nações Unidas, mantemos a certeza de que o povo do Camerum sairá vitorioso no final da discussão. Aproveitamos o ensejo para reiterar a O.N.U. nosso decidido apoio.(…)”<sup>109</sup>

Essas medidas propostas nessa carta assinada por Lyndolpho evidenciam o grau de politização adquirido pelos diretores da ULTAB e grau de participação política no cenário internacional.

Além disso, destaca-se que o assunto em questão dizia respeito à ocupação do país pelos ingleses e franceses, em que a ULTAB se coloca contrária a tal medida e propõe uma resolução. Essas atitudes reforçavam uma estrutura planetária, que buscava os direitos democráticos negligenciados em várias regiões do globo.

No entanto, havia também as possibilidades de problemas diplomáticos nesses envolvimento internacionais, principalmente devido ao contexto mundial de Guerra Fria, em que se presenciaram grandes disputas entre capitalistas americanos e comunistas soviéticos.

<sup>108</sup> Carta datada em 19 de fevereiro de 1959. Ibidem

<sup>109</sup> Idem. Ibidem

No dia 16 de abril de 1959, Lyndolpho Silva enviou uma outra correspondência para os companheiros do Secretariado da UISTAFP. Esta carta tem características de respostas às cartas recebidas por Lyndolpho, em que se pedia o compromisso dele para assumir as responsabilidades das atividades da Comissão de trabalho na América Latina ligada a UISTAFP. Assim Lyndolpho respondeu a essa proposta:

“(…) Comunico aos companheiros que até outubro do corrente ano é impossível eu assumir o compromisso de pôr em marcha e desenvolver o trabalho da Comissão das Plantações (parte da América Latina). O motivo que me impede de assumir tal compromisso é a conferência da ULTAB que está convocada para setembro de 1959. Mesmo assim, estou escrevendo para os companheiros que são membros da Comissão comunicando a eles a necessidade de pormos em marcha os trabalhos da Comissão, as principais tarefas dela em função da Conferência Regional que se realizará em 1960 e pedindo-lhes sugestões para, o mais depressa possível, a Comissão passar a trabalhar.(…)”<sup>110</sup>

Apesar de Lyndolpho não assumir de imediato os trabalhos da Comissão na América Latina, não deixou de começar os preparativos para tal empreendimento. Assim, passou a comunicar aos outros trabalhadores da importância da tarefa que viria a se realizar. Pode-se concluir, ao longo dessa pesquisa aqui realizada, que para Lyndolpho Silva missão dada era missão executada o mais rápido possível.

Lyndolpho não tinha assumido o trabalho da Comissão efetivamente, porém não quer dizer que ele não tinha já realizado algumas coisas em prol desse trabalho que viria a desenvolver logo depois da Conferência da ULTAB, realizada em setembro de 1959.

Nessa mesma carta de 16 de abril de 1959, Lyndolpho informa sobre algumas medidas tomadas e faz algumas propostas a serem executadas para a organização dessa Comissão da UISTAFP na América Latina. Deste modo, ele informa essas medidas:

“(…) Já publicamos algumas resoluções da II Conferência Mundial para imprensa. Foi publicada também uma entrevista feita por mim sobre a importância da Conferência. Nosso plano de divulgação das resoluções prevê a realização de palestras nas organizações de lavradores e trabalhadores agrícolas sobre as principais resoluções e publicação das mesmas na íntegra ou resumidamente nos jornais. Com ajuda da F.S.M ou com recursos da UISTAFP a delegação deve visitar a América Latina. Esta visita seria muito importante para o nosso trabalho na América.(…)”<sup>111</sup>

Esse trecho da carta demonstra como o processo de luta e organização era dinâmico e ao mesmo tempo como as coisas eram realizadas simultaneamente nessa conjuntura de mobilização. Assim, pode-se compreender melhor o grau de trabalho e de visibilidade que a ULTAB e outras organizações brasileiras tiveram nos anos 1959 a 1964.

A resposta da carta de Lyndolpho, enviada em 16 de abril de 1959, veio no dia 27 de abril de 1959, em uma carta assinada por Ílio Bosi, em que ele relatou muitas coisas importantes

<sup>110</sup> Carta datada em 16 de abril de 1959. Ibidem

<sup>111</sup> Idem. Ibidem

discutidas nas reuniões da UISTAFP em relação aos trabalhos desenvolvidos e sobre as orientações e sugestões para a Comissão de trabalho da América Latina. Mencionam-se também na mensagem as ponderações feitas por Lyndolpho como sendo de grande importância e de profundo conhecimento para uma organização de trabalho dessa proporção.

Além disso, a mensagem traz o reconhecimento do empenho feito pela ULTAB e pelos seus participantes nessa luta contínua, principalmente do 1º secretário da instituição, o ilustre Lyndolpho Silva. Observam-se essas colocações nos seguintes trechos:

“(…) Principiamos por agradecer su comunicaciòn que refleja un trabajo interesante e intenso en las organizaciones brasileras. Hemos de agradecer que en la medida de sus posibilidades, nos vaya informando de las actividades concretas que realicen en el campo organizativo, de las reivindicaciones y de las relaciones sindicales con otros países de América Latina. Las experiencias de allí son de estimable valor para nosotros y de ellas podía hacerse aprovechar a las organizaciones de otros países, especialmente de ese Continente.(…)”<sup>112</sup>

A importância do trabalho desenvolvido pelos militantes, seja no Brasil ou em outras regiões, possibilita valorizar tais empreendimentos de dedicação em prol de algo maior que as questões pessoais desses personagens, isto é, a vida pessoal desses homens e mulheres, que lutaram pelos direitos de milhões de trabalhadores, muitas das vezes ficaram em segundo plano, já que a luta e os ideais estavam em primeiro.

O senhor Ílio Bosi, ainda nessa carta de 16 de abril de 1959, chamava a atenção de Lyndolpho no sentido de que a Conferência da ULTAB pela qual ele estava responsável de organizar, para setembro de 1959, levava, segundo Lyndolpho, a impossibilidade de organizar a Comissão de Trabalho da UISTAFP na América Latina antes desse evento. No entanto, Ílio Bosi cria uma reflexão que o evento da ULTAB poderia ser a oportunidade inicial para a Comissão e preparativo para a grande conferência que UISTAFP iria realizar no ano seguinte. Assim Ílio Bosi indaga desta maneira:

“(…) Con estas premisas, vamos a tratar de demostrarle como lemos de que sus funciones internacionales, sean obstaculizadas por los trabajos regionales que están a su cargo, la preparación y realización de la I Conferencia de la ULTAB ofrece las mejores oportunidades para los objetivos internacionales que le hemos encomendado. Ud. estará en contacto muy directo con las organizaciones locales preparando la I Conferencia de la ULTAB. ¿No es esa una gran oportunidad para plantear a los trabajadores la Conferencia de Plantaciones 1960? ¿No es la ocasión para darles esta tarea en el órden internacional y para echar los lineamientos futuros de un plano de trabajo hacia la conferencia? ¿No se puede dar desde allí, en medio de la gran agitaciòn que acarrea los preparativos inmediatos, la perspectiva mediata de una conferencia que interesa a los trabajadores de las plantaciones de América Latina? ¿No puede elaborarse un plan sumario para los activistas sindicales para que ellos planteen a los trabajadores, no como una cosa urgente sino como una tarea en el porvenir, nuestro proyecto y que ellos recojan de la masa de trabajadores, del conjunto de organizaciones con las que se relacionan, el interes con que la idea es recibida, la contribuciòn que ellos aportarian y que de ese modo Ud. pudiera precisar la realidad con que cuenta para ir a la conferencia de plantaciones, hasta donde debemos impulsarla

---

<sup>112</sup> Carta datada em 27 de abril de 1959. Ibidem

o si es conveniente acudir a otro procedimiento para fortalecer la unidad internacional de los trabajadores en América Latina? ¿No cree que en el trabajo de preparación de la I Conferencia de la ULTAB podrá Ud. descubrir magníficas iniciativas, recoger ricas experiencias que constituirían su mejor aportación al trabajo de la Comisión? Nosotros creemos sinceramente que todas estas preguntas pueden ser respuestas en forma muy afirmativa.(...)”<sup>113</sup>

Depois dessas propostas para Lyndolpho Silva, Ílio Bosi termina a carta relatando que iria ser necessário a transferência da sede da UISTAFP da cidade de Roma na Itália para a cidade de Praga, na Iugoslávia, que iria possibilitar um maior contato com outras regiões e assim aumentando a rede de contatos no mundo entre os trabalhadores e suas entidades organizacionais.

Essa rede de comunicação realizada pela ULTAB demonstra o grau de desenvolvimento e a postura muito firme perante os grandes problemas que atingiam os homens do campo e perante as autoridades constituídas no Brasil, principalmente a partir de 1959, conforme se analisa nessas correspondências. Um outro documento que retratava muito bem essa postura do grupo de Lyndolpho foi o documento intitulado “Resoluções da III Reunião do Conselho de representantes da ULTAB”, datado em 8 de março de 1959, em que se podem destacar várias resoluções de ações elaboradas pelo Conselho de Representantes da ULTAB para sua execução. São elas:

- a) Que a ULTAB e todas as associações aderiram ao Movimento Contra a Carestia de Vida que está sendo organizado no Estado de São Paulo e em outros Estados e participem, ativamente, das convenções que serão realizadas;
- b) Enviar telegrama ao governador do Estado de Goiás e ao Presidente da República de protesto contra o massacre realizado pela polícia de Goiânia quando estudantes e populares manifestavam-se contra o aumento das taxas escolares;
- c) Telegrama à Frente Parlamentar Nacionalista pedindo-lhe que estude e apresente na Câmara Federal um projeto de lei sobre reforma agrária e influa para que o referido seja aprovado pelo Congresso Nacional;
- d) A ULTAB e todas as organizações a ela filiadas devem enviar ao Presidente da República cartas, telegramas, abaixo-assinados, etc., pedindo-lhe a aplicação das promessas de crédito e outras medidas em favor dos pequenos lavradores e dos trabalhadores agrícolas, feitas durante sua campanha eleitoral quando candidato a Presidente da República;
- e) Enviar telegrama de congratulações ao atual Secretário do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, Senhor Jonas Baiense, pela atitude em favor da reforma agrária;
- f) Enviar moção ao Presidente da República e a Câmara Federal pedindo a ampliação de nossas relações comerciais com todos os países do mundo, imediatamente;
- g) Telegrama de solidariedade ao povo boliviano por sua luta em defesa da soberania de seu país.”<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> Idem. Ibidem

<sup>114</sup> Documento intitulado “Resoluções da III Reunião do Conselho de representantes da ULTAB”, datado em 8 de março de 1959, que se encontra no Arquivo Lyndolpho Silva (núcleo de documentação do CPDA em sua sede) ou Arquivo Lyndolpho Silva (no site: <http://www.ufrrj.br/cpda/als/>)

A pressão sobre os poderes públicos se tornava cada vez mais intensa, devido ao grau de mobilidade e amadurecimento dos movimentos sociais agrários, principalmente, no período de governo do Presidente da República Juscelino Kubitschek (1956-1960), em que as discussões sobre a reforma agrária efetiva no Brasil se tornaram medidas paliativas do governo, que não resolveram o grande problema que assolava as vidas de milhões brasileiros que viviam no campo.

Por isso, o Conselho de Representantes da ULTAB propõe as resoluções acima, principalmente, em relação ao Presidente da República, o Senhor J.K., que dentre as várias promessas feitas sobre a reforma agrária, em campanha eleitoral, quase nada se concretizou. Conforme está no item *d* do documento acima, pedia-se uma grande mobilização contra o Presidente “pedindo-lhe a aplicação das promessas de crédito e outras medidas em favor dos pequenos lavradores e dos trabalhadores agrícolas, feitas durante sua campanha eleitoral quando candidato a Presidente da República.”<sup>115</sup>

Lyndolpho Silva é informado por Ílio Bosi, em uma outra carta datada em 29 de abril de 1959, de que iria ocorrer no dia 30 de maio de 1959 o I Congresso Campesino da Venezuela. Esse evento iria reunir a frente campesina da Venezuela e de outros países vizinhos, e teria apoio da UISTAFP e de seus membros.

Desta forma, a carta demonstra a importância do evento e convida Lyndolpho para fazer parte desse encontro devido ao grau de conhecimento no assunto e devido à sua grande liderança na luta campesina no Brasil. Pode-se perceber como a presença de Lyndolpho iria somar de maneira bem significativa nesse trecho da correspondência:

“(…) sin otras extenuantes consideraciones sobre la importancia de este congreso, que a su buen juicio compañero Silva no pueden escapar, queremos pedirle se tomen medidas pertinentes, para hacer llegar al congreso que se inicia el 30 de mayo (Federación Campesina, Casa Sindical *El Paraíso* Of. 203, Caracas), el más amplio respaldo de las organizaciones sindicales y campesinas de Brasil externando en esa oportunidad el saludo para los trabajadores venezolanos.(…) será muy conveniente dar al Congreso y sus objetivos y naturaleza unitaria activa, la mayor publicidad. No sólo en Brasil, también en los demás países de América Latina. Con ello puede irse creando condiciones favorables a la reforma agraria allí donde tales condiciones no existan, y lograr que ellas se acentúen allí donde, como en Colombia, hay posibilidades evidentes de que se adjudiquen tierras a los campesinos que necesitan de ellas.(…)”<sup>116</sup>

O grande debate no Brasil, no período de pós-guerra, sobre a Reforma Agrária e a mobilidade dos movimentos sociais rurais e suas lideranças deu legitimidade para os sujeitos e grupos envolvidos nas questões agrárias atuarem e ajudarem outros trabalhadores de países vizinhos, que estivessem passando por situações semelhantes.

---

<sup>115</sup> Idem

<sup>116</sup> Carta datada em 29 de abril de 1959. //n Cartas de 1959, que se encontram no Arquivo Lyndolpho Silva (núcleo de documentação do CPDA em sua sede) ou Arquivo Lyndolpho Silva (no site: <http://www.ufrj.br/cpda/als/>)

Ao mesmo tempo, toda essa experiência dos trabalhadores rurais e de seus grupos criava um acompanhamento e, muitas das vezes, repressão por parte de grupos sociais privilegiados, que se sentiam ameaçados no Brasil. Era também preocupante essa busca social dos trabalhadores para o governo norte americano, que vivia uma disputa militar e ideológica como a União Soviética, já que essas lutas sociais tinham, em sua maioria, um arcabouço socialista como fundamentação de princípios que alicerçavam suas lutas no campo.

As questões internacionais também eram prioridade de resoluções assumidas pela ULTAB, principalmente quando envolvia as camadas trabalhadoras, frente ao cenário de Guerra Fria. As ações não só se restringiam ao apoio e à solidariedade. A ULTAB também se pronunciava perante as questões internacionais como uma instituição brasileira dos trabalhadores que buscava a paz e os direitos dos trabalhadores.

Essa postura institucional da ULTAB se evidencia na carta enviada pela instituição ao secretário das colônias inglesas, em 12 de maio de 1959, remetida de São Paulo para Londres, onde se podem analisar as seguintes colocações:

“(...) a Comissão Executiva da ULTAB em nome dos lavradores e trabalhadores agrícolas brasileiros, faz juntar sua voz a dos trabalhadores e do povo de Niassalandia na luta pela sua independência do jugo britânico. Reclamamos a imediata cessação da repressão do movimento de independência, o levantamento do estado de sitio, o término dos atos de guerra, a liberdade dos presos e a suspensão de todas as medidas que criam ou venham criar obstáculos à independência da Niassalandia. Esperamos que V. Excia. compreenda que, hoje mais do que nunca, os povos devem dispor de si mesmos.(...)”<sup>117</sup>

Essa carta foi por Pedro Renaux Duarte, que na época era presidente da ULTAB e não por Lyndolpho Silva, já que no momento do envio da correspondência ele era ainda o 1º secretário da ULTAB.

A ULTAB se posiciona contrariamente ao governo britânico na repressão sobre Niassalandia criando assim projeção de luta que envolvia relações diplomáticas entre os países e suas atitudes em determinadas questões. Como o caso inglês, que reprimia os trabalhadores de Niassalandia em liberdades e executava uma ação truculenta de domínio e exclusão social.

Sendo assim, os princípios éticos e seus artigos estabelecidos no seu estatuto faziam com que a ULTAB não ficasse em estado de inércia diante de tais anormalidades contra os trabalhadores, seja no Brasil ou no exterior a luta não poderia morrer.

Uma outra correspondência que elucida essa entrada no cenário do teatro político internacional foi a mensagem enviada aos ministros exteriores da URSS, do EUA, da França e da

---

<sup>117</sup> Carta datada em 12 de maio de 1959. Idem

Inglaterra, na ocasião de um encontro no palácio da ONU em Genebra (Suíça). Essa carta também foi assinada por Pedro Renaux Duarte e datada em 12 de maio de 1959, na mesma data da anterior.

A correspondência elucida uma argumentação defendida pela ULTAB perante a ocupação da cidade de Berlim (Alemanha) pelos Aliados vencedores da Segunda Grande Guerra em 1945.

“(...) a Comissão Executiva da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), interpretando o sentimento dos lavradores e trabalhadores agrícolas brasileiros, transmite as V.V. Excias. o desejo ardente destes trabalhadores de que, nesta reunião, seja encontrado um caminho para solucionar os problemas de Berlim e da Alemanha que constituem os principais perigos para a paz mundial. Neste mês de maio, em que os povos de todo o mundo comemoram o 13º ano de paz depois da Segunda Guerra Mundial, vemos nossas esperanças de paz aumentadas, quando os ministros das potências mais responsáveis pela paz mundial se sentam em torno de uma mesa com o objetivo de encontrar a solução capaz de eliminar o perigo de guerra existente. Juntamente com os trabalhadores de todo o mundo, com nossas vistas voltadas para Genebra e esperando que V.V. Excias. saibam interpretar os profundos desejos dos trabalhadores e do povo, reiteramos nossa disposição de lutar intransigentemente em defesa da paz.”<sup>118</sup>

A paz mundial era fundamental para os trabalhadores que, no pós-guerra, conseguiram uma grande visibilidade de luta por direitos e paz para sobreviverem. Isso ocorreu com trabalhos realizados através de organizações populares, instituições, partidos políticos e outros meios de mobilização e resistência.

Esse posicionamento de protesto da ULTAB contra a violência mundial se torna uma das características da Instituição que se propõe a ir além das fronteiras brasileiras nas atuações, já que a parceria que a ULTAB e seus trabalhadores tinham com a UISTAF facilitava muito esse desenvolvimento.

Na correspondência enviada ao Secretariado da UISTAFP, datada de 09 de outubro de 1959, pelo novo Presidente da ULTAB, o senhor Lyndolpho Silva, relatam-se pontos de extrema relevância do trabalho realizado pela ULTAB. Mencionava que a ULTAB enviou um protesto ao governo inglês pelos massacres contra o povo da Niassalândia e solidariedade a esse povo; outro protesto ao governo francês pelos massacres contra o povo da Argélia; e também enviou uma mensagem de aplausos aos camponeses cubanos pela vitória da Revolução e pela conquista da Reforma Agrária e etc.

Além de informarem sobre essas ações diretas com os governos dos respectivos países mencionados acima, a ULTAB enviou cartas, também, aos dirigentes da ONU (Organizações das Nações Unidas) e da OIT (Organização Internacional do Trabalho) exigindo das mesmas a criação de uma comissão nos moldes da FSM (Federação Sindical Mundial) para investigar a

---

<sup>118</sup> Carta datada em 12 de maio de 1959. Ibidem

violência dos direitos sindicais e denunciar os atentados à liberdade sindical, principalmente, nos casos dirigentes sindicais argelinos e espanhóis que se encontravam presos e processados.

Para isso, Lyndolpho Silva, na mesma carta, propõem uma mobilização com outras organizações populares e de trabalhadores; parcerias com deputados para realização de manifestação pública contra tais atrocidades feitas contra os irmãos argelinos e espanhóis. Assim, se torna relevante denunciar essas violências desses países através do rádio e dos jornais.

Outra questão mencionada nessa carta em análise é a informação da realização do I Congresso I da ULTAB, que foi realizada dos dias 13 a 20 de setembro de 1959 em São Paulo, em que

“apesar das dificuldades que enumeramos em nossa última carta, a reunião contou com a representação de 33 associações de lavradores, 3 sindicatos rurais, representações de assembleias de lavradores e trabalhadores agrícolas, representações dos sindicatos operários, de organizações populares e de mulheres, de estudantes e uma representação de convidados, tendo totalizado um número de delegados equivalente a 103.”<sup>119</sup>

Para a realização do evento, a ULTAB contou com o apoio da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representada pelo deputado Hernani Maia; da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; de várias câmaras de vereadores do país; e de dirigentes sindicais de São Paulo que viabilizaram o espaço para a realização da conferência, alojaram os delegados, ajudaram financeiramente e ajudaram no trabalho prático nos dias da realização da conferência.

O I Congresso da ULTAB, realizado em 1959, foi um avanço nos trabalhos da organização, já que se estabeleceram algumas medidas balizadoras do trabalho a ser desenvolvido nos anos posteriores ao evento. Um dos principais objetivos da I Congresso da ULTAB foi alcançado:

“legalizamos a Diretoria da ULTAB e os demais órgãos de direção da entidade. Com isso, esperamos fazer o trabalho da entidade avançar mais um pouco. Podemos, desta forma, contar agora com alguma ajuda financeira dos órgãos do poder público. Além do Conselho de Representantes e do Conselho Fiscal, foi eleita a Diretoria da ULTAB que tem como presidente o companheiro Lyndolpho Silva. Estamos enviando, separadamente, as principais resoluções da I Conferência da ULTAB: Carta Sobre a Reforma Agrária”<sup>120</sup>

A partir dessa conferência, Lyndolpho Silva se torna Presidente da ULTAB se dedicando e trabalhando com todo empenho para a realização das metas almejadas pela entidade. Assim, a dedicação de Lyndolpho Silva fica voltada para as questões dos trabalhadores rurais brasileiros e para as questões dos trabalhadores em uma dimensão internacional, através dessa parceria ULTAB e UISTAFP, tendo uma visibilidade nacional e internacional na luta sindical campesina.

---

<sup>119</sup> Carta datada em 09 de outubro de 1959. Ibidem

<sup>120</sup> Idem. Ibidem

Desta forma, Lyndolpho Silva não teve um envolvimento mais direto nas crises que abalaram o PCB nesse período, tendo em vista sua postura de fidelidade ao Comitê Central do partido e seu enorme desafio à frente da ULTAB.

Essa rede de sociabilidade da ULTAB e de Lyndolpho Silva como um dos membros principais da Instituição acarretou uma representatividade de luta social no Brasil e perante muitas organizações internacionais, como a UISTAFP, a FSM, a ONU e outras. Assim, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e seu maior representante, Lyndolpho Silva, construíram um forte movimento aglutinador de forças no Brasil na busca de viabilizar a materialização de todas as transformações vitais para o país.

A magnitude dos trabalhos exigiu uma ampliação ainda maior das mobilizações e das representatividades das organizações dos trabalhadores rurais brasileiros. Desta forma, concluiu-se que se deveria criar uma nova Instituição que correspondesse a essa necessidade apresentada, com isso em dezembro de 1963, Lyndolpho Silva deixa a presidência da ULTAB para presidir a recém criada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

## 6- Conclusão: O legado de Lyndolpho Silva

O século XX no Brasil foi marcado por uma busca muito forte pela ampliação dos direitos e deveres de muitos trabalhadores urbanos e rurais, levando assim que demandas de reivindicações surgissem, nesse contexto, incorporando algumas noções de direitos políticos e sociais.

Imbuído nesse espírito, o período do pós-Estado Novo propiciou, pela primeira vez na história do país, condições para a criação de uma democracia representativa, e seu desdobramento veio com a Constituição de 1946 que, nesse ponto, sem sombra de dúvida teve um enorme avanço, comparada à Constituição de 1934, já que foi possível a participação de todos os cidadãos, homens e mulheres, com mais de 18 anos de idade, e o voto passou a ser obrigatório, secreto e direto. No entanto, permaneceu a proibição da participação dos analfabetos.

Essa medida repercutia drasticamente na zona rural do país, onde a maioria dos trabalhadores rurais eram analfabetos. Desta maneira, tiveram que buscar sua cidadania ativa de outras maneiras, como as ações política organizada em sindicatos e organizações sociais, como a ULTAB, as Ligas Camponesas, o MASTER e outras associações.

As organizações dos trabalhadores rurais no período de 1945 até 1964 possibilitaram, em primeiro lugar, um aprendizado de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar nesse momento ímpar da história brasileira. Em segundo lugar, alicerçou-se uma identidade social e cultural, de interesses, direitos e reivindicações perante o Estado.

Nesse período peculiar brasileiro, os movimentos sociais do campo obtiveram suas transformações em sujeitos históricos nas elaborações de suas diferentes identidades e na afirmação de direitos instituídos ou não.

Esse contexto contribuiu para a reflexão travada neste trabalho sobre as contribuições de Lyndolpho Silva para a organização dos trabalhadores rurais, em um momento propício como o descrito, posto que democrático, no qual múltiplos fatores histórico-sociais contribuíram na formação de representantes de grupos até então *silenciados* em meio à dinâmica da sociedade brasileira, marcada por uma política clientelista, que excluía boa parte dos cidadãos do cenário político.

Buscou-se nessa dissertação a análise da atuação de Lyndolpho Silva como militante do PCB, em que fundamentou sua luta social; sua liderança na região oeste do Rio de Janeiro,

principalmente como uma relação estreita com os trabalhadores rurais; a organização da ULTAB; sua rede de sociabilidade no Brasil e no exterior; e a fundação da CONTAG, retratando assim sua busca de ideal comunista de viver e de lutar.

Essa pesquisa partiu como um diálogo entre três trabalhos acadêmicos cujo foco estava em Lyndolpho Silva. O primeiro, organizado pelo Professor Paulo Ribeiro da Cunha, intitula-se “*O Camponês e a história: a construção da ULTAB e fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*”; o segundo é a dissertação de Luiz Elias Sanches, intitulada “*Lyndolpho Silva: biografia de uma militância.*”; e o terceiro é a entrevista feita com Lyndolpho Silva pelo Professor Luiz Flávio Carvalho Costa, intitulada “*A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964*”.

Todos esse trabalhos apresentaram suas especificidades. No caso do livro organizado pelo Professor Paulo Ribeiro, reuniram-se grande parte das entrevistas feitas com Lyndolpho Silva ao longo de sua vida sobre sua militância, sem nenhuma problemática apresentada, já que não era a proposta do autor, segundo sua análise da introdução do livro referenciado. No caso da dissertação de Luiz Elias Sanches, apresenta-se uma problemática sobre o contexto e sobre a militância de Lyndolpho Silva, mas ao longo de seu trabalho várias frentes de discussões foram abertas e foco de análise de Lyndolpho Silva foi minimizado perante outras questões trabalhadas. Já a entrevista, realizada pelo Professor Luiz Flávio, contribuiu para a análise de perspectiva de Lyndolpho sobre o sindicalismo rural no período de sua militância.

Desta forma, tendo em vista esses trabalhos, mencionados anteriormente, elaborou-se a presente pesquisa, com o objetivo de contribuir para o resgate de um dos protagonistas da mobilização dos trabalhadores rurais brasileiros, o líder Lyndolpho Silva. Para tal empreendimento se fez necessário a percepção do próprio Lyndolpho sobre esse processo, em seus documentos pessoais e depois em suas entrevistas *a posteriori* desse contexto.

Essa constatação se alicerça na pesquisa da liderança de Lyndolpho Silva, que perpassou pelo contexto político da época estudada no trabalho (1946 a 1964) e pela sua trajetória pessoal como cidadão negro pobre de uma família de arrendatários e pela sua trajetória política no PCB, a partir de 1946, que proporcionou a sua politização como um cidadão consciente do contexto por que estava passando o país e do momento de mobilização dos trabalhadores brasileiros, em busca de algo inédito na história da nação. O grau de atuação e de articulação desenvolvido exigiu uma

base filosófica marxista, adquirida por Lyndolpho através de seus estudos e cursos realizados no Brasil e no exterior .

O Partido Comunista proporcionou na atuação de Lyndolpho Silva um norte de luta para a compreensão sobre a Reforma Agrária, em que estabeleceu para seus militantes execuções a serem realizadas no campo que garantissem uma transformação na estrutura fundiária de maneira mais justa para aqueles que trabalhavam no campo e assim lutarem contra aqueles que utilizavam as terras para enriquecerem em processo de exclusão social no Brasil, de ontem e de hoje.

Cabe, ainda, a ressalva de que a pesquisa levantou pontos que merecem ser aprofundados, em futuro próximo, para uma compreensão melhor dos agentes sociais e suas instituições. Dentre esses pontos, destacam-se: um aprofundamento sobre a ULTAB e o surgimento da CONTAG, suas relações e continuidade; uma análise comparativa entre as lideranças de Lyndolpho Silva e Francisco Julião; um mapeamento da atuação de Lyndolpho, no período de 1946 a 1954, na zona oeste do Rio de Janeiro; além de outros de mesma importância.

Esse trabalho comprovou a possibilidade de formação de lideranças, já que o Brasil vivia *ares democráticos*, onde os indivíduos gozavam de liberdade de manifestação e de organização. Assim, vários líderes buscaram sua formação dentro e fora do país, como ocorreu com Lyndolpho Silva. No Brasil, desse período, existiram vários “Lyndolphos” buscando lutar por direitos e deveres de seus companheiros brasileiros e nos dias atuais, em pleno século XXI, ainda, se encontram pelo país afora milhares de “Lyndolphos” e “Silvas” em busca da concretização de uma Reforma Agrária tão desejada e buscada. Mas a história das lutas camponesas ainda está sendo construída com luta e sangue nesse país, mostrando que a Reforma Agrária é uma bandeira que deve ser hasteada por todos os brasileiros que buscam contribuir para a construção de um país mais justo e humanitário.

## 7- Fontes e Bibliografia

### Fontes

Arquivo Público do Rio de Janeiro - APERJ

- *Fundos das Polícias Políticas*
- *Fundos de Polícia Política e Social (DPS)*

Arquivo Lyndolpho Silva – CPDA / UFRRJ

§ *Arquivo Lyndolpho Silva (núcleo de documentação do CPDA em sua sede)*

§ *Arquivo Lyndolpho Silva (no site: <http://www.ufrj.br/cpda/als/>)*

### Bibliografia

ANDRADE, Manuel Correia de. *O planejamento regional e o problema agrário no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

ASSIS, N. GLEYSON. *Os Movimentos Sociais do Campo e a Polícia Política no contexto democrático de 1945 a 1964*. Monografia. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2005.

ATAÍDE JÚNIOR, Wilson Rodrigues. *Os direitos humanos e questão agrária no Brasil: a situação do sudeste do Pará*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

BOFF, Leonardo. *Depois de 500 anos: que Brasil queremos?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARMARGO, Aspásia de A. “A questão Agrária: Crise de poder e reformas de base (1930-1964)” In: Fausto, Boris. *HGCB – História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: Sociedade e Política*. Tomo III, 3º Vol. Bertrand Brasil.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Editora Civilização Brasileira, 2003. 4º Edição.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. (Org.) *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004. (Série Memória & História; 4)

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983 Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1984. - CPDOC

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reforma? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FILHO, Daniel Aarão Reis. “Entre Reforma e Revolução: a trajetória da Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964” *In*: FILHO, Daniel Aarão Reis. & RIDENTI, Marcelo (Orgs). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. Volume 5.

FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

\_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 2. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais. A construção da cidadania dos brasileiros*. Editora Loyola, 1990.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminho e Descaminho dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1991. 3<sup>o</sup> Edição.

HOBBSAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1999)*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história". In Peter Burke (org). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, pp. 133-162.

LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

\_\_\_\_\_. (org.) *História Geral do Brasil*. 9 ed., Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: As Lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4 ed., Ed. Vozes, Petrópolis, 1990.

MENDONÇA, Sonia Regina de. & FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Editora Fase, 1989.

\_\_\_\_\_. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. “O Partido Comunista e a constituição das organizações no campo: memória de um militante”. In: *Estudo Sociedade e Agricultura*. Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural. Outubro de 2004, volume 12, número 02 (corresponde ao número 23 da numeração antiga). Rio de Janeiro CPDA / UFRRJ, 2004.

MINC, Carlos. *A Reconquista da terra: Estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

MONTEIRO, Benedicto. *Direito agrário e processo fundiário*. Rio de Janeiro : PLG Comunicação, 1980.

MONTENEGRO, Antonio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução” *In*. FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves. (org.). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORAIS, Clodomir dos Santos. “A História das Ligas Camponesas do Brasil” *In*. STEDITE, João Pedro (org.) *História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

REVEL , Jacques. “Microanálise e construção do social” *In* REVEL , Jacques. (Org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988

\_\_\_\_\_. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional – A Polícia Política no pós II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas, SP.: Unicamp, 1999.

SANCHES, Luiz Elias. *Lyndolpho Silva: biografia de uma militância*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA – UFRRJ, 2000.

SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador. Perfil Parlamentar Século XX*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.

SANTOS, Raimundo & COSTA, Luiz Flávio Carvalho. “Camponeses e políticas no pré-64” *In: Estudo Sociedade e Agricultura*. Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural. Abril de 1997, número 08 . Rio de Janeiro CPDA / UFRRJ, 1997.

SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, José Graziano da. *O Que é Questão Agrária*. 6º ed.. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

STÉDILE, João Pedro. *Questão Agrária no Brasil*, 6º ed.. São Paulo: Atual Editora, 1998.

\_\_\_\_\_.(org.) *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional (1500-1960)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_.(org.) *A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda (1960-1980)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_.(org.) *A Questão Agrária no Brasil: programas de reforma agrária (1946-2003)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_.(org.) *A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_.(org.) *A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

MJNI – Departamento Federal de Segurança Pública<sup>121</sup>

D.P.S.

*Parecer*

I. Em 13 de Outubro de 1954

“A criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil [ULTAB]. Aquisição de personalidade e extinção das pessoas jurídicas de direito privado: limitações decorrentes dos imperativos da ordem e paz social. Finalidade ilícita de associação manifestada antes do seu registro: omissão legal e disposições posteriores do Decreto de Lei nº 9.085, de 25/03/1946. Conclusões.”

1. Prende-se o presente à solicitação do Sr. Diretor do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, no sentido de que se adotem providência para impedir o registro da “União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil”, cuja criação foi resolvida na “II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas” reunida em São Paulo, face dos antecedentes comunistas que registram seus organizadores.
2. A lei faculta a existência das pessoas jurídicas de direito privado após a aquisição da capacidade legal que se verifica com o registro da entidade – pela forma prevista no Decreto nº 18.542, de 24/12/1928 – no competente Ofício de Registro das Pessoas Jurídicas (Cód. Civil, Art. 18).
3. Por outro lado, o Código Civil estabelece que seu término se dará, entre outros casos, quando a mesma “incorra em atos opostos dos seus fins ou nocivos ao bem público” (Art. 21, nº III).
4. Nessa hipótese, o ministério Público – mediante prova fundamentada da autoridade ou ex-ofício – proporá no Juízo competente a ação de dissolução e o cancelamento do respectivo registro (Lei nº 4.269, de 17/01/1921, Art. 12).

---

<sup>121</sup> Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo: Polícia Política; Setor : Estados; Pasta: 22/M; Folhas: 18 a 21

5. Todavia, quando o fim ilícito se manifesta antes da inscrição toma-se omissa o Código Civil, embora “o que pareça razoável seja negar o registro para que a sociedade não adquira personalidade. É a solução dada pelo Código Civil Suíço, que admite o necessário recurso para o juiz competente (Carvalho Santos – Cód. Civil Interpretado, vol. I p. 397)”.
6. A solução que, apesar da omissão legal, se impunha como evidente, foi adotada finalmente pelo Decreto de Lei nº 9.085, de 25/03/1946, que dispõe no seu Art. 2º o seguinte:

“Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando seu objetivo ou circunstância relevante indique destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.”
7. Verificada a ocorrência de qualquer desses motivos o Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas, “ex-offício” ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará o processo e levantará dúvida – na forma comum aos registros públicos – competindo ao juiz, no caso o titular da Vara de Registros Públicos, decidir a dúvida, concedendo ou negando o registro. (Dec. Lei 9.085, Art. 3º).
8. No caso presente – considerando que não dispomos da declaração formal dos objetivos sociais da ULTAB e que está declaração, certamente, disfarçará os intuitos subversivos e de seus organizadores – devemos ater-nos aos antecedentes registrados pelos membros de sua Comissão Executiva e Conselho de Representantes para aí encontrar a “circunstância relevante” que se possa opôr ao registro.
9. Quer parecer que esses antecedentes constituam matéria suficiente para a impugnação. A regra “*universitas distat a singulis*” – fundamental à vida das pessoas jurídicas – é de aplicação patrimonial por excelência e, no caso presente, desde logo se vê o caráter político que assume a ULTAB, organizada sem finalidade econômica e destinando-se a organizar e dar direção a “vontade de luta dos trabalhadores do campo” (Notícia de Hoje, 25/09/1954, à fls.). Em entidade de tal natureza é óbvia a prevalência das pessoas físicas de seus dirigentes a orientar ideologicamente a organização.

10. De qualquer forma – mesmo correndo o risco de não encontrar apoio judicial à impugnação – a medida se recomenda, o máximo considerando que dela não decorre impedimento à propositura posterior de ação dissolução a que nos referimos no item 4, *in – fine*, conforme expressa disposição legal. (Dec. Lei nº 9.085, Art. 5º).
11. Resta, ainda, a questão do Foro do Registro acerca do qual não existem quaisquer dados no expediente examinado. Entretanto, tendo a organização caráter nacional pode registrar-se em qualquer Estado e abrir as seções, escritórios ou filiais que entender.
12. Dessa forma, atendendo ao despacho retro, proponho:
  - a) Que se officie – por intermédio do Sr. Cel. Chefe de Polícia – aos Ministros de Estado do Trabalho e da Agricultura, remetendo cópias autênticas dos documentos examinados, acrescidos das informações que esta Divisão possuir acerca dos indivíduos neles mencionados;
  - b) Que se officie ao Sr. Diretor da DOPS de São Paulo para que – por intermédio da Secretária de Estado competente – provoque junto ao Oficial do Registro Estadual o levantamento da dúvida na forma do Art. 3º do Dec. Lei nº 9.085;
  - c) Que se officie – por intermédio do Sr. Cel. Chefe de Polícia – ao Sr. Ministro da Justiça solicitando idêntica providência quanto ao Registro de Pessoas Jurídicas desta Capital e encaminhando-lhe os documentos necessários à mesma.

É o parecer

Geraldo Lucchetti

Delegado de Segurança Social

### Cinco milhões de assinaturas pela Reforma Agrária<sup>122</sup>

Como primeiro passo da ULTAB que se pode destacar foi à campanha de cinco milhões de assinaturas pela reforma agrária. Esta manifestação foi lançada na II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e obteve dimensões nacionais. Conforme relata a Polícia Política, que acompanhava de perto o movimento, através das investigações policiais pode-se elucidar a seguinte descrição do documento datado em 15-02-1955:

“Nos derradeiros dias de Janeiro do corrente ano, a direção Nacional do PCB, por intermédio dos respectivos comitês regionais, deu início a um movimento de grande amplitude, que deverá atingir o país em todas as suas direções, e visando a articulação dos trabalhadores no campo no Brasil, segundo os chefes comunistas (...) O dito movimento, que pode ser chamado de campanha nacional dos cinco milhões de assinaturas pela Reforma Agrária, foi apresentada neste Estado nos seguintes termos: inicia-se em todo o país a grande campanha nacional por cinco milhões de assinaturas pela Reforma Agrária.

A idéia do movimento nasceu na II Conferência Nacional de Lavradores e trabalhadores Agrícolas e se concretiza agora sob o patrocínio da Comissão Executiva da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). O memorial, que será distribuído pelas fazendas, vilas, sítios, granjas, estradas, todas as zonas rurais para receber assinaturas, expressa a necessidade madura e inadiável de dez milhões de trabalhadores agrícolas e lavradores que não possuem nenhuma terra, enquanto que cento e quarenta e nove mil grandes proprietários dominam dois terços da área de todas as propriedades agro-pecuárias do país (...) É um fator de confraternização com as massas do campo, que na luta pela posse da terra, necessitam de solidariedade dos trabalhadores da cidade (...).”

---

<sup>122</sup> Relatório de assuntos indexados em microfilmes do *Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ)*. Fundo: DPS; Série: “fichas Verdes”; Microfilme: 033.

O que é o campo no Brasil <sup>123</sup>

1. 25 milhões de habitantes no campo sem terra.
2. 2% dos proprietários rurais (os latifundiários) dominam 2/3 das terras cultivadas.  
Por isso:
3. Há 20 milhões de analfabetos no campo.
4. Para cada 10.000 crianças que nascem mais de 3.000 morrem antes de um ano.
5. As endemias rurais dizimam populações inteiras.
6. No Brasil um camponês vive, em média, 39 anos; na Europa vive 55 anos.
7. O rendimento de nossa agricultura é dos mais baixos do mundo.
8. Miséria, fome, doenças, ignorância, crimes pela posse da terra.
9. Êxodo rural: os camponeses tomaram-se favelados nas cidades.
10. A capacidade de compra do camponês é pequena, prejudicando o desenvolvimento industrial.

O Brasil não suporta mais esta miséria e quer a Reforma Agrária já.

---

<sup>123</sup> Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ). Notação:1134; Título: Congresso dos Lavradores Agrícolas do Brasil; N° original:1814; Período:1961-1962; Folha: 10.

### O que é a Reforma Agrária <sup>124</sup>

1. A terra para os que nela trabalham.
2. Assistência técnica e financeira ao camponês para que aumente a produção agrícola.
3. Escola para o camponês; extinção do analfabetismo.
4. Alimentação, habitação e assistência médica para o camponês.
5. Cooperativas de produção e distribuição; eliminação dos açambarcadores.
6. Preços mais baratos dos gêneros alimentícios: aumento do padrão de vida do povo das cidades.
7. Crescimento da indústria nacional graças ao aumento do poder aquisitivo do povo.
8. Maior prosperidade nacional: oportunidade e melhor padrão de vida para os profissionais.
9. Extinção do êxodo rural: mais oportunidade de emprego para o operariado urbano.
10. Igual desenvolvimento para todas as regiões.

Esta será a verdadeira Reforma Agrária feita pelos camponeses, os operários, os estudantes e por você.

Todos ao I Congresso Nacional dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas do Brasil – 15 a 17 de novembro de 1961.

Belo Horizonte.  
Reforma Agrária Já!!!

---

<sup>124</sup> Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ). Notação:1134 ; Título: Congresso dos Lavradores Agrícolas do Brasil; N<sup>o</sup> original:1814; Período:1961-1962; Folha: 11.

Departamento Federal de Segurança Pública <sup>125</sup>

Divisão de Polícia Política e Social

Informe Reservado

Nº 05/AI

Data 01/08/1962 – Horas 19:00

Secreto

O Comando do IV Exército encaminha ao Gabinete do Ministro da Guerra, o presente estudo sobre o quadro atual do Nordeste.

Recife, 27 de Junho de 1962

Relatório Especial de Informações nº 3

I. Finalidade

O presente relatório tem por fim favorecer aos Escalões Superiores uma visão de conjunto da situação atual das atividades do extinto Partido Comunista no Nordeste.

II. Infiltração Comunista no Nordeste

A. Considerações Gerais

O nordeste, em virtude dos graves problemas sociais resultantes do seu estado de subdesenvolvimento econômico, apresenta condições muito favoráveis para a discriminação de ideologias exóticas e conseqüentes ações subversivas.

Percebendo essa situação privilegiada do Nordeste para os seus desígnios, é que, o PCB, desde algum tempo, deslocou a prioridade de sua ação para aqui, e graças a uma sistemática campanha de infiltração e propaganda, conseguiu penetrar em todos os setores da vida regional, de forma perigosa e sumamente grave para estabilidade do regime democrático nesta região.

---

<sup>125</sup> Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo: Polícia Política ; Setor: Secreto; nº 05 de 01/08/1962; Pasta: 01; Folhas: 01 a 15.

B. Nas Organizações Políticas e nos Órgãos Judiciários e Administrativos dos Governos Estaduais.

Os partidos políticos, sem exceção estão infiltrados de comunistas. Essa infiltração se processa normalmente por ocasião das disputas eleitorais, quando seções dos partidos democráticos procurando ganhar eleições regionais fazem acordos com o PCB.

Desses conchavos resulta quase sempre inclusão de determinados elementos indicados pelo PCB nas chapas desses partidos às eleições a cargos do poder Legislativo e Executivo.

Muitos desses elementos, embora não sejam verdadeiramente comunistas, são contudo extremamente úteis, pois se dizem homens da esquerda ou nacionalistas, mas cumprem as determinações do PCB e têm a vantagem de não serem marcados com a pecha de comunistas e portanto gozam do livre trânsito em nosso regime democrático. Agindo dessa forma, o PCB, no Nordeste, via, já tendo obtido grandes sucessos:

- (a) alcançar o poder Executivo (Estadual e Municipal);
- (b) controlar os órgãos administrativos (secretárias, departamentos e seções de órgãos de administração estaduais);
- (c) manter uma fração parlamentar, capaz de : – cobrir e justificar uma frente legal, reivindicadora e difusora da doutrina, além de, suficientemente apta a perturbar a vida normal da Nação quando políticos e governantes, não se dobrarem às exigências comunistas;
- (d) alcançar o domínio dos órgãos judiciários.

A lista dos Comunistas confessos, dos simpatizantes, dos que se dizem “nacionalistas”, socialistas e inocentes úteis infiltrados nos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no Nordeste é muito grande, podendo se destacar entretanto os seguintes mais importantes:

Pelopidas Silveira – Vice Governador de Pernambuco.

Miguel Arraes – Prefeito de Recife

Djalma Maranhão – Prefeito de Natal

José Joffily – Deputado Federal da Paraíba  
Jacob Frantz – Deputado Federal da Paraíba  
Josué de Castro – Deputado Federal de Pernambuco  
Seixas Dória – Deputado Federal de Sergipe  
Adail Barreto – Deputado Federal do Ceará  
Fernando Santana – Deputado Federal da Bahia  
Clemens Sampaio – Deputado Federal da Bahia  
Francisco Julião – Deputado Estadual de Pernambuco  
Paulo Viana Queiroz – Deputado Estadual de Pernambuco  
Carlos Luiz de Andrade – Deputado Estadual de Pernambuco  
Raimundo Asfora – Deputado Estadual da Paraíba  
Agassiz de Almeida – Deputado Estadual da Paraíba  
Luiz Maranhão – Deputado Estadual do Rio Grande do Norte  
Gastão Pereira – Deputado Estadual da Bahia  
Bolívar Santana – Deputado Estadual da Bahia  
Péricles Moreira Rocha – Deputado Estadual do Ceará

### C. No Setor Estudantil

A juventude sempre constituiu um dos alvos principais do comunismo. Intrometem-se os agentes soviéticos nos colégios e nas faculdades de ensino superior como professores e alunos profissionais. Os mestres nas suas cátedras influenciam os adolescentes e dão cobertura aos agentes do partido, aos falsos estudantes, que sempre repetem as séries e que não se interessam em concluir seus cursos. Esses, normalmente, mais idosos, mais práticos e previamente instruídos ocupam a liderança das classes. Agitam, exaltam os ânimos, insuflam rebeldias e promovem as clássicas passeatas e as greves. Levam a indisciplina para as ruas onde recebem a intromissão adrede preparada de outros agitadores que nada têm de estudantes e são quase todos conhecidos da polícia.

Esses moços é que fazem, nas Faculdades e Colégios, o derrame de material comunista, não só doutrinário como, principalmente, sob forma de vistosas e bem impressas revistas, cheias de fotografias, exaltando a Rússia, a China, Cuba e os demais países da “Cortina de Ferro”.

Juntamente com essas revistas que despertam a curiosidade do jovem, surgem e bolsa de estudos nos países socialistas.

Infelizmente não dispomos de meios para controlar as saídas de jovens nordestinos para a ‘Cortina de Ferro’, mas acreditamos que seu número seja bem elevado.

Atualmente, é no setor estudantil que os comunistas realizam trabalhos mais perigosos e de maior vulto, preparando as futuras elites para que adquiram uma mentalidade favorável aos seus objetivos.

Uma outra forma de trabalhar os estudantes que está sendo utilizada pelos comunistas é fazê-los participar de movimentos sindicais visando greves, seja hipotecando solidariedade aos operários grevistas, seja, mesmo, participando de suas assembléias e piquetes de greves.

No entanto, embora sejam minorias, os estudantes comunistas, por falta de uma ação coordenadora e de liderança por parte dos democratas, mantêm o controle de quase todos os diretórios e demais organizações estudantis desta região.

Os estudantes comunistas mais em evidência na área sob jurisdição do IV Exército, são:

Jarbas de Holanda – Recife

Clovis Assunção – Recife

Nelson Rosas Ribeiro – Recife

Clemente Rosas Ribeiro – João Pessoa

Antônio Corrêia de Mello – Aracaju

José Castelo Branco – Salvador

Guido Teles da Rocha – Salvador

Roberto Guimarães Sampaio – Salvador

Dentre os professores mais atuantes, destacam-se:

Cláudio Santa Cruz – João Pessoa

João Santa Cruz – João Pessoa

Assis Lemos – João Pessoa

Bianor da Hora – Recife

Arnaldo Marques – Recife

Pinto Ferreira – Recife

Machado Neto – Recife

Eduardo Alencar – Fortaleza

Jadir de Carvalho – Fortaleza

#### D. No Setor Rural

A infiltração entre os camponeses teve origem em Pernambuco, em 1948 e tem merecido real e especial atenção dos líderes comunistas locais, que, cumprindo determinações do órgão central do PC, iniciaram a fundação de Ligas Camponesas, com o fim de arregimentar os trabalhadores do campo, sob a falsa promessa de defender os seus interesses.

Em virtude da repressão policial essas Ligas transformaram-se em 1953, em sindicatos rurais, com finalidade de enganar as autoridades, pois procuravam passar essas organizações como estando de acordo com a legislação trabalhista. Descoberta a farsa a polícia também as fechou. Os comunistas para darem cobertura legal às Ligas Camponesas, registraram-nas em 1º de Junho de 1955 com o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco.

Rapidamente disseminaram-se na zona canavieira de Pernambuco, com delegacias em quase todas as cidades e vilas dessas sub-regiões geográficas. Sob a direção de agitadores do porte de Francisco Julião, Clodomir Moraes, Gregório Bezerra e David Capistrano. Essas organizações constituíram-se desde o início em foco de agitação no meio rural.

As relações entre proprietários e assalariados agrícolas tomaram-se difíceis. As ações de sabotagem e atentados pessoais amiudaram-se.

Nesses últimos anos inúmeras propriedades e engenhos foram invadidos por bando de camponeses orientados por agitadores comunistas.

Em Pernambuco, As Ligas Camponesas alcançaram o máximo de seu desenvolvimento em 1960, quando se estimava que tivesse um efetivo de uns 25.000 homens. A partir dessa época elas estacionaram e, em algumas partes, começam a regredir. Contribuíram para dois fatores:

1º A ação da Igreja Católica, fundando sindicatos rurais com o objetivo de associar os camponeses e prestar-lhes toda a espécie de assistência social.

Merece, nesse particular, um especial destaque, o trabalho do Padre Mello, vigário de Cabo – PE, que com trabalho e coragem está esvaziando as Ligas Camponesas de Francisco Julião e enchendo seus sindicatos rurais, graças ao combate que faz à demagogia dos comunistas

e à insensibilidade dos proprietários face aos problemas econômicos e sociais dos seus trabalhadores rurais.

2º Rompimento entre Francisco Julião e o partido Comunista (ala de Carlos Prestes). Julião, segundo informes idôneos, sentido que o desenvolvimento do Nordeste irá tirar as suas possibilidades de levantar esta região, quer partir imediatamente para as ações de guerrilhas a que se opõe o PCB por considerar uma aventura perigosa, pois julga que o processo de infiltração é mais seguro.

Enquanto Julião e os elementos fiéis a Prestes dispunham a hegemonia das Ligas, parte dos seus associados se afastam e se incorporam aos sindicatos rurais do Padre Mello.

No Estado da Paraíba, ao contrário de Pernambuco, as Ligas Camponesas estão em franco desenvolvimento e com muito mais agressividade. A Liga de Sapé, contando com uns 12.000 associados, domina praticamente todo município. Já realizou inúmeras invasões de propriedades, inclusive com assassinatos.

A fazenda Miriri (8.000 ha) foi ocupada em fins de 1961 e até hoje permanece em poder dos camponeses, estando seu dono, Sr. Pedro Ramos, ameaçado de morte, caso apareça por lá. A situação na Paraíba representa-se com mais gravidade porque o Governador Pedro Gondim, por demagogia, se emite, de sorte que os agitadores têm campo aberto para fazerem toda sorte de atentados à propriedade e à vida dos donos de terra. Estes para se defenderem, se organizaram e constituíram uma sociedade dos proprietários rurais.

Tem havido já choques entre proprietários e camponeses, bem como alguns atentados. No dia 3 de abril do corrente o presidente da Liga Camponesa de Sapé, Pedro Teixeira, foi emboscado e assassinado. A 1º de maio 5.000 camponeses se encontraram em João Pessoa e fizeram uma passeata pelas principais ruas da cidade, numa demonstração de força, com o objetivo claro de atemorizar os proprietários. Na Paraíba, os principais chefes das Ligas Camponesas são: Professor Francisco de Assis Lemos e Desembargador João Santa Cruz.

As Ligas Camponesas da Paraíba contam com o apoio e cobertura dos Deputados Federais José Joffily e Jacob Frantz.

Nos demais Estados do Nordeste, as Ligas ainda não constituem preocupação, particularmente, no Rio Grande do Norte, onde D. Eugênio, Arcebispo de Natal, antecipou-se à ação dos agitadores, não lhes dando oportunidade pois sua campanha de sindicalização e assistência social aos trabalhadores rurais empolgando o Estado.

O meio agrário nordestino, em virtude do pauperismo e da ignorância do camponês, apresenta-se como o setor mais fácil de ser trabalhado pelos comunistas.

Se não forem tomadas urgentes medidas para melhorar o índice da produtividade agrícola, bem como providência para elevar as condições sócio-econômicas do rurícolas nordestino, teremos dentro em breve graves agitações sociais nesta região. Ainda recentemente, em meio deste ano, tivemos diversas cidades do interior de Pernambuco invadidas por levadas de camponeses em busca de alimentos.

Embora a maioria fosse constituída realmente de homens necessitados, premidos pela falta de trabalho e alta excessiva dos preços dos gêneros de subsistência, podem-se, contudo, observar que os flagelados estavam sendo dirigidos por elementos estranhos ao meio rural.

#### E. No Meio Sindical

Embora não sejam maioria, os comunistas graças a uma ação constante, planejada e bem dirigida, controlam a maior parte dos sindicatos dos trabalhadores nordestinos. Para se apossarem dos sindicatos, eles empregam a fraude e a coação como meio para vencerem eleições sindicais, contando, para isso, com o apoio e proteção dos elementos infiltrados nas Delegacias do Trabalho, Justiça do Trabalho e Institutos de Previdência.

Os sindicatos, ultrapassando os limites normais de suas atribuições, constituem-se, hoje em dia, em elementos de pressão contra a ordem política e social vigente. Sob ameaças de greves que visam paralisar os transportes e os serviços públicos essenciais, os comunistas têm procurado forçar a demissão ou nomeação de funcionários de alto nível ou cargos de direção do serviço público ou autárquico.

Exemplo frisante dessa interferência indevida, abusiva e profundamente subversiva, podemos citar a recente crise que abalou a Petrobrás e que aparentemente contornada, poderá, contudo, a qualquer momento renovar-se com conseqüências imprevisíveis, pois as suas causas permanecem intactas, isto é, domínio comunista em todos os sindicatos e órgãos correlatos com a nossa empresa petrolífera.

Por igual crise de autoridade, passa a Rede Ferroviária do Nordeste. Nessa empresa, o presidente do sindicato, o comunista Cláudio Braga, tem mais forças e prestígio que o superintendente, o engenheiro Almir Braga, que, segundo voz corrente, só se mantém no cargo

porque cede a todas as imposições daquele ditador. A fim de mais facilmente coordenarem as suas campanhas de agitação e pressão contra a ordem pública e as autoridades constituídas, os comunistas organizaram, em Recife, o Conselho Sindical dos Trabalhadores (CONSINTRA), organização ilegal, não prevista na legislação trabalhista, mas que congrega os mais importantes sindicatos desta capital. Os seus elementos mais atuantes são os conhecidos comunistas: Gregório Bezerra, David Capistrano, Aluizio Falcão, Gilberto Azevedo, Ramiro Justino, Manoel Vicente Ferreira, João Barbosa de Vasconcelos, Cláudio Braga, Miguel Batista, etc.

No entanto, o CONSINTRA, cumprindo determinações trazidas do Rio pelo Senhor Dante Pelaconi, está preparando uma greve geral dos trabalhadores, como uma peça de manobra com que políticos e agitadores querem pressionar o Congresso Nacional, por ocasião da composição do próximo Gabinete Ministerial e possivelmente para convulsionarem o país caso não obtenham êxito na jogada inicial.

Em Fortaleza, embora em menores proporções, por ser menor a massa obreira da cidade, a agitação no meio sindical é muito, digo, muito grande e tem um bancário comunista José de Moura Beleza, o seu principal líder.

Em Salvador, o foco principal e mais importante está concentrado na Petrobrás, embora todas as demais organizações venham sendo grandemente trabalhadas.

#### F. Pregação Subversiva

A propaganda comunista que até pouco se processava de maneira sutil e quase imperceptível, ultimamente vem se modificando de forma estranha e grandemente suspeita. Seus agentes que agiam na clandestinidade e tinham a preocupação de dissimular por todas as maneiras as suas atividades, hoje em dia, possivelmente confiantes na proteção dos seus adeptos já infiltrados nos diversos setores da vida nacional, inclusive nas Forças armadas como apregoam, passaram a atuar ostensivamente e de maneira agressiva pregam a revolução social. Dia e noite, espalhando panfletos, pichando paredes, falando e discutindo, procuram convencer o povo de que tudo está podre, de que o parlamentarismo já fracassou e que a única saída para crise nacional é a cubanização do Brasil.

Atacam em praça pública e pela imprensa falada e escrita as instituições nacionais, e em termos injuriosos e altamente ofensivos agridem e procuram desmoralizar as autoridades que

ainda se preocupam em contrariar e combater seus intentos subversivos. Francisco Julião, Clodomir Moraes, Luiz Serafim, Jacob Gorendir, Gregório Bezerra e David Capistrano, são os pregadores mais constantes da Revolução.

Este é o clima atual do Nordeste. Vivemos momentos de expectativa, de desassossego e intranqüilidade graças à impunidade com que os agitadores agem nesta região.

Gen. Ex. Arthur da Costa e Silva

Comandante do IV Exército

Informe Reservado

Nº 25

Data 15/02/1963

Congresso da ULTAB

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, reunida em Assembléia Geral, em São Paulo, no dia 21 de janeiro, com a presença de entidades de todos os pontos do país, dirigiu dos trabalhadores do campo um plano de ação para 1963 que, em resumo, é o seguinte: 1. Lutar pela aplicação de resoluções do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas: a) impressão de folheto com a declaração sobre a Reforma Agrária; b) realizar comícios; c) desmascarar os projetos e as leis de Reforma Agrária aí existentes ou que venham a ser apresentados, opondo a eles um projeto de Reforma Agrária radical. 2. Contribuir sob todas as formas para a criação de um movimento em favor da Reforma Agrária, mobilizando camponeses, operários, estudantes e demais forças patrióticas e progressistas. 3. Intensificar as lutas pelas reivindicações imediatas e específicas dos trabalhadores rurais, como forma de agrupar forças na luta pela reforma agrária radical. Sindicalização Rural. 4. Ajudar à sindicalização rural fornecendo, especialmente, documentação necessária. 5. Garantir a participação de expressiva delegação de camponeses e de assalariados agrícolas no Congresso Sindical Nacional, a realizar-se no decorrer deste ano. Organização. 6. Continuar a luta pelo fortalecimento das organizações: a) incentivando as organizações; b) ajudando as organizações a se registrarem; c) contribuir para a formação de quadros, fazendo palestras ou fornecendo material; d) fornecendo uma apostila contendo orientação sobre a maneira de fundar e registrar associação; e) incentivar a campanha pelo aumento do quadro social das entidades à base de um plano emulação. Propaganda. 7. Elaborar um programa de divulgação das atividades da ULTAB; a) programa de conferências; b) fazer estudos no local e fora dele sobre as condições de vida e trabalho rurais; c) tiragem do Boletim de informações da ULTAB, d) aproveitar a imprensa que

---

<sup>126</sup> Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo: Polícia Política ; Setor: Boletim reservado; nº 25 de 15/02/1963, Folhas: 2 e 3.

nos acolhe para publicar artigos, estudos etc. Solidariedade e Liberdade. 8. Desenvolvimento a solidariedade entre os operários e camponeses, trocando delegações e se manifestando nas lutas uns dos outros. Estreitar os laços de amizade entre os trabalhadores de todos os países. Contribuir para a paz mundial, pela coexistência pacífica dos povos, pelo desarmamento universal, pela proscrição das armas atômicas, pela autodeterminação dos povos e para a defesa do direito do povo cubano dispor-se de si mesmo.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)